



**Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura**

ISIS JULIANA FIGUEIREDO DE BARROS

**O DATIVO EM CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS NAS ATAS
OITOCENTISTAS DA SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS:
UM ESTUDO SOB A PROPOSTA DOS NÚCLEOS APLICATIVOS**

Salvador
2013

ISIS JULIANA FIGUEIREDO DE BARROS

**O DATIVO EM CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS NAS ATAS
OITOCENTISTAS DA SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS:
UM ESTUDO SOB A PROPOSTA DOS NÚCLEOS APLICATIVOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Língua e Cultura.

Orientadora: Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva

Co-orientador: Rerisson Cavalcante de Araújo

Salvador
2013

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Barros, Isis Juliana Figueiredo de.

O dativo em construções ditransitivas nas atas oitocentistas da Sociedade Protetora dos Desvalidos: um estudo sob a proposta dos núcleos aplicativos / Isis Juliana Figueiredo de Barros. - 2014.

170 f. + 3 CD-ROOM

Orientadora: Profª. Drª. Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva.

Co-orientador: Prof. Dr. Rerisson Cavalcante de Araújo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2013.

1. Língua portuguesa - Gramática. 2. Língua portuguesa - Verbos. 3. Língua portuguesa - Africanismos - Brasil. 4. Língua portuguesa - Português falado - Brasil. I. Silva, Maria Cristina Vieira de. II. Araújo, Rerisson Cavalcante de. III. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. IV. Título.

CDD - 469.5
CDU - 811.134'36

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva – Orientadora (UFBA)

Profa. Dra. Elisângela Gonçalves da Silva (UESB)

Prof. Dr. Rerisson Cavalcante de Araújo (UFBA)

Salvador, 09 de dezembro de 2013

Às minhas mães, Lourdes e Graça, que sempre estão
ao meu lado.

A Maria Cristina Figueiredo, por todo incentivo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre no comando da minha vida, mostrando qual o caminho a ser seguido.

Aos meus pais, Claudino e Graça, por todos os sins e por todos os nãoos.

À minha orientadora, Maria Cristina Figueiredo, por ter acreditado no meu potencial acadêmico desde a minha graduação, por ter me orientado com dedicação e por ser meu exemplo de profissional e de ser humano.

De forma muito especial, à professora Ilza Ribeiro a quem eu tenho grande admiração, que me recebeu na Universidade Federal da Bahia e que orientou a primeira fase desta dissertação.

A Rerisson Cavalcante, por ser amigo e co-orientador.

À professora Elisângela Gonçalves, por fazer parte da banca, trazendo contribuições.

À professora Maria Aparecida Torres Morais, por, gentilmente, ter me enviado sua tese de livre-docência, que norteou considerável parte do desenvolvimento desta pesquisa.

A Paula Armelin, por prontamente responder aos meus e-mails e ter enviado a sua dissertação de mestrado.

Ao sempre amigo Fabrício da Silva Amorim, por ter acompanhado toda minha jornada acadêmica e pessoal, de maneira muito íntima, e também pelas leituras do meu texto.

Aos meus colegas de mestrado, dentre outros: Ramon Arend, Daniele Behrmann, Sinval Medeiros, Paulo Pereira, Aline Moreira, Victor Mariano, Fernanda Cerqueira, Jaqueline Oliveira, Adielson Ramos, Camila Mello e Andréa Mafra, pela companhia, pelo incentivo e pela troca de conhecimento se experiências acadêmicas.

Aos colegas e funcionários da pós-graduação em Letras: Ricardo Luiz, Thiago Rodrigues, Hugo Correia, Wilson Gabriel, por toda eficiência, profissionalismo e solicitude.

Às professoras Sandra Prudêncio e Silvia Gonçalves, pelas oportunidades.

Aos meus amigos de sempre e aos novos amigos, em especial: Ellen, Sara, Vanessa, Quédima, Sônia, Daniela, Raisal, Adriana, Roges, Euler, Fefer, Fannine, Nunys, Myler, Ubenício, Fernando, João Raimundo e Dalvan, por simplesmente tornarem meus dias, em sua maioria intensos, em dias mais leves e felizes e também por entenderem as razões que me levaram a rejeitar vários convites.

Às minhas *roomates*, Dandara Santos e Eliane Santos, por respeitarem meu espaço.

À UFBA, por ter me acolhido como aluna.

Ao CNPq, pela concessão de bolsa.

RESUMO

Com base em atas editadas por Oliveira (2006), escritas por brasileiros alforriados, esta dissertação de mestrado investiga a realização das construções dativas ditransitivas, assim como também o uso das preposições que introduzem o dativo, no Português Afro-Brasileiro (PB-afro) no período oitocentista, tendo como principal arcabouço teórico a Morfologia Distribuída. O objetivo é delimitar o padrão de comportamento linguístico dessas construções no *corpus*, buscando compor o acervo geral de análises nas diversas variedades do Português Brasileiro (PB) acerca do tema. Partindo da ideia de que o PB teria se distanciado do Português Europeu (PE) por razões sócio-históricas, sobretudo, pelo fato de o Brasil ter sido por muitos anos um cenário de contato intenso entre línguas de indivíduos originados da África e Europa, além dos índios, buscou-se verificar em que medida o recorte do PB-afro do século XIX exhibe configurações que evidenciam esse contato linguístico. O resultado da análise descritiva dos dados aponta um padrão comportamental do dativo em construções ditransitivas que se aproxima ao que é verificado no PE por Torres Morais (2007), se distancia do padrão observado em outros *corpora* linguísticos do PB oitocentista e principalmente do PB atual, como o uso expandido e generalizado da preposição *a* e a baixa ocorrência da preposição *para*, o uso ainda existente do clítico como estratégia anafórica e presença do redobro do clítico dativo. Além disso, com base na teoria dos núcleos aplicativos, proposta por Pykkänen (2002), e na proposta de Torres Morais (2007) para o PE e PB atual, analiso também a realização das construções dativas, com intuito de encontrar evidências empíricas que confirmem a presença das construções aplicativos no *corpus*, tendo em vista a sua semelhança com a variedade europeia.

Palavras-chave: Construções ditransitivas. Dativo. Português afro-brasileiro. Núcleo aplicativo.

ABSTRACT

Based on the minutes edited by Oliveira (2006), written by Brazilian freed, this dissertation investigates the realization of ditransitive dative constructions, as well as the use of prepositions that introduce the dative, in Afro-Brazilian Portuguese (BP Afro) during nineteenth century, lied on Distributed Morphology as the main theoretical framework. The aim is to define the pattern of linguistic behavior in these constructions in *corpus*, seeking to build an overall collection for analysis about this matter in several varieties of Brazilian Portuguese (BP). Starting from the idea that BP would have been apart from European Portuguese (EP) for social and historical reasons, especially the fact that Brazil has been a scene of intense contact between languages of individuals originating from Africa and Europe, as well Indians, for many years, we sought to determine how much the PB-african nineteenth century selected *corpus* displays settings that show that language contact. Data descriptive analysis result indicates a behavioral pattern of dative ditransitive constructions approaching to what is observed in EP by Torres Morais (2007), and getting apart from the pattern observed in other nineteenth BP linguistic *corpora* and especially in current BP, as preposition *a* expanded and generalized use and preposition *para* little frequency, the current still used clitic as anaphoric strategy and doubling of dative clitic. Furthermore, based on the theory of applicative head, proposed by Pykkänen (2002), and on Torres Morais (2007) proposition for current EP and BP, I also analyze the performance of dative constructions, in order to find empirical evidence to confirm the presence of applicative constructions in the *corpus*, given its similarity to European variety.

Keywords: Ditransitive constructions. Dative. African Brazilian Portuguese. Applicative head.

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição do dativo por tipo semântico do predicador nas atas.....	104
Tabela 2: Traço referencial semântico do dativo nulo.....	111
Tabela 3: Distribuição de dativos anafóricos no <i>corpus</i> por período.....	113
Tabela 4: Evolução dos dativos nulos (BERLINCK, 1997; 2001a).....	114
Tabela 5: O dativo conforme tipo semântico do predicador e traço referencial.....	118
Tabela 6: Distribuição do dativo nas suas várias formas de representação.....	121
Tabela 7: O dativo anafórico nas atas do século XIX.....	124
Tabela 8: Distribuição das preposições por tipo semântico do predicador e natureza semântica do dativo.....	132
Tabela 9: Distribuição das preposições por tipo semântico do predicador e natureza semântica do dativo.....	134
Tabela 10: Distribuição das preposições por tipo semântico do predicador e natureza semântica do dativo.....	135
Tabela 11: Ordem linear das construções dativas.....	147
Tabela 12: Posição do dativo em relação à forma.....	149

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1: Grupos de verbos de transferência em que ocorre o dativo	38
Quadro 2: Grupos de verbos de movimento em que ocorre o dativo	39
Quadro 3: Verbos de transferência material em que ocorre o dativo do tipo <i>fonte</i>	39
Quadro 4: Proposta da ordem dos DPs na estrutura ditransitiva no PE.....	79
Quadro 5: Distribuição das atas por autor e período	102
Gráfico 1 - Distribuição das preposições nas atas	127
Gráfico 2: As preposições <i>a</i> e <i>para</i> segundo o tipo semântico do verbo.....	131
Gráfico 3: Realização de <i>a</i> e <i>para</i> em relação ao período do século XIX.....	142

Na heterogeneidade complexa e mestiça, o português brasileiro é fruto renovado do português europeu, pela sua sócio-história passada e presente, fato que não devemos ignorar, é “desejável observar” e, sem dúvida, é um fenômeno de “águas profundas”.

(ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, 2004,
p.138)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CARACTERIZANDO O OBJETO DE ESTUDO	17
2.1 A EXPRESSÃO DO DATIVO NAS LÍNGUAS	17
2.2 OS TIPOS DE DATIVO DE ACORDO COM SUA INTERPRETAÇÃO SEMÂNTICA	24
2.3 O DATIVO NA CONCEPÇÃO DAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS DO PB (O OIND)	28
2.3.1 O conceito de Objeto Indireto (OInd)	29
2.3.2 A questão do traço semântico do OInd	31
2.3.3 A substituição pelo clítico <i>lhe</i>	32
2.3.4 Preposições introdutoras de DP dativo	33
2.4 TIPOLOGIA DOS VERBOS DITRANSITIVOS EM QUE OCORRE O DATIVO (BERLINCK, 1996).....	37
2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	40
3 ASPECTOS FORMAIS DAS ESTRUTURAS DATIVAS	42
3.1 BREVE REVISÃO SOBRE OS ESTUDOS DA ESTRUTURA ARGUMENTAL DOS VERBOS	43
3.1.1 A concha larsoniana	44
3.1.2 Estruturas argumentais constroem significados	48
3.1.3 Por uma gramática sem léxico	52
3.1.4 Aspectos relevantes da revisão	54
3.2 ELEMENTOS DA ESTRUTURA ARGUMENTAL.....	55
.....	55
3.2.1 Categorizadores de verbo	55
3.2.2 <i>Voice₀</i> como introdutor de argumento externo – Kratzer (1996)	56
3.2.3 Aplicativo como licenciador de dativo - Pylkkänen (2002)	57
3.3 SOBRE A CONSTRUÇÃO DATIVA EM ALGUMAS LÍNGUAS	61
.....	61
3.3.1 A alternância dativa no Espanhol (CUERVO, 2003)	61

3.3.2 A alternância dativa no PE (TORRES MORAIS, 2007)	74
3.3.3 As construções ditransitivas no PB (ARMELIN, 2011)	79
3.3.3.1 O DP _{dat} com semântica de beneficiário pode ser substituído por clítico.....	90
3.3.3.2 Nem o dativo beneficiário nem meta são sensíveis à ordenação sintática.....	91
3.3.3.3 O dativo <u>beneficiário</u> não é argumento nem adjunto.....	92
3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE CAPÍTULO	96

4 O DATIVO DE CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS NO *CORPUS* DO PB-AFRO DO SÉCULO XIX: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO FENÔMENO.....

4.1 OS PRINCIPAIS ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS EM QUE SE INSERE O <i>CORPUS</i> EM ESTUDO	98
4.2 O <i>CORPUS</i>	100
4.3 O TRATAMENTO DOS DADOS	103
4.3.1 Critérios para levantamento e codificação dos dados	104
4.3.2 Decisões metodológicas	106
4.3.2.1 Ocorrências desconsideradas	106
4.3.2.2 Ocorrências consideradas	108
4.4 A DISTRIBUIÇÃO DOS DATIVOS NO <i>CORPUS</i>: DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	110
4.4.1 Ocorrência dos dativos nulos e realizados	110
4.4.1.1 Nulos e realizados e o tipo semântico do predicador	116
4.4.2 As várias formas de representação do dativo nas atas	121
4.4.3 As preposições introdutoras de dativo	126
4.4.3.1 As preposições <u>a</u> e <u>para</u> e o contexto semântico	131
4.4.3.2 O <u>para</u> em contextos de finalidade	
4.4.3.3 As preposições <u>a</u> e <u>para</u> e o período histórico	141
4.4.4 Ordem linear das construções dativas	145
4.5 O DATIVO DAS CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS NO <i>CORPUS</i> DO SÉC. XIX	148
4.5.1 A realização do dativo nas construções ditransitivas	148
4.5.2 Assimetrias na ligação anafórica nas construções dativas	150
4.5.3 A COD e a questão do redobro do clítico	153
4.5.4 O dativo nulo é evidência de núcleo aplicativo	156
4.5.5 Existe COD no português das atas dos afro-brasileiros?	161

4.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO	161
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS	165

1 INTRODUÇÃO

Várias pesquisas sobre a história do Português Brasileiro (PB) vêm discutindo os motivos que levaram essa variedade do português a ter adquirido propriedades linguísticas distintas do Português Europeu (PE). Algumas dessas abordagens consideram que o contexto sócio-histórico do Brasil Colonial, fundamental para a compreensão da formação histórica da realidade linguística brasileira, principalmente no que se refere à presença bastante significativa dos africanos em relação aos europeus e eurodescendentes no Brasil (MUSSA, 1991; MATTOS E SILVA, 2004), o que teria propiciado o contato entre as diferentes línguas durante todo esse período. Tal quadro sócio-histórico levou muitos pesquisadores a assumir o contato linguístico como o principal responsável pela variação e pela mudança na configuração sintática no PB em relação ao PE, tais como a mudança do paradigma flexional, no parâmetro do sujeito nulo, na distribuição do sistema pronominal, no sistema de relativização, dentre outras (GUY, 1981; TARALLO, 1983; LUCCHESI, 2003; MATTOS E SILVA, 2004; TORRES MORAIS, 2007).

Dentre as diferenças apontadas, o dativo também revela um comportamento linguístico distinto entre as variedades europeia e brasileira no que se refere às construções que possuem dois complementos internos: um acusativo e um dativo (doravante construções ditranstitivas), conforme estudo elaborado por Torres Morais (2007). Segundo a autora, o PE pertence ao grupo das línguas que apresentam o fenômeno da alternância das construções dativas, enquanto o PB atual não mais apresenta esse fenômeno, por ter passado por um forte processo de reconfiguração sintática na expressão do dativo, como a perda do clítico de terceira pessoa *lhe/lhes* e o aumento da preposição *para* em lugar da preposição *a*, além do aumento dos dativos nulos anafóricos.

Assumindo essas premissas, esta pesquisa se propõe a realizar um estudo sobre o dativo nas construções ditranstitivas em atas escritas por ex-escravos brasileiros do século XIX, um *corpus* editado por Oliveira (2006), buscando encontrar nos aspectos sócio-históricos do Brasil oitocentista se há evidências que confirmem a hipótese que admite a interferência do contato linguístico na sintaxe do PB e, além disso, delimitar os principais aspectos linguísticos do fenômeno no *corpus* investigado, fornecendo dados novos para compor o acervo de análises nas diversas variedades do PB acerca do dativo.

Para alcançar tais propósitos, assumo como aporte teórico a Morfologia Distribuída inaugurada pelos teóricos Halle & Marantz (1993; 1994), Marantz (1997) e Halle (1997), mais particularmente: a noção da estrutura sintática como principal responsável por

determinar os significados possíveis do núcleo verbal e seus argumentos, a noção de núcleos aplicativos, como propõe Pylkkänen (2012) e assumida por Torres Morais (2007) para o PE e Cuervo (2003) para o Espanhol.

Segundo a proposta de núcleos aplicativos de Pylkkänen (2002), em construções de objeto duplo (doravante COD), o dativo seria licenciado sintática e semanticamente por núcleos especializados introdutores de argumento. Guiando-me por esta proposta e pelo caminho que levou Torres Morais (2007) a assumir tais núcleos para o PE, esta dissertação também se propõe a observar se os dados de dativo encontrados nas atas dos afro-brasileiros refletem ou não as mesmas propriedades sintáticas que evidenciam a realização das construções aplicativos, como foi proposto para o PE.

A fim de caracterizar o dativo e delimitar o objeto de análise da presente pesquisa, no capítulo 2, apresento uma breve descrição de como o dativo se comporta sintática e semanticamente em diversas línguas, com base em várias pesquisas que se ocupam deste fenômeno, adicionando a visão da gramática tradicional a respeito do complemento dativo, nomeado *objeto indireto*, em construções ditransitivas¹.

No capítulo 3, apresento o quadro teórico que visa a explicar como se estruturam as construções ditransitivas em que o dativo ocorre e como o dativo pode ser licenciado na estrutura argumental dessas construções, tomando como base diversos teóricos, tais como Larson (1988), Marantz (1997), Hale e Keyser (1993), Kratzer (1996) e Pylkkänen (2002). A fim de mostrar também como o dativo é explicado em outras línguas, apresento os estudos de Cuervo (2003), Pujalte (2007) e Ordoñez (1999) para o Espanhol, Torres Morais (2007) para o PE e Armelin (2011) para o PB atual. Ao final do capítulo, levanto algumas discussões acerca do que se tem adotado para o licenciamento do dativo no PB atual.

No capítulo 4, realizo a descrição e análise do fenômeno nas atas de afro-brasileiros no período oitocentista, investigando se os principais aspectos do PB atual, distinguindo-se do PE, tratados por Torres Morais (2007), Armelin (2011), Berlinck (1997), Freire (2005), Barros (2008), Barros e Ribeiro (2011) e Gomes (2003 a), já se encontravam disponíveis na configuração linguística dos afro-brasileiros das atas ou se correspondem ao padrão da época, como também foi verificado por Torres Morais e Berlinck (2006), Torres Morais (2007), Berlinck (1997; 2000; 2001; 2009). No último capítulo, apresento as principais considerações e reflexões acerca do fenômeno das construções dativas nas atas.

¹ Também denominados bitransitivas.

2 CARACTERIZANDO O OBJETO DE ESTUDO

A fim de se obter um panorama geral, este capítulo apresenta as principais características do argumento dativo, tratado pela gramática tradicional como *objeto indireto*. Este capítulo está assim organizado: na seção 2.1, mostro brevemente como se dá a expressão do dativo em algumas línguas humanas; na seção 2.2, apresento a classificação semântica do dativo; e, em seguida, na seção 2.3, trato do objeto indireto, de acordo com gramáticas tradicionais. O capítulo se encerra com a definição das principais características do dativo, delimitando o objeto do estudo desta dissertação.

O termo “dativo” origina-se da palavra latina *dativus*, que significa “ato de dar”, em que se denota uma relação que inclui uma pessoa ou entidade que se beneficia de algo que lhe foi concedido (HOUAISS, 1992) como em “João ofereceu ajuda a seu irmão”. Por sua vez, o objeto concedido pode ser algo concreto, palpável, como “uma bolsa”, “um carro”, ou algo abstrato, como “um bom dia”, “um olhar”. Em algumas construções ditransitivas, há envolvimento de dois objetos internos ao verbo: um exibe Caso² acusativo, e geralmente possui papel semântico de tema³, e outro é marcado pelo Caso dativo (MIOTO; SILVA; LOPES, 2005) que, no PB, aparece introduzido por *a* ou *para*, apesar de apresentar-se de diversas maneiras, conforme mostro a seguir.

2.1 A EXPRESSÃO DO DATIVO NAS LÍNGUAS

Nas línguas humanas, o Caso dativo pode se manifestar em diversas estruturas sintáticas e, por vezes, pode ser requerido por um predicador nominal (cf. 1a), um predicador adjetival (cf. 2a) ou com um predicador verbal (cf. 1b e 2b).

- (1) a. *Doaram* brinquedos [DAT **aos órfãos**] às 14h.
 b. A *doação* dos brinquedos [DAT **aos órfãos**] ocorreu ontem às 14h⁴.
- (2) a. A justiça *transferirá* a pena [DAT **ao transgressor**].

² A palavra “Caso” escrita com letra maiúscula refere-se à expressão das funções sintáticas numa sentença que torna o DP (Determiner Phrase) visível para a interpretação dos papéis temáticos.

³ Tomando como base a concepção de Haegeman (1994), *tema* é o papel temático desempenhado por um elemento da oração que significa ser a pessoa ou coisa movida pelo agente da ação. Vale lembrar que muitos trabalhos citam os termos *tema* e *paciente* como sinônimos, referindo-se em geral aos elementos que sofrem uma ação, sem fazer distinção entre a ação de ser movidos pelo verbo ou não.

⁴ Quando não houver indicação do autor/fonte, os exemplos são propostos por mim para esta dissertação.

b. Esta é uma pena *transferível* [DAT^{ao} **transgressor**].

Os predicadores verbais e nominais em (1) e (2) possuem o mesmo requerimento semântico de complementos, por isso, é possível observar que o mesmo dativo que possui relação com verbo “doar” em (1a) e “transferir” em (2a) pode ser também complemento do nome “doação” em (1b) ou do adjetivo “transferível” em (2b).

Quanto à expressão do Caso dativo nas línguas, observam-se quatro principais estratégias: i) morfológica, como em (cf. 3)⁵, em que o dativo se manifesta através da adjunção de morfemas flexionais de Caso à base nominal; ii) preposicional, em que o dativo aparece sempre regido por uma preposição que marca o Caso (cf. 4); iii) pela ordem, considerando a posição dos objetos estrutura sintática (cf. 5 e 6); iv) em construções de seriais, em que o objeto dativo é compartilhado por uma estrutura complexa formada por, no mínimo, dois verbos (cf. 7); e v) com clíticos, quando o dativo retoma um referente já expresso na sentença (cf. 8 e 9). Os exemplos que evidenciam tais ocorrências são analisados a seguir:

(3) **Latim**

a. *Pulchrae puellae rosam dedi.*

bonita.DAT menina.DAT rosa.ACC dar.1st p.sg

‘*I gave beautiful girl a rose*’

“Dei uma rosa para a/menina bonita”

(MORAIS; RIBEIRO E FERREIRA, 2008, p. 3)

Japonês

b. *Izakaya-no mama-ga (Shin-ni) basahi-o dasita*

bar.GEN mom.NOM Shin.DAT basashi-ACC served

‘*The waiter served a Shin basashi*’

“O garçom serviu a *Shin basashi*”

(CUERVO, 2003, p.13)

Hebraico

c. *Ha-radio nišbar (le-Roni)*

⁵ Os grifos são da autora e os exemplos foram adaptados com a tradução em português.

The radio broke DAT.Roni
 ‘The Roni’s radio broke’
 “O radio de Roni quebrou”

(CUERVO, 2003, p.14)

No exemplo em (3a), observa-se que o Caso dativo no latim clássico, assim como os demais Casos, era expresso morfologicamente através de flexão casual independentemente da posição do argumento dativo na sentença (MORAIS; RIBEIRO E FERREIRA, 2008). Semelhantemente, outras línguas como o Japonês, em (3b), e o hebraico, em (3c), também marcam o Caso dativo através da morfologia, com a ressalva de que, nos dois últimos casos, como mostram os parênteses, os dativos “*Shin-ni*” e “*le-Roni*”, beneficiário e afetado respectivamente, são opcionais, pois, segundo Cuervo (2003), são dativos que não são requeridos pelo verbo.

No entanto, durante o processo evolutivo do latim e da formação das línguas românicas, houve a perda da expressão morfológica desses Casos latinos, dando lugar a outros recursos sintáticos, como o uso das preposições como marcador de Caso (HOECKE, 1996; ORDOÑEZ, 1999, TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006). Esse recurso sintático pode ser observado na realização do dativo do português e do italiano, conforme mostram os exemplos a seguir.

(4) **Português Brasileiro (PB)**

a. Eu	dei	uma rosa	<u>para a/prá/à</u> menina bonita
pro.1 ^a .sing.NOM		ACC	DAT

Português Europeu (PE)

b. O João	enviou uma carta	<u>à</u> Maria.
NOM	ACC	DAT

(TORRES MORAIS, 2007, p.52)

Italiano⁶

c. Ho	dato	una rosa	<u>a</u> Maria
NOM	give	a rose.ACC	TO.DAT

⁶ Agradecimento ao amigo Marco Prado pelo exemplo fornecido.

'I gave a rose to Maria'
 “Eu dei uma rosa a Maria”

Comparando os exemplos acima, observa-se que no PB (4a) há mais de uma possibilidade de preposição⁷ (*a* e *para*) para marcação do Caso dativo. Já no PE (4b) e no italiano (4c), o dativo é introduzido apenas por *a*. Quanto à diferença entre as duas variedades do português, Moraes, Ribeiro e Ferreira (2008) afirmam que a mudança na expressão de Caso no PB se caracteriza por uma progressiva expansão da preposição multifuncional *para* e pela perda das marcas de dativo, devido a um processo de simplificação morfológica. Isso se reflete no uso quase exclusivo da preposição *para* como introdutora de argumento dativo no PB popular atual (LUCCHESI; MELLO, 2009; BARROS, 2008; BARROS ; RIBEIRO, 2011), sendo a preposição *a* uma forma privilegiada pelo uso culto do PB e uma estratégia muito frequente no PE (cf. 4b) (TORRES MORAIS, 2007; FREIRE, 2005).

O complemento dativo pode também ocorrer com ou sem marcador casual realizado foneticamente a depender do tipo de estrutura na qual aparece. No inglês, muitos pesquisadores têm observado duas possibilidades de estrutura (LARSON, 1988)⁸: a primeira é a construção ditransitiva preposicionada (doravante CDP), em que o complemento dativo é regido por uma preposição, que, por sua vez, faz a marcação de Caso (cf. 5a), assim como se observa nos exemplos em (4) retirados do PB, do PE e do italiano, apresentados anteriormente; e a segunda é conhecida por construções de duplo objeto (doravante COD), em que o DP dativo aparece adjacente ao verbo sem marca casual, como preposição ou morfema de caso (cf. 5b). A possibilidade de ocorrência dessas construções estruturalmente marcadas evidencia na língua um fenômeno conhecido por *alternância dativa*.

- (5) **Inglês**
- | | | | |
|-------------------------------|-------------|--------------|-----------------|
| a. <i>I</i> | <i>gave</i> | <i>a car</i> | <i>to John.</i> |
| 1 ^a .sing.NOM | dar | ACC | to.DAT |
| “Eu dei um carro a John” | | | |
| | | | |
| b. <i>I</i> | <i>gave</i> | <i>John</i> | <i>a car.</i> |
| 1 ^a .sing.NOM | dar | DAT | ACC |
| “Eu dei a/para John um carro” | | | |

⁷ Por ora, tomo os itens gramaticais *a* e *para* por preposições.

⁸ Cf. também Pesetsky (1995)

Em (5a), o DP com Caso dativo ocorre regido por uma preposição (*to John*), que marca o Caso, constituindo-se em uma CDP, também muito frequente no PB. Em (5b), o dativo (*John*) quando adjacente ao verbo (*gave*), dispensando o uso da preposição, constitui a estrutura COD.

O fenômeno da omissão da preposição que introduz complementos dativos em construções de duplo objeto, conforme se observou em (5b), pode também ser encontrado nas variedades rurais do Português Brasileiro (PB), como o dialeto rural da Zona da Mata de Minas Gerais e o dialeto das comunidades rurais afrobrasileiras (BARROS, 2008; LUCCHESI; MELLO, 2009; SCHER, 1996; CAVALCANTE; BARROS, 2012), conforme mostram os exemplos a seguir:

(6) **Zona da Mata de Minas Gerais**

a. Eu dei **o rapaz** o livro.
 Pro.1st.sing.NOM give young man.DAT the book.ACC

(SCHER, 1996, p. 12)

Comunidades rurais afrobrasileiras

b. ele vendia **compade jacó** porco gordo⁹
 Pro.3rd.sing.NOM sell Jacó's godfather.DAT fat pig.ACC

(LUCCHESI; MELLO, 2009, p. 441)

Em um estudo comparativo, Cavalcante e Barros (2012) mostram que o fenômeno da omissão de preposição possui condicionamentos morfossintáticos distintos, ocorrendo de maneira semelhante à alternância dativa do inglês em Helvécia (Bahia) e, de maneira distinta, na Zona da Mata mineira, sendo a omissão de preposição neste último caso o resultado de um processo de fusão entre a preposição e o determinante durante o processo de derivação¹⁰.

Nas línguas crioulas, o dativo pode ocorrer também em construções seriais em que a perda da preposição introdutora de dativo é suprimida pela forma gramaticalizada de um verbo da língua lexificadora¹¹ (o verbo *dar*, por exemplo), conforme se verifica a seguir no exemplo em (7) da língua crioula *fa d'ambu*, da ilha de Annabon (LUCCHESI; MELLO,

⁹ Helvécia – Inquérito 20 – *Corpus* do Projeto *Vertentes* – UFBA, coordenado pelo Professor Dr. Dante Lucchesi.

¹⁰ Para mais detalhes, confira Cavalcante e Barros (2012).

¹¹ A língua-alvo fornece dados à língua subjugada e fornece os dados lexicais para a formação do crioulo.

2009).

(7) **CRIOULO FA D'AMBU**

Amu da wan kuzu da bo
 1^a.sing.NOM give DET a thing da-2^a.sing.DAT

“I gave a thing to you”

“Eu dei uma coisa pra você” (Lit. Eu dei uma coisa dá você)

(LUCCHESI; MELLO, 2009, p. 437)

No exemplo em (7), há uma construção, que geralmente é caracterizada por exibir uma sequência de dois ou mais verbos (“*da*” e “*da*”) que agem como um único predicado, uma única ação verbal expressa. Entretanto, embora os dois objetos envolvidos pertençam à estrutura por inteiro, apenas o segundo verbo assume o papel de marcar o Caso ao complemento dativo “*bo*”.

Outra forma de expressão do dativo é a forma clítica, como se pode encontrar nas línguas portuguesa, francesa e espanhola.

(8) **Português**

a. O João deu-*lhe* um computador
 NOM give.PAST-cl.DAT ACC

(TORRES MORAIS, 2007, p. 105)

Francês

b. *Valentine (lui) a coupé les cheveux*¹²
 NOM cl.DAT has cut the hairs.ACC

‘Valentine cut his hair’

“Valentine cortou o cabelo” (Lit. Valentine fez cortar os cabelos a ele)

(CUERVO, 2003, p.14)

Espanhol

c. *Le Envío una postal a Pepe*¹³
 cl.DAT 3^a.sing.sent.PAST ACC a.DAT

¹² Grifos da autora - Exemplos adaptados com a tradução em português.

¹³ Exemplo adaptado.

'He/She sent Pepe a postcard'

“Enviou um cartão a Pepe” (Lit. enviou-lhe um postal a Pepe)

(ORDOÑEZ, 1999, p. 1868)

Em (8a), o clítico dativo *lhe* estabelece uma relação anafórica com um termo já mencionado anteriormente. Em (8b), o clítico dativo estabelece uma relação de posse com DP sujeito da sentença (*Valentine*). Já em (8c) o pronome clítico constitui o redobro do complemento dativo, estabelecendo uma relação de correferência entre o clítico (*le*) e o sintagma pleno dativo (*a Pepe*).

Conforme aponta Torres Morais (2007), o fenômeno do redobro ocorre também no PE (cf.9), no entanto, nessa língua há redobro do clítico dativo na sentença somente quando seus referentes são “a+pronome”, do tipo “a ele (a)”, “a eles (as)”. O redobro, nesse caso, pode ser interpretado como um contraste/ênfase em relação a outras pessoas no discurso¹⁴.

(9) Português europeu (PE)

a. *Pedi -lhe a ele que me enviasse os arquivos (não a você)*

1st p.sg.asked cl.3^a sing.DAT a-DP.DAT [...]

b.**Pedi a ele que me enviasse os arquivos*

c. **Pedi-lhe ao João que me enviasse os arquivos*

(TORRES MORAIS, 2007, p. 105)

Em (9a), o clítico *lhe* e a forma pronominal preposicionada *a ele* formam uma construção de redobro do clítico, estabelecendo uma relação de dependência sintática anafórica. Segundo Torres Morais (2007), esse tipo de construção é obrigatória somente se houver um pronome lexical (ex: *a ele/a ela/ a eles/ a elas*) como um referente da anáfora. Se não houver uma relação anafórica da forma pronominal com um clítico dativo, o resultado é agramatical, conforme se verifica em (9b). A sentença será agramatical também se, no lugar de uma forma pronominal, houver um forma lexical (*ao João*), como em (9c). Isto porque, segundo a proposta da autora, a forma lexical está em distribuição complementar ao clítico *lhe*, ambos ocupando a mesma posição na estrutura da sentença, conforme abordo na próxima seção.

É importante mencionar que o PB atual não apresenta estruturas de redobro.

¹⁴ Apresento mais detalhadamente a discussão de Torres Morais (2007) sobre o assunto na seção 3.

Diferentemente do PE, a expressão do Caso dativo no PB é dada apenas pelas preposições *a* e *para* diante de qualquer tipo de DP, seja lexical ou pronominal, independentemente da ocorrência do clítico de terceira pessoa (*lhe/lhes*) que, aliás, tem uso praticamente inexistente no PB (FREIRE, 2005; BERLINCK, 1997; TORRES MORAIS, 2007).

Como se viu nesta seção, o dativo pode realizar-se através de diferentes estratégias morfossintáticas nas línguas. Na próxima seção, apresento uma classificação do dativo conforme sua interpretação semântica, com respaldo nas leituras realizadas sobre o tema.

2.2 OS TIPOS DE DATIVO DE ACORDO COM SUA INTERPRETAÇÃO SEMÂNTICA

Alguns estudiosos (BECHARA, 1999; CAMPOS, 1999; HOECKE, 1996)¹⁵ têm tentado descrever os tipos de dativo de acordo com sua interpretação semântica, estabelecendo uma classificação que os distingue. Alguns desses tipos de dativos são exemplificados¹⁶ de agora em diante.

(10) **DATIVO PROPRIAMENTE DITO**¹⁷

<i>Caesar</i>	<i>regnum</i>	<i>Cleopatrae</i>	<i>dedit</i>
NOM	ACC	DAT	give.3 ^a .sing.PAST
'Caesar gave the kingdom to Cleopatra'			
"Caesar deu um reino a Cleópatra"			

(EUTROPIUS, *Breviarum historiae Romanae*, 6, 22 apud HOECKE, 1996, p.6)

Em (10), de acordo com Hoecke (1996), esse tipo de dativo representa a pessoa a quem é dada (enviada, dita, trazida, etc.) alguma coisa. Leva esse nome porque ocorre com verbos do tipo "dar" (*dare*), que, prototipicamente, são designados a possuir o *casus dandi*, nos termos do autor. Nessas construções, o dativo aparece com verbos transitivos com três argumentos: um sujeito (*Caesar*), um nome acusativo, funcionando como objeto direto

¹⁵ Por não haver uma delimitação exata dos tipos de dativo na literatura sobre o tema, trago aqui apenas os mais frequentes entre os autores que considerei como importantes para a discussão sobre a caracterização do dativo neste trabalho.

¹⁶ Mantenho os exemplos originais dos autores, os quais tomo como referência para listar os tipos de dativo. Os exemplos em português são meus.

¹⁷ Termo criado em substituição à palavra "*proper*" do inglês, retirada do texto de Hoecke (1996, p. 6).

(*regnum*), e um dativo, constituindo um objeto indireto (doravante *OInd*) (*Cleopatrae*)¹⁸. Independentemente da interpretação semântica do dativo (se *beneficiário*¹⁹, *meta*, *recepção*, *fonte*, etc.), Hoecke (1996) os engloba em um mesmo grupo, levando em conta principalmente a estrutura bitransitiva em que este tipo aparece.

Há dativos que, apesar de não serem previstos pela grade argumental do predicador verbal ou nominal, expressam a pessoa que é beneficiada ou prejudicada pelo evento descrito pelo predicador. São os DPs classificados como **dativo de interesse** (CAMPOS, 1999).

(11) **DATIVO DE INTERESSE**

a. Ele só trabalha **para os seus**
 pro.masc.3^a.sing. *only* *work* para.DAT

(BECHARA, 1999, p. 424)

b. *Kiko* *Le* *construyó* *una mansión a Patty*
 Kiko 3rdp.cl.DAT *built* ACC a.DAT
 ‘*Kiko built Patty a mansion*’

Lit. “Kiko construiu-lhe uma mansão a Patty”

(CAMPOS, 1999, p. 1547)

Os exemplos em (11) demonstram que o **dativo de interesse** não ocorre apenas em uma única forma de estrutura, podendo aparecer em construções tanto intransitivas (11a) (*para os seus*) como transitivas (11b), em que ocorre a construção de redobro do clítico de terceira pessoa (*le*), dependente sintaticamente do DP dativo lexical (*a Patty*).

Oiti (1996, p.7) levanta uma relevante hipótese sobre algumas construções, como as que possuem verbos como “favorecer” ou “invejar”, por exemplo. O autor afirma que esse tipo de verbo implica um DP acusativo “interno” a ser transferido [cf. (12)], assim como acontece com os verbos do tipo “dar”.

(12) a. A fortuna favorece [ACUS **os ricos**]
 a’.A fortuna concede [ACUSfavorecimento] [DAT **aos ricos**]

¹⁸ Campos (1999, p. 1547) chama os dativos que se inserem nestas especificações de **dativo de recepção**. Ex: *Les dije la verdade a mis padres*.

¹⁹ Segundo Haegeman (1994), é a entidade que se beneficia da ação expressa pelo predicado.

- b. A riqueza inveja [ACUS **os pobres**]
 b'. A riqueza causa [ACUS inveja] [DAT **aos pobres**]

A estrutura em (12a e 12b) deixa de ser de dois lugares, com um verbo transitivo, e passa a ser uma estrutura de três lugares (12'a e 12'b), com verbo do tipo leve, evidenciando um OD (“favorecimento”, “inveja”) que passa do domínio do sujeito para aquele do dativo ou vice-versa.

No exemplo adiante, há um **dativo de posse**. De acordo com Bechara (1999), recebe esse nome por designar elementos que são parte de um todo de alguém ou de algo, ou ainda, conforme Campos (1999, p.1547), por ser o complemento que “se considera inseparável ou íntimo”²⁰.

(13) **DATIVO DE POSSE**

O médico	tomou	o pulso	ao doente (tomou- lhe opulso)
NOM	3 ^a .sing.PAST	ACC	a.DAT

(BECHARA, 1999, p. 424)

No PB atual, o uso da preposição *a* não é comum neste contexto, como no exemplo em (13). Esses dativos são introduzidos de maneira geral pela preposição *de*, que atua como uma espécie de marcador de genitivo (cf.14).

- (14) a. O médico tomou o pulso [possuidor **do paciente**]
 b. Roubaram a bicicleta [possuidor **de Michel / dele**]

Além disso, no PB, exemplos como em (14) são ambíguos quanto à sua argumentalidade, pois há dúvida quanto “do paciente” ou “de Michel/dele” ser um adjunto do único complemento do verbo ou se faz parte de uma construção ditransitiva.

Há, ainda, segundo Campos (1999), o dativo que representa o ser *interessado* ou *afetado* pela realização da ação verbal.

(15) **DATIVO ÉTICO**

Me *suspendieron* *al niño* *de la escuela*

²⁰ Traduzido do espanhol.

1^a.cl.DAT *suspended*.3^a.pl the boy.ACC from school
 “Me suspenderam o menino da escola”

(CAMPOS, 1999, p. 1547)

No PB, esse tipo de dativo aparece quase sempre na forma pronominal de primeira pessoa *me* ou *nos*, ou de segunda pessoa *te* ou *lhe*, mas se a variante *lhe* for de terceira pessoa, o resultado é agramatical no PB (cf. 16a"); além disso, este tipo de dativo não pode ocorrer na forma sintagmática plena (cf. 16a').

- (16) a. **Me** pintaram de azul a cara!
 a'. ***ao João** pintaram de azul a cara!
 a". ***lhe**_{3^a.sing} pintaram de azul a cara!

Ainda em se tratando do PB, o **dativo ético**, algumas vezes, pode ser confundido com o **dativo de interesse**, já que ambos possuem certo envolvimento com ação expressa pelo predicado. No entanto, é possível identificar o **dativo de interesse**, substituindo-o por uma estrutura do tipo “para+DP”. Se houver uma interpretação de “beneficiário” da ação do verbo, tem-se, então, um **dativo de interesse**, como em (17), e não um dativo *ético*, como em (16a).

- (17) Pintaram [_{beneficiário}**para mim**] a cara de azul

Por fim, no exemplo a seguir, há um tipo de dativo que indica um alvo da ação expressa pelo predicado verbal. Embora se manifeste em uma construção diferenciada dos demais tipos, esse tipo de dativo, segundo Hoecke (1996, p.12), “implica uma ideia de ação direcionada a um objetivo”²¹, como os demais já apresentados.

- (18) **DATIVO DE FINALIDADE**²²
 Facundiam *tuendis* *civibus* *exercebat*
 Eloquence.ACC *protect*.DAT DAT *practice*.3^aIMPERF
 ‘*He practiced eloquence to protect his fellow citizens*’
 “Ele praticava eloquência para proteger seus concidadãos”

²¹ Traduzido do inglês.

²² Originalmente: “*dativus finalis*” (HOECKE, 1996, p. 12).

(TACITUS, *Annales*, 15, 48 apud HOECKE, 1996, p.12)

A construção na qual esse tipo de dativo se insere parece ser relevante, porque se diferencia dos outros tipos apresentados até agora: o dativo não apenas se constitui em um complemento do verbo, mas também introduz uma oração encaixada infinitiva. É curioso que, no PB, a ocorrência do **dativo de finalidade** é expressa principalmente pela preposição *para* seguida de verbo no infinitivo, conforme mostra a tradução em português no exemplo em (18). É importante mencionar que uma das hipóteses levantadas neste trabalho se refere à interferência desses contextos na realização da preposição *para* no *corpus* em estudo. No entanto, sobre esse assunto, trato melhor na seção 3.4.3.1.

Há pelo menos dois grupos distintos de dativo nas línguas: de um lado, existe uma classe de dativos **obrigatórios**, isto é, prevista pelas propriedades semânticas do verbo (CAMPOS, 1999), como é o caso dos *dativos propriamente ditos* e, por outro lado, há as ocorrências de dativos **não obrigatórios** e que funcionam como termos acessórios na oração: os chamados “dativos livres” (BECHARA, 1999), como é o caso dos demais dativos apresentados. A obrigatoriedade de alguns dativos e a não-obrigatoriedade de outros parece ser determinante na escolha da preposição no espanhol (CUERVO, 2003) e no PB atual (ARMELIN, 2011), como se verá na seção 3, a seguir. Em se tratando desta pesquisa, analiso nas atas escritas por afro-brasileiros alforriados a realização dos dativos obrigatórios (*dativo propriamente dito*), em construções ditransitivas, isto é, em construções cuja estrutura exhibe três participantes para compor a sentença, conforme exemplo de Hoecke (1996) em (10), bem como a ocorrência das preposições introdutoras de dativo nessas construções.

A próxima seção objetiva apresentar como o objeto de estudo deste trabalho é abordado pela gramática tradicional. Sabendo que existem algumas divergências descritivas acerca das delimitações deste complemento entre as gramáticas, busco encontrar os aspectos comuns que possam tornar estrita a relação entre a noção de dativo, que tomo como objeto de estudo, e a do *OInd*.

2.3 O DATIVO NA CONCEPÇÃO DAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS DO PB (O *OIND*)

Na gramática tradicional, o *dativo propriamente dito*, conforme foi apresentado, é, por diversas vezes, associado à função sintática de *OInd*. Esta prática de associar a noção de dativo à função *OInd*, entretanto, é confusa por duas razões: i) por se tratar de uma abordagem

que abrange todos os complementos preposicionados, os quais nem sempre compartilham as mesmas propriedades formais (traços casuais e semânticos são exemplos²³) e ii) pelo fato de não prever as diferentes expressões de dativos encontradas nos predicados verbais (com diferentes formas e significações, constituindo diferentes estruturas), conforme se viu na seção anterior.

O latim dispunha de flexões de Caso para indicar o comportamento funcional dos sintagmas envolvidos na oração. No entanto, essas flexões casuais desapareceram no processo evolutivo do latim e as línguas românicas passaram a buscar outros recursos sintáticos para manifestar seus valores formais de Caso²⁴ (HOECKE, 1996; ORDOÑEZ, 1999; TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006). A tradição gramatical das línguas românicas, então, manteve algumas denominações usadas para referir-se ao Caso latino, associando cada Caso observado no latim às funções sintáticas: o nominativo é a função de *sujeito*; acusativo, a do *objeto direto*; dativo, a do *OInd*.

Levando em conta o conceito de *OInd* pelas gramáticas, pode-se dizer que nem todo dativo será considerado *OInd*, como os dativos éticos (cf. 15), por exemplo, do mesmo modo que nem todo *OInd* terá marcação de Caso dativo, como é o caso dos complementos relativos.

Assim sendo, levanto a seguinte questão: até que ponto podemos considerar o *OInd* da gramática tradicional um complemento que expressa a marcação dativa no português?

Nesta seção, discuto as posturas dos gramáticos Cunha e Cintra (1985), Rocha Lima (1972) e Bechara (1999), as quais servirão como uma revisão do pensamento tradicional acerca do *OInd*, dativo no PB. Além desses, tomo como referência também as abordagens sobre o PE em Duarte (2003) e Brito (2003) na “Gramática da Língua Portuguesa”, organizada por Maria Helena Mira Matheus *et al.*

2.3.1 O conceito de Objeto Indireto (*OInd*)

Na gramática de Cunha e Cintra (1985), o *objeto indireto* é todo complemento que se liga a um núcleo verbal por intermédio de um elemento preposicional.

OBJETO INDIRETO é o complemento de um verbo transitivo indireto, isto é, o complemento que se liga ao verbo por meio da preposição (CUNHA; CINTRA,

²³ Complementos locativos, por exemplo, são também introduzidos por preposição (Fui **à/prá escola** ontem).

²⁴ Segundo a concepção gerativista, todo DP foneticamente realizado possui um traço de Caso para ser interpretável na sentença.

1985, p. 143)²⁵

Levando em conta a citação acima, os complementos preposicionados presentes nos exemplos a seguir podem ser considerados integrantes de um mesmo grupo, apesar de se comportarem semanticamente de maneira diferente.

(19) Duvidava **da riqueza da terra**

(CUNHA; CINTRA, 1985, p.143)

(20) Mas – quem daria dinheiro **aos pobres?**

(CUNHA; CINTRA, 1985, p.143)

Em (19), o verbo “duvidar” apresenta um complemento cuja função semântica é a de *tema*. Diferentemente, em (20), o complemento em destaque não atua como *tema*, mas como *beneficiário* da ação do verbo. Considerando essa diferença entre os papéis semânticos expressos pelos complementos preposicionados em negrito em (19) e (20), verifica-se que a classificação única proposta por Cunha e Cintra não é suficiente para dar conta de todos os diferentes tipos de argumentos verbais preposicionados.

Rocha Lima (1972)²⁶ apresenta uma classificação que divide os complementos preposicionados em diferentes tipos, a depender do contexto: i) **complemento relativo** (cf. 21), em que o constituinte, geralmente com papel temático de *tema*, é introduzido por uma preposição específica (nos casos dos exemplos: a preposição *de*) que serve para ligar o verbo ao seu complemento, isto é, para satisfazer questões de regência verbal; e ii) em **OInd** (cf. 22), que se caracteriza por ser um complemento com papel de *beneficiário* que geralmente ocorre junto a outro elemento que desempenha a função de *tema*. Esse tipo de complemento preposicionado se distingue dos *complementos relativos*, porque representa “a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza” (ROCHA LIMA, 1972, p.252). Duarte (2003), por sua vez, classifica os *complementos relativos* como **complemento oblíquo** e mostra que esses complementos podem aparecer com verbos que possuem esquemas de três lugares, e que geralmente são introduzidos por preposições como *com, de, em, por e para* (cf.23).

²⁵ Quando se tratar de um exemplo retirado de algum autor, seus grifos são mantidos nos exemplos. Caso haja alguma modificação ou adaptação, será feita a sinalização em nota.

²⁶ Bechara (1999) também adota essa classificação.

- (21) Gostar *de* uvas.
(ROCHA LIMA, 1972, p. 252)
- (22) Dar esmola *a* um mendigo.
(ROCHA LIMA, 1972, p. 249)
- (23) [Ele] _{SU} *partilhou* [o almoço] _{OD} [com o amigo] _{OBL}
(DUARTE, 2003, p. 296)

Neste estudo, considero a distinção feita por Rocha Lima (1972) e por Bechara (1999), assumindo como objeto de estudo desta pesquisa as estruturas ditransitivas que apresentam um DP exercendo função de *OInd*, como aquele em (22). A seguir, descrevo, conforme as gramáticas tradicionais, o aspecto semântico do *OInd*.

2.3.2 A questão do traço semântico do *OInd*

Outro aspecto importante na definição do *OInd* é o **traço de animacidade**. De acordo com a gramática de Rocha Lima (1972) e a de Bechara (1999), o *OInd* pode ainda ser definido como:

[...] SER ANIMADO a que se dirige ou destina a ação ou estado que o processo verbal expressa (ROCHA LIMA, 1972, p. 248).

[...] denota geralmente relação a um ser animado, introduzido pela preposição *a* e que se refere à pessoa destinada ou beneficiada pela experiência comunicada no primeiro momento da intenção comunicativa do predicado complexo (verbo + argumento) (BECHARA, 1999, p. 421).

Em relação a essa questão, Duarte (2003) comenta que um *OInd* ocorre com traço [-animado] apenas com predicados de dois lugares, como o verbo “obedecer a” (cf. 24a), ou como “fazer” ou “dar”, seguidos de um deverbais²⁷, com função de *objeto direto* (cf.24b).

- (24) a. Obedecer *ao* regulamento
b. A Maria deu [uma pintura] _{OD} [às estantes] _{OI}
(DUARTE, 2003, p.289)

Duarte (2003) inclui em sua classificação, como *OInd*, os complementos

²⁷ Um nome derivado de um verbo, que expressa seu sentido de forma abstrata.

preposicionados que fazem parte da grade argumental do predicador verbal “obedecer”, em (24a), apresentando um evento com dois argumentos: “o obediente” e “a pessoa a quem se obedece”, sendo este último argumento um *OInd*. Casos como esses não são considerados nesta pesquisa. Em (24b), a expressão “dar uma pintura” se constitui de um verbo leve, “dar”, e o sintagma determinante, “uma pintura”. É o complexo “dar uma pintura” que seleciona²⁸ semanticamente como argumento o complemento preposicionado “às estantes”.

É interessante destacar que, em nota, Rocha Lima (1972, p. 248) observa que, apesar de um DP se referir a “coisas”, quando possui função de *OInd*, deve ser tratado como se fosse *um ser animado*. Uma forma de se testar esse aspecto é substituir o *OInd* com traço semântico [-animado] ou [instituição] pela forma pronominal cliticizada *lhe/lhes*.

- (25) a. Guilherme ofereceu ajuda **ao Instituto de Letras**.
 b. Guilherme ofereceu-*lhe* ajuda.

Embora o DP “Instituto de Letras” em (25a) possua traço semântico [- animado], há um contexto mais amplo que envolve elementos com traço [+animado], por se tratar de uma instituição: “o pessoal/os professores do Instituto de Letras”, neste sentido, sua interpretação é de um elemento com traço [+ animado] (“o pessoal”) e, portanto, passível de substituição pela forma clítica em (25b). Além disso, esse fenômeno parece ser uma espécie de metonímia já institucionalizada: entidades como “Instituto de Letras” podem ser consideradas pessoas jurídicas, podendo ser, por exemplo, até agentes de ações: “*O Instituto de Letras/a prefeitura/a igreja divulgou uma notícia na internet*”.

O *OInd* é, pois, essencialmente [+animado]. Mesmo nos casos em que o DP ocorre como um traço [-animado], há ainda a possibilidade de interpretá-lo como um ser animado. Essa é, portanto, mais uma característica definidora do DP dativo, o qual tomo como objeto de análise. Na seção 2.3.3, a seguir, apresento a posição dos gramáticos quanto à substituição do *OInd* pelo clítico dativo de terceira pessoa.

2.3.3 A substituição pelo clítico *lhe*

De acordo com as gramáticas aqui tomadas para análise (BECHARA, 1999; ROCHA LIMA 1972; DUARTE, 2003), o pronome clítico de terceira pessoa *lhe/lhes* é o único que se

²⁸ C-seleção é um conceito da teoria de *Government and Binding* da gramática gerativa, em que afirma que os argumentos são selecionados de acordo com a categoria (DP, PP, CP) pelo núcleo predicador.

caracteriza por exercer exclusivamente a função de *OInd*. A substituição de um sintagma pleno (ex: o menino, a professora) pelo clítico *lhe/lhes* constitui-se, segundo essas gramáticas, em um teste para determinar se o sintagma em questão apresenta propriedades formais e semânticas de um dativo. No entanto, um processo de reanálise do sistema pronominal acabou interferindo também na marcação casual do clítico *lhe*, que deixou de ser marca exclusiva de dativo de terceira pessoa e passou a expressar também o Caso acusativo²⁹, e em diferentes funções sintáticas, nos termos tradicionais: ora *objeto direto* (cf. 26a), ora *OInd* (cf. 26b). Então, esses clíticos podem aparecer com diferentes Casos, ora acusativo ora dativo.

- (26) a. Daniel *me/te/nos/lhe* matará quando souber disso! (*acusativo*)
 b. Daniel já *me/te/nos/lhe* enviou a encomenda no sábado passado. (*dativo*)

Conforme se verifica em tais gramáticas, somente em relação à terceira pessoa é que há uma distribuição das funções entre os referentes pronominais: i) *ele/ela/eles/elas*, principalmente usada para a função de sujeito; ii) *o/a/os/as*, para o objeto direto; e iii) *lhe*, para o *OInd*. Entretanto, como se viu em (26), no que se refere ao clítico *lhe*, nem sempre essa distinção é clara no PB. Por isso, pode-se dizer que a substituição pelo clítico *lhe* pode não consistir em um bom teste para a identificação do *OInd*.

2.3.4 Preposições introdutoras de DP dativo

De acordo com Ordoñez (1999, p. 1867), no processo de transição do latim para as línguas românicas, as preposições assumiram um papel importante junto aos morfemas casuais no que tange à marcação de Caso. Dessa forma, tanto as formas clíticas *lhe/ lhes* quanto o uso das preposições **a** e **para** passaram a ser associadas ao Caso dativo.

O português não tem marcação morfológica de Caso, salvo a exceção dos clíticos de terceira pessoa *lhe/lhes* que são um vestígio desta forma de marcação casual. Os Casos oblíquo e dativo, por exemplo, são marcados através do uso das preposições. Essas preposições podem ser de diferentes tipos e podem introduzir DPs com diferentes papéis temáticos (27a - *tema*), (27b – *comitativo*), (27c - *locativo*), (27d - *beneficiário*) podendo, às vezes, aparecer sozinhas (cf. 27e).

²⁹ Para mais informações, confira: Ramos (1999), Lopes e Rumeu (2007) e Almeida (2009).

- (27) a. Sandro sempre gostou **de uvas frescas**.
 b. Fabrício saiu **com Quinha** ontem à noite.
 c. Janete foi **ao circo**.
 d. O chefe deu um aumento **ao empregado**.
 e. Eu sou **contra**.

Brito (2003, p. 398,399) apresenta uma descrição das preposições em geral em respeito a seus aspectos sintático-semânticos, e divide-as em três classes: i) as que podem marcar papel temático a seus argumentos, com auxílio de outros predicadores, conforme (28a); ii) as que sozinhas marcam tematicamente os seus próprios argumentos, conforme (28b); iii) por último, aquelas que não marcam papel temático, conforme (28c,d).

- (28) a. Ela pôs/colocou/arrumou os livros **na** estante
 b. Vamos sair **no** verão
 c. Comprei um livro **à** Maria
 d. Dei um livro **à** Maria

(BRITO, 2003, p. 400)³⁰

Nas sentenças em (28a), há verbos que preveem uma preposição em sua configuração sintática e, por isso, só são capazes de checar o papel semântico do seu objeto por intermédio de uma preposição. Nesse caso, o núcleo verbal necessita da preposição para marcar papel semântico a seu complemento “a estante”. Sem a presença da preposição, o resultado é agramatical, pois o complemento ficará sem papel temático e, portanto, não será interpretável na sentença.

A autora ainda diz que preposições como aquelas em (28b) possuem conteúdo lexical e normalmente introduzem adjuntos ou predicativos nominais. No caso da locução “no verão”, temos a realização de um adjunto adverbial. O núcleo preposicional atua de forma independente, selecionando sozinho seu complemento, de modo que, tal como fazem os adjuntos, apenas acrescenta uma informação nova à sentença.

Por fim, a preposição *a*, em ambas as sentenças em (28c) e (28d), funciona como marcadora de Caso a um dos argumentos previstos pela seleção semântica do verbo (“a Maria”). Os verbos como “comprar” e “dar” possuem uma grade argumental com dois

³⁰ Grifos meus.

argumentos internos e marcam Caso acusativo apenas ao complemento direto (“um livro”), de modo que os complementos (“a Maria”) *beneficiários/meta* em (28c) e *fonte* em (28d)³¹, continuam a precisar da marcação casual para serem visivelmente interpretáveis, necessitando, por isso, da preposição *a* para obter Caso dativo. Sem a preposição em construções ditransitivas preposicionadas, no PB, o resultado da sentença em (28c-d) será agramatical (cf. 29a-b).

- (29) a. *Comprei um livro Maria.
b. *Dei um livro Maria.

Brito (2003) ainda afirma que a preposição *a* é um marcador de Caso dativo somente nesses contextos de verbos ditransitivos, pois os papéis temáticos dos DPs na sentença são sempre os mesmos, independentemente da realização ou não da preposição.

Vale citar também que, de acordo com a descrição gramatical de Rocha Lima (1972) e Bechara (1999), o *OInd* caracteriza-se também por vir preposicionado por *a*, raras vezes por *para*. E em uma tentativa de comprovar que somente a preposição *a* pode aparecer em contextos em que o *OInd* ocorre (como argumento interno do predicador) e que a preposição *para* aparece apenas introduzindo adjuntos, Bechara (1999) apresenta a seguinte sentença em (30).

- (30) Alguns alunos compraram flores **ao** florista **para** a professora
(BECHARA, 2000, p. 423)³²

O gramático argumenta que, se o complemento introduzido por *para* (para a professora) desempenhasse a função sintática de *OInd*, não haveria a co-ocorrência na mesma frase do outro complemento introduzido pela preposição *a* (ao florista). Segundo ele, um teste para comprovar que ambos os complementos desempenham a mesma função, seria de coordená-los mediante uma conjunção “e”, como acontece com elementos da mesma natureza, como em (31).

- (31) ? Alguns alunos compraram flores **ao** florista **e para** a professora

³¹ Brito (2003) se refere ao PE. Vale ressaltar que a preposição *a* introduzindo argumento *fonte* não é comum no PB.

³² Grifos meus.

Como no exemplo apresentado, o teste da coordenação dos constituintes preposicionados não consiste em um bom teste para diferenciar o uso das preposições *a* e *para* no PB, pois as preposições *a* e *para* nesses contextos introduzem DPs distintos e não podem ser coordenados – o que explica o fato de a sentença ser estranha; além disso, “ao florista” e “para a professora” desempenham funções semânticas distintas: *fonte* e *beneficiário* respectivamente, conforme o paradigma a seguir:

- (32) Alguns alunos compraram flores...
- a. ...**ao** florista_[fonte] e **para** a professora_[beneficiário]
 - b. ...**ao** florista_[fonte] e **à** professora_[fonte]
 - c. ...**para** o florista_[beneficiário] e **para** a professora_[beneficiário]

Note que, sem a coordenação, (32b) e (32c) são agramaticais, haja vista que não há a possibilidade de ocorrência da preposição *a* ou da preposição *para* em ambos os complementos em uma mesma sentença, conforme mostra (33).

- (33) a. *Alguns alunos compraram flores **à** florista_[fonte] **à** professora³³_[beneficiário]
- b. *Alguns alunos compraram flores **para** a florista_[fonte] **para** a professora_[beneficiário]

Afirmando isso, apesar de Bechara (1999) e Rocha Lima (1972) mencionarem a co- variação das preposições *a* e *para*, ambos os gramáticos não referendam o maior uso da preposição *para*, cujo uso é, já há algum tempo, bastante frequente, como apontam os trabalhos sobre os aspectos sincrônicos e diacrônicos da realização do *OInd* no Português Brasileiro (MORAIS; BERLINCK, 2006), e, por isso, há muitos contextos verbais³⁴ no PB em que as duas preposições em questão se comportam como análogas (cf. 34).

- (34) a. Michele disse **a/para/prá** ele que o jantar estava pronto
- b. Teles deu R\$50 reais de vale **a/para/prá** Rodrigo
- c. Samuel entregou a moto **a/para/prá** Daniel
- d. Rute falou **ao/pro/ para o** seu noivo que queria se casar em dezembro

³³ Exemplo adaptado de Torres Morais (2007, p. 95).

³⁴ Sobre o tipo semântico verbal, confira a próxima seção 2.4.

- e. Vanessa enviou **à/prá/para a** sua mãe um *bouquet* de flores amarelas
 f. Jéssica ofereceu **ao/pro/para o** pedreiro um copo com água

Além das preposições *a* e *para*, há ainda a preposição que introduz dativo com função semântica de fonte: a preposição *de*. Distintamente do exemplo de Bechara (1999) com o verbo “comprar” (cf. 35), não há o uso da preposição *a* introduzindo *fonte* no PB não culto, mas o uso da expressão *na mão de* (cf. 35a), para indicar o ponto de origem da sentença, embora seja possível também a preposição *de* ser a variante escolhida para esse contexto (cf. 35b).

- (35) a. Alguns alunos compraram flores **na mão do** florista
 b. Alguns alunos compraram flores **do** florista para a professora.

Em (35b), o uso da preposição *de* parece ter interpretação ambígua. A preposição *de* com o verbo “comprar” parece funcionar tanto como dativo de posse quanto como genitivo, em que sua interpretação pode ser entendida da seguinte forma: “as flores pertencem ao florista, mas foram compradas na mão de qualquer outra pessoa”.

2.4 TIPOLOGIA DOS VERBOS DITRANSITIVOS EM QUE OCORRE O DATIVO (BERLINCK, 1996)

Como se viu na seção anterior, o complemento dativo se apresenta de diferentes formas, possuindo diferentes sentidos e valores, variando, inclusive, na escolha da preposição. Por isso, torna-se necessária a observação do comportamento do complemento dativo, bem como uma descrição mais refinada a respeito desse tema. Para tanto, Berlinck (1996) propõe uma tipologia verbal para o contexto em que ocorre o dativo no PB, e para delimitar tal tipologia, antes, a autora estabelece alguns critérios de definição do dativo. Assim, segundo ela,

- a) O dativo pode ser substituído pelo clítico *lhe*;
 b) Não se trata de um PP usado com valor temporal ou locativo;
 c) O PP inclui um DP;
 d) O PP pode incluir também uma forma pronominal tônica;
 e) Quando o PP está topicalizado, pode ser correferente a uma forma pronominal

e clítica;

- f) O dativo de construções ditransitivas, mesmo sem a preposição, não pode ser um sujeito gramatical de uma sentença passiva.

(BERLINCK, 1996, p.123-124)

Esses critérios foram importantes para o reconhecimento do dativo nas atas, bem como para a análise do fenômeno.

Outro aspecto de igual importância é a quantidade de participantes nas orações em que o dativo ocorre. Berlinck (1996) parte da ideia de que as construções dativas, em sua maioria, são essencialmente transitivas e, como tal, possuem mais de um complemento e, geralmente, possuem a seguinte organização sintática.

$$N_0 + V + N_1 + (a, \text{ para, em}) N_2$$

(BERLINCK, 1996, p. 128)

Nessa representação, N_0 possui função de sujeito, N_1 representa o complemento acusativo (OD), N_2 pode vir preposicionado e corresponde ao complemento dativo na sentença. Tanto N_1 quanto N_2 podem ocorrer imediatamente após o verbo. Além disso, o N_2 pode ocorrer na forma pronominal clítica, posicionada imediatamente após o verbo ou precedê-lo quando em posição proclítica.

Observando tais aspectos, Berlinck (1996) propõe uma tipologia semântica das construções ditransitivas que admitem complementos dativos. Assim, o tipo semântico do predicador que seleciona argumento dativo, segundo Berlinck (1996), pode apresentar-se sob quatro categorias semânticas: (i) *transferência material*; (ii) *transferência verbal*; (iii) *movimento físico* e (iv) *movimento abstrato*. O verbo protótipo e demais verbos sugeridos pela autora podem ser verificados nos quadros 1 e 2 a seguir, elaborados a partir do texto da referida autora.

Quadro 1: Grupos de verbos de transferência em que ocorre o dativo		
	<i>Transferência material</i>	<i>Transferência verbal</i>
Verbo protótipo	Dar	Dizer
Verbos	Alugar, atribuir, confiar, devolver, distribuir, emprestar, entregar, fornecer, legar, mandar, oferecer, pagar, passar, restituir, transferir,	Aconselhar, anunciar, assegurar, augurar, confessar, contar, ensinar, escrever, falar, jurar, narrar, notificar, ordenar, perguntar, prometer, protestar, provar, repetir, responder, sugerir,

	etc.	telefonar, etc.
Construção	$[\pm \text{animado}] N_0 + V + [\pm \text{animado}] N_1 + \{a, \text{para, de}\} [\pm \text{animado}] N_2$	$[\pm \text{animado}] N_0 + V + [- \text{animado}] N_1 + \{a, \text{para, de}\} [+ \text{animado}] N_2$
Propriedades	N_2 pode ser clítico <i>lhe/lhes</i> ; N_1 normalmente não é uma subordinada <i>que</i> .	N_1 é quase sempre expressa pela subordinada <i>que</i> ; N_2 pode ser substituído pelo clítico <i>lhe/lhes</i> .

Quadro 2: Grupos de verbos de movimento em que ocorre o dativo

	<i>Movimento físico</i>	<i>Movimento abstrato</i>
Verbo protótipo	Levar	Submeter
Verbos	Acrescentar, atirar, conduzir, dirigir, encaminhar, lançar, pôr, trazer, etc.	Acrescentar, adaptar, anexar, atribuir, conferir, consagrar, dedicar, destinar, filiar, imputar, incorporar, juntar, sensibilizar, subordinar, trazer, etc.
Construção	$[\pm \text{animado}] N_0 + V + [\pm \text{animado}] N_1 + \{a, \text{para, de, em}\} [\pm \text{animado}] N_2$	$[\pm \text{animado}] N_0 + V + [\pm \text{animado}] N_1 + \{a, \text{para, de, em}\} [\pm \text{animado}] N_2$
Propriedades	Não expressa a oração subordinada com <i>que</i> nem a infinitiva; $N_{2[-\text{animado}]}$ não é fácil de ser substituído por clítico; possui valor claro de <i>locativo</i> .	São substituíveis pelo clítico; Podem exibir a subordinada com <i>que</i> e a infinitiva.

Esses verbos indicam que existe uma relação de movimento ou transferência entre o sujeito e o complemento dativo no sentido direcional que parte do sujeito em direção ao dativo, podendo significar que um objeto está em posse do argumento dativo no final do processo, com papéis temáticos de *meta* ou *beneficiário* desse evento, exibindo a preposição *a* ou *para* no PB. Além desses contextos verbais, inserem-se também os dativos com papel temático *fonte*, exibindo a preposição *de*, no grupo dos verbos de *transferência material*, no sentido contrário à primeira situação, em que a transferência tem ponto inicial no complemento dativo em direção ao sujeito, conforme se verifica no quadro 3.

Quadro 3: Verbos de transferência material em que ocorre o dativo do tipo *fonte*

	<i>Transferência material</i>
Verbo protótipo	Receber
Verbos	Arrebatat, arrancar, comprar, confiscar, cortar, emprestar, pedir, furtar, roubar, subtrair, suprimir, tirar, tomar.

De modo geral, a abordagem tradicional dá ênfase à forma e ao papel semântico do complemento dativo (OInd), se *meta*, *fonte* ou *beneficiário*, desprezando o contexto verbal no

qual pode estar inserido. Entretanto, tomar como base apenas o valor semântico do dativo traz problemas à delimitação do objeto de estudo, já que abarca todo e qualquer tipo de dativo, como se viu na seção 2.2, sem especificar o tipo de dativo e a construção em que este ocorre. Por isso, para se realizar o levantamento dos dados no *corpus* em estudo, adotou-se a tipologia semântica de verbos de Berlinck (1996), pois permite restringir a seleção dos dados ao contexto de construções ditransitivas, assim como também engloba as possibilidades de ocorrência da forma nula do dativo.

2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Se fosse considerada a definição de Cunha e Cintra (1985) sobre o que viria a ser o *OInd*, os complementos preposicionados apresentados até o momento estariam incluídos em um mesmo grupo, pois, em todos os casos, o “objeto se liga ao verbo por meio de uma preposição” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 143). Essa definição parece não partir de evidências precisas que possibilitam distinguir esse complemento de outros preposicionados. Em contrapartida, as definições de Rocha Lima (1972), Bechara (1999) e Duarte (2003) colaboram com a delimitação teórica do conceito de *OInd*, ao estabelecerem distinções entre os complementos preposicionados.

Esta pesquisa busca, então, analisar o complemento dativo considerando os seguintes aspectos:

- as construções ditransitivas, em que há a realização de dois complementos internos, um acusativo e outro dativo;
- o tipo semântico do verbo, que pode ser de *transferência material*, *transferência verbal*, *movimento abstrato*, *movimento físico*, conforme Berlinck (1996);
- o papel temático do dativo: *meta/fonte/beneficiário*;
- a animacidade do DP dativo (traço [+animado], às vezes [-animado] com interpretação do primeiro);
- a presença do complemento direto (DP *tema*) na oração;
- a possibilidade de substituição do dativo lexical pelo clítico de terceira pessoa *lhe*, ao menos no português culto;
- as preposições *a*, *para* e *de* como as principais preposições introdutoras de DPs dativos.

Neste capítulo, objetivou-se destacar os principais aspectos do dativo (*objeto indireto*,

nos termos tradicionais), segundo a gramática tradicional e alguns teóricos que tratam sobre o tema, na tentativa de fixar o objeto de estudo com que pretendo trabalhar.

Inicialmente, apresentei uma descrição das diferentes formas de expressão do dativo no PB e em outras línguas, como o francês e o espanhol, por exemplo. Por conseguinte, apresentei a concepção tradicional sobre o complemento dativo, denominado *objeto indireto* (*OInd*) pelos gramáticos, bem como as principais diferenças entre as abordagens de Cunha e Cintra (1985), Bechara (1999) e Rocha Lima (1972), sobre o *OInd* no PB. Além disso, levei em conta o que dizem estudiosos, como Duarte (2003), Brito (2003) e Ordoñez (1999), sobre a descrição do *OInd*. Por último, a tipologia de Berlinck (1996) mostra o contexto semântico verbal em que ocorre o dativo.

No próximo capítulo, apresento a descrição das construções dativas que envolvem a realização dos dois argumentos internos ao predicado, tradicionalmente conhecidos por *objeto direto* e *objeto indireto* (dativo). Esse capítulo fornecerá o quadro teórico sobre as construções aplicativas, construções ditransitivas preposicionadas e os dois tipos de dativos, que servirá de base para a análise dos dados de dativo encontrados em atas do século XIX.

3 ASPECTOS FORMAIS DAS ESTRUTURAS DATIVAS

Nas línguas, conforme se viu no capítulo anterior, o dativo pode ser expresso em variados contextos estruturais e semânticos. Para os limites da presente pesquisa, tenho por objeto de observação apenas os dativos em contextos de verbos que selecionam três argumentos³⁵, que são os verbos conhecidos como ditransitivos. Tomando como ponto de partida a ocorrência no inglês, como já foi apontado na seção 2.1, o comportamento desses verbos chamou a atenção de muitos estudiosos quanto ao fato de poderem exibir basicamente duas estruturas, a saber: (i) *construção ditransitiva preposicionada (CDP)*, conforme (1); ou (ii) *construção de objeto duplo (COD)*, conforme (2).

(1) *Mary gave a book to John*
 V DP_{tema}prep.+DP_{dat}
 (Mary deu um livro a John)

(2) *Mary gave John a book*
 V DP_{dat} DP_{tema}
 (Mary deu a John um livro)

Ambas as construções dadas se caracterizam por possuírem uma estrutura que contém três tipos de complemento: um argumento externo (“*Mary*”), que é *agente*³⁶ da atividade expressa pelo predicador verbal (“*gave*”), e dois argumentos internos: um deles com papel temático de *tema* (“*a book*”) e um outro denotando *alvo/meta* (“*John*”), podendo ainda se apresentar como *beneficário*, ou *fonte*³⁷.

A *CDP*, como em (1), apresenta uma ordem V DP_{tema} PP_{meta}, em que DP *meta* preposicionado por “*to*” é realizado em posição posposta ao DP *tema*. Já a *COD* em (2), assemelhando-se à primeira construção, exibe também relação entre três DPs argumentos. No entanto, diferencia-se na ordem e na forma como exibe os DPs: o DP *meta* aparece adjacente ao verbo, antecedendo o argumento DP *tema*, ambos sem preposição: V DP_{meta} DP_{tema}.

Essas construções são parte, em muitas línguas, do fenômeno conhecido por

³⁵ Nos termos da GB, é a denominação dada ao número de participantes requeridos pelo verbo.

³⁶ Pode-se generalizar, afirmando que os sujeitos de verbos causativos recebem este tipo de papel temático.

³⁷ No português europeu (PE), argumentos que recebem papel temático *fonte* geralmente são introduzidos pela preposição *a* (Comprei mangas *ao* [DP_{fonte} menino]). No PB, o quadro é diferente: a preposição *de* é que antecede argumentos como estes (Comprei as mangas *do*[DP_{fonte} menino]). Praticamente não há realização de *a* introduzindo DP dativo com papel temático *fonte* no PB.

alternância dativa. Para além da língua inglesa, vários estudos têm evidenciado a ocorrência do fenômeno de alternância dativa também em outras línguas, como, por exemplo, no espanhol (CUERVO, 2003; PUJALTE, 2007), no PE (TORRES MORAIS, 2007; TORRES MORAIS; SALLES, 2007) e no PB rural afro-brasileiro (BARROS, 2008; CAVALCANTE; BARROS, 2009; LUCCHESI; MELLO, 2009)³⁸. O resultado obtido, bem como a explicação dada por cada uma dessas análises sobre o dativo no fenômeno da alternância, é fundamental para construir hipóteses que buscam explicar as motivações gramaticais que levaram o PB, em relação ao PE, a escolher diferentes estratégias de expressão do dativo, e principalmente também é relevante para a análise das atas dos afro-brasileiros do século XIX.

O presente capítulo tem por objetivo explorar as teorias e análises concernentes à distribuição dos elementos participantes na estrutura argumental dos verbos ditransitivos, com enfoque no complemento dativo. Para tanto, são sumarizadas algumas das propostas sobre estrutura argumental, elaboradas conforme a teoria da gramática gerativa (LARSON, 1988; 2002; CHOMSKY, 1995), e também aquelas que se inserem no âmbito da Morfologia Distribuída (MD) (HALE; KEYSER, 1993; MARANTZ, 1997; SCHER; MEDEIROS; MINUSSI, 2012), levando em conta a teoria que estuda a maneira como os argumentos não-nucleares podem ser introduzidos na estrutura argumental dos verbos ditransitivos, como a proposta do núcleo funcional introdutor de argumento externo (*Voice*) (KRATZER, 1996) e, principalmente, a noção de introdutor de argumentos para argumento interno (*Aplicativo*) (PYLKKÄNEN, 2002). Além disso, são consideradas as pesquisas acerca da realização desses núcleos funcionais em línguas como espanhol (CUERVO, 2003), PE (TORRES MORAIS, 2007) e PB (ARMELIN, 2011). Discuto também as análises sobre a argumentalidade do dativo em construções ditransitivas (ORDOÑEZ, 1999; PUJALTE, 2007).

3.1 BREVE REVISÃO SOBRE OS ESTUDOS DA ESTRUTURA ARGUMENTAL DOS VERBOS

³⁸ Nas comunidades rurais da região baiana, há evidência do fenômeno nos moldes do inglês, incluindo a perda da preposição quando o dativo está em posição adjacente ao verbo. Na comunidade mineira, a perda da preposição pode ocorrer tanto na forma V ACC DAT, quanto V DAT ACC. Neste último caso, a omissão da preposição em ambas as construções pode ser analisada como um processo fonológico ou morfofonológico de apagamento (SCHER, 1996; ARMELIN, 2008) ou, ainda, como um processo sintático (ou morfossintático), que resulta na fusão entre a preposição *a* e o determinante. (CAVALCANTE; BARROS, 2009)

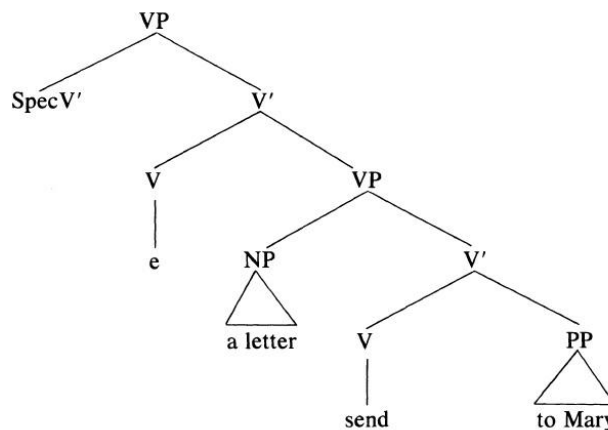
A fim de fornecer uma teoria clara e bem articulada de como os elementos estruturais se relacionam na sintaxe e de contextualizar, no âmbito da abordagem da Morfologia Distribuída, os resultados e análises acerca do objeto desta dissertação, o DP dativo, é necessária a revisão acerca dos principais pressupostos teóricos que procuram explicar a estrutura argumental dos verbos³⁹.

3.1.1 A concha larsoniana

Uma das primeiras abordagens que pretendem dar conta do licenciamento do DP dativo dos predicados ditransitivos do inglês é o trabalho desenvolvido por Larson (1988). Procurando explicar a distribuição dos argumentos internos sob a regra de c-comando assimétrico e sob a hipótese do complemento único, o autor lança a ideia conhecida por *VP-Shell* (concha larsoniana), segundo a qual, nas construções dativas, o VP se desdobra em dois níveis. Essa suposição certamente foi importante, porque conduziu o desenvolvimento teórico sobre a estrutura argumental de diversos estudos posteriores (CHOMSKY, 1995; HALE; KEYSER, 1993; KRATZER, 1996; MARANTZ, 1997).

Sua proposta é a de que COD seja o resultado de processo transformacional da alternância dativa (*Dative Shift*). O dativo de estruturas CDPs (cf. 3) se derivaria de uma forma subjacente cujo núcleo V e seu complemento dativo formam um constituinte, e na posição de Spec de VP (sujeito interno) um DP_{tema} que c-comanda assimetricamente o DP_{dat} a partir de uma posição mais alta em que este é gerado (cf. 3).

(3)



³⁹ É válido lembrar, ainda, que a revisão dessa seção apresenta apenas os pontos considerados relevantes para o entendimento desta pesquisa e não se detém a pormenores de análise teórica.

(LARSON, 1988, p. 342)

Adotando a visão de Chomsky (1955 apud LARSON, 1988) de que é o dativo o complemento mais interno ao verbo e o que forma constituinte com o núcleo V, na estrutura proposta, segundo Larson (1988), o VP mais alto possui um núcleo V vazio que toma como complemento outro VP mais baixo constituído por um núcleo preenchido por “*send*” e um complemento preenchido por um PP “*to Mary*”, formando um predicado “*send-to-Mary*” e, em seguida, toma como sujeito interno “*a letter*” em seu especificador.

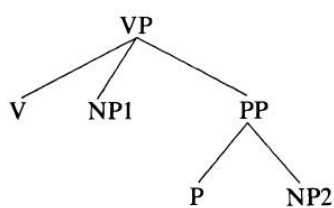
Larson (1988) também assume a ideia de Chomsky (1955 apud LARSON, 1988) de que, na estrutura binária, como em (3), especificadores e complementos não estão distribuídos de forma aleatória, mas de forma hierárquica, mantendo-se os últimos sempre subordinados aos primeiros, obedecendo ao que o autor denomina de *hipótese do complemento único*, em que há apenas um sujeito na projeção máxima e apenas um complemento de cada núcleo, o que assegura a relação assimétrica entre o OD e o dativo. Vale dizer que essa proposta se opõe à que toma as construções ditransitivas como estruturas ternárias, tendo o verbo, o DP tema e o DP dativo em um mesmo nível hierárquico⁴⁰.

A proposta de estrutura do autor parte da observação dos testes de assimetria de escopo e ligação de Barss e Lasnik (1986 apud LARSON, 1988), em que os autores sugerem que, em estruturas COD (cf. 2), o segundo DP está sempre sob o domínio do primeiro, mas não o contrário. Essa relação entre os dois objetos das construções dativas envolvem assimetria estritamente associada à noção de c-comando (cf. 4).

- (4) a. *I showed Mary_i herself_i*⁴¹
 b. **I showed herself_i Mary_i*

⁴⁰ Baseado nos testes de assimetria de Barss e Lasnik (1986 apud LARSON, 1988), Larson (1988) observa que, em estruturas ternárias como em (a), os dois argumentos por não possuírem uma hierarquia sintática, c-comandam um ao outro (c-comando simétrico). Se assim o fosse, seria impossível estabelecer-se relação anafórica entre os objetos.

(a)



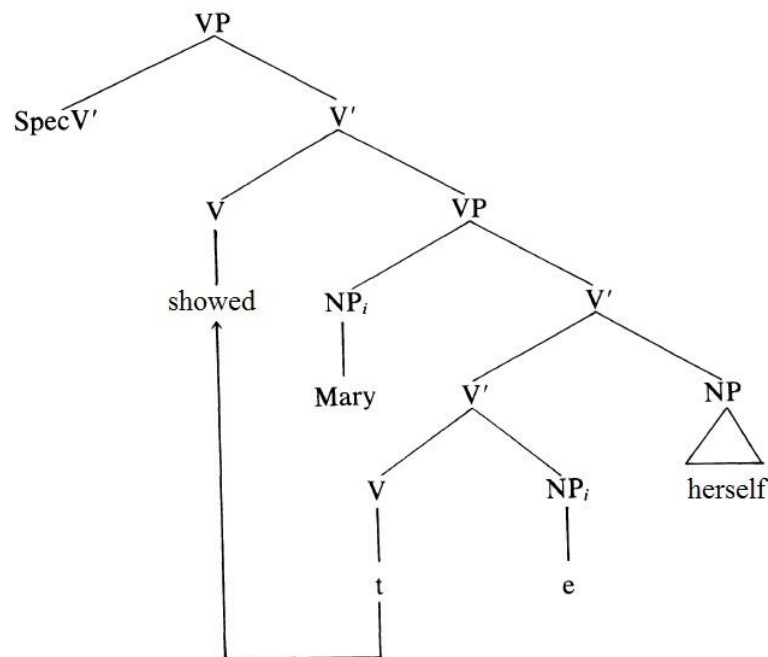
(LARSON, 1988, p. 388)

⁴¹ Tradução literal: Eu mostrei a Mary ela mesma.

(LARSON, 1988, p. 336)

Essa assimetria só é possível pela distribuição binária dos elementos na estrutura proposta pelo autor. Na relação de c-comando assimétrico, o primeiro deve c-comandar o segundo, mas não vice-versa, isto é, o segundo deve estar sob domínio do primeiro. Assim, a hipótese do complemento único se faz necessária com a finalidade de garantir a relação de hierarquia entre o OD e o dativo na estrutura. Um dos testes adotados pelo autor que evidencia essa relação é o da ligação das anáforas, conforme (4) acima, que devem ser c-comandadas por seus antecedentes. Na sentença em (4a), a anáfora “*herlself*” encontra seu referente em “*Mary*”, vinculando-se a ela sintaticamente. Já em (4b), não há um referente que sirva de vínculo para a anáfora “*herself*”, pois “*Mary*” está sob o domínio desta, o que torna a sentença agramatical⁴². Isso mostra que é o DP “*Mary*” que deve estar em posição hierarquicamente mais alta e não a anáfora (cf. 5).

(5)

(LARSON, 1988, p. 359)⁴³

⁴² O autor aponta também outros exemplos de testes de assimetria de domínio sintático, tais como a relação de quantificados e pronome, cruzamento fraco, algamento de questões-WH, entre outros, que não são abordados aqui. No entanto, na seção 3.5.2, em relação às atas dos afrobrasileiros, busco encontrar exemplos que evidenciem tais testes de assimetria.

⁴³ Adaptada à frase “*I showed Mary herself*” (LARSON, 1988).

Observe-se também que a representação em (5) se diferencia da de (3) na distribuição da ordem dos DPs. Em (3), o DP_{tema} é gerado no especificador do VP mais baixo e o DP_{dativo} está em posição de complemento de V. Para representar como se dá o c-comando assimétrico entre os dois DPs complementos na COD, a árvore em (5) mostra o DP_{dativo}, em posição mais alta que o DP_{tema}, exibindo uma ordem superficial entre os objetos, da seguinte forma: “*Mary*” e “*herself*”.

Larson (1988) explica que o processo de derivação da COD a partir da CDP é semelhante à derivação transformacional das construções passivas. Ele leva em consideração o efeito da retirada de Caso da posição de complemento do núcleo V mais baixo, desencadeando o movimento do DP mais interno para a posição de sujeito interno. Dessa forma, em estruturas COD, há um movimento do verbo para a posição de núcleo de V do VP mais alto para atribuir Caso estrutural ao DP dativo imediatamente à direita que, por sua vez, também se move para a posição de sujeito interno do VP mais baixo, a fim de receber Caso pelo verbo. Isto é possível porque, conforme o autor, V é regido por IP, que toma V como “hospedeiro” para atribuir Caso ao DP dativo. Já o DP_{tema} é adjunto de V’ e recebe Caso inerente de V, como uma propriedade puramente lexical⁴⁴.

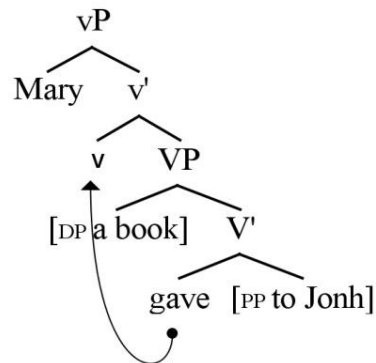
Posteriormente, para adequar a proposta das conchas larsonianas ao propósito do programa minimalista de que não existe derivação em estrutura D e dar conta da atribuição de papéis temáticos em uma derivação apenas, Chomsky (1995) admite que o *VP shell* mais alto da estrutura não possui um núcleo V vazio, mas um verbo leve foneticamente nulo, denominado *v*⁴⁵, cujo significado depende do seu complemento e pode ser entendido como uma espécie de predicado complexo semelhante aos verbos seriais⁴⁶ (HORNSTEIN, N; NUNES, J.M.; GROHMANN, K., 2005). Nesse sentido, o verbo leve possuiria um traço V que desencadearia o movimento do verbo de conteúdo a partir do núcleo do *VP shell* mais baixo para o núcleo do *VP shell* mais alto (cf. 6).

(6)

⁴⁴ Para os propósitos do trabalho, foi preferível não entrar na discussão do autor sobre este aspecto. Para mais detalhes, consultar a obra completa de Larson (1988).

⁴⁵ Lê-se “vêzinho”.

⁴⁶ Tradicionalmente, as construções de verbos seriais são referidas como uma sequência de dois ou mais verbos que agem como um único predicado; um único evento, em que o primeiro evento é o verbo leve realizado foneticamente. As construções dativas são bastante produtivas nesses contextos. Esse tipo de construção é amplamente encontrado nas línguas crioulas, como, por exemplo, nas línguas Kwa do oeste africano, nas línguas caribenhas (AGBEDOR, 1994), sudeste da Ásia, Amazônia, Oceania e Nova Guiné (AIKHENVALD, 2006).



Diferentemente da proposta de Larson (1988), Chomsky (1995) sugere que todo o processo seja realizado em um mesmo nível, através dos processos básicos de checagem de traços e *merge*. Nessa perspectiva, em (6), no curso da derivação, o núcleo do VP “*gave*” concatena-se ao núcleo *v*, de modo que todos os seus argumentos internos estejam no domínio de *vP* (HORNSTEIN, N; NUNES, J.M.; GROHMANN, K., 2005).

Distanciando-se da visão chomskyniana de que a estrutura argumental é construída a partir dos itens lexicais, a Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993; 1994; MARANTZ, 1997; HALLE, 1997) surge com uma abordagem que visa a explicar como as unidades básicas se juntam para compor o significado da sentença, sob uma perspectiva não-lexicalista acerca da distribuição de argumentos na sentença, conforme apresento a seguir.

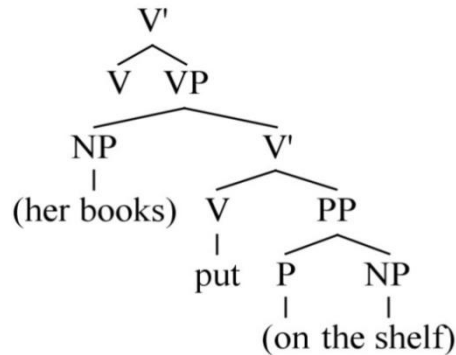
3.1.2 Estruturas argumentais constroem significados

O questionamento acerca da existência do núcleo V vazio na proposta de Larson (1988) e a suposição de que haja uma contribuição semântica à estrutura a partir de V, isto é, *v* na proposta chomskyniana, são válidos na medida em que acaba sendo um estímulo à formulação de novas propostas que pensam a estrutura sintática como responsável por determinar significados possíveis dos verbos e argumentos. Hale e Keyser (1993), seguindo o mesmo raciocínio de Larson (1988) sobre as conchas de VP, propõem que a estrutura argumental seja sintaticamente projetada a partir do léxico, tendo em vista a análise dos verbos denominais⁴⁷. Segundo estes autores, se, para Larson, as construções de duplo objeto seriam uma estrutura binária em nível D, para eles, representações como essa devem ser entendidas como projeções dos itens lexicais, conforme se verifica no exemplo em (7).

⁴⁷ Verbos originados de nomes.

(7) a. *She put her books on the shelf*⁴⁸

b.



(HALE; KEYSER, 1993, p. 56)

De acordo com os autores, a representação em (7) é a forma que aparece na representação inicial do verbo ditransitivo “*put*” do inglês, em que o DP_{tema} (*her books*) está posicionado em especificador do VP mais baixo e o PP_{locativo} (*on the shelf*) na posição de complemento de V. Nessa estrutura argumental lexical inicial⁴⁹ (nos termos dos autores supracitados), o núcleo V move-se da posição mais baixa para a posição mais alta, para derivar a estrutura de verbos denominais transitivos como “*shelve*” e “*saddle*”⁵⁰. Esses verbos se formariam por intermédio de movimento de núcleo, obedecendo, sobretudo, a duas regras elementares (HALE; KEYSER, 1993, p. 55, 58):

(8) a. RESTRIÇÃO DE MOVIMENTO DE NÚCLEO: um X⁰ apenas se move para posição de Y⁰ se o último rege o primeiro;

b. PRINCÍPIO DA CATEGORIA VAZIA (ECP)⁵¹: uma categoria vazia deve ser apropriadamente regida.

Os autores afirmam que a forma superficial da estrutura desses verbos se origina de uma derivação por três operações de movimento de núcleo, envolvendo o que os autores chamam de *incorporação*: N⁰ > P⁰ > V⁰ mais baixo > V⁰ mais alto, todas obedecendo às regras

⁴⁸ Ela pôs seus livros na prateleira.

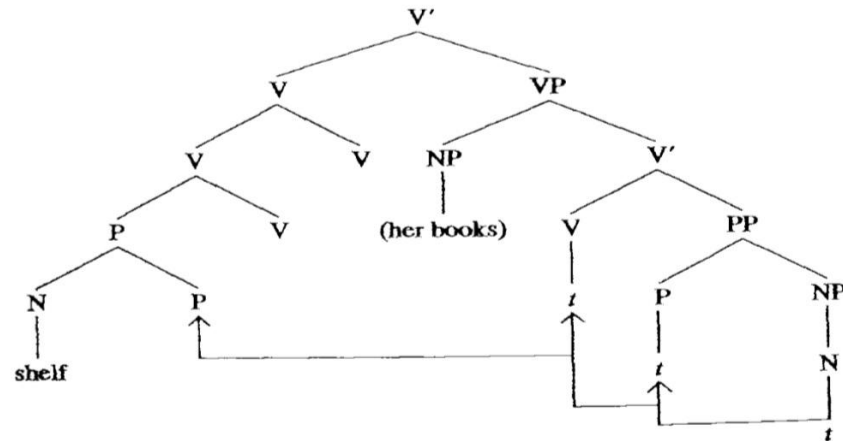
⁴⁹ Estrutura D, para Larson (1988).

⁵⁰ Do inglês, “engavetar” e “selar”, respectivamente.

⁵¹ Significa *Empty Category Principle*.

em (8a-b) e é o componente N que aparece foneticamente realizado, conforme representação em (9).

(9)



(HALE; KEYSER, 1993, p. 58)

Essa estrutura gera uma frase como “to shelve her books”, em que a raiz “shelve” deixa de ser nominal e passa a ser verbal. A análise dos autores sugere que esses verbos denominais são gerados por movimento de núcleo e fazem parte de uma estrutura ditransitiva, mas que, por causa da incorporação do elemento preposicionado ao núcleo verbal, aparecem em uma construção superficialmente transitiva. A proposta da estrutura apresentada em (9) de Hale e Keyser (1993) é diferente da que foi proposta por Larson (1988), porque inclui, na representação binária de Larson, verbos que superficialmente são transitivos e, no léxico, processos que são estritamente sintáticos.

A conclusão a que chegam Hale e Keyser (1993) é a de que, se o movimento de núcleo é um processo restrito a princípios sintáticos como a ECP, e se esse processo afeta a estrutura argumental dos itens lexicais, não há uma simples mudança de categoria, mas um processo lexical de natureza puramente sintática. Hale e Keyser escrevem seu trabalho no âmbito da abordagem lexicalista e, como se pode notar, propõem que a sintaxe é projetada a partir do léxico. Quanto a isso, Scher, Medeiros e Minussi (2012) comentam que não faria sentido assumir que propriedades sintáticas ocorrem dentro do léxico, uma vez que, para eles, tudo é processado na sintaxe, como sugere a Morfologia Distribuída (MD). Assim, as afirmações de Hale e Keyser (1993) parecem ter contribuído significativamente para a inauguração dessa

nova abordagem não-lexicalista que visa a incluir todos processos linguísticos em apenas um nível: a sintaxe.

Outra contribuição relevante do trabalho de Hale e Keyser (1993) para os estudos da MD é, sem dúvida, a introdução da noção de eventos, que também visa a explicar por que há uma quantidade tão modesta de papéis temáticos na literatura sobre o tema. Sua proposta é a de que não existem papéis temáticos em grade argumental. O papel temático é apenas a terminologia que define as relações estruturais entre núcleo-especificador e núcleo-complemento determinadas pelas categorias e suas projeções não ambíguas⁵² e limitadas pelo pequeno inventário de categorias lexicais (V, N, A, P)⁵³. Os autores mostram que a terminologia *agente*, por exemplo, é apropriada, já que, geralmente, está relacionada à posição de sujeito do verbo; mas a coincidência da sobreposição das funções de sujeito e *agente* é apenas um reflexo do *status* relacional do DP (chamado por eles de NP, conforme padrão da época) em posição mais alta. Isso porque, segundo os autores, cada uma das categorias lexicais e as estruturas relacionais que elas projetam definem um sistema associado de relações semânticas.

Na estrutura binária de Hale e Keyser (1993), a categoria V é relacionada a uma noção de *evento*, em que o *evento* matriz (mais alto) c-comanda assimetricamente o *evento* subordinado (mais baixo), sendo esse último a parte da significação denotada pelo *evento* matriz, o que torna a estrutura argumental responsável pela construção do significado. A relação estrutural de complementação entre esses dois eventos, em que V lexical toma um VP como complemento (cf. 7), corresponde a um composto semântico – denominado comumente como *causal*. Justifica-se, dessa forma, a associação do papel temático *agente* à posição de especificador do VP mais alto, haja vista ser uma posição projetada por um verbo “causativo”, conforme os autores.

A análise de Hale e Keyser (1993) sobre a estrutura binária que contribui para a construção do significado, com base na hipótese da existência da relação entre os eventos verbais, motiva uma série de discussões acerca da estrutura argumental e, por isso, parece razoável reconhecer sua relevância, tendo em vista sua contribuição para os estudos na MD.

⁵² A não ambiguidade das projeções ocorre quando todos os nódulos são binários e seus elementos são sempre distintos: X, X', XP.

⁵³ Verbo, Nome, Adjetivo e Preposição.

3.1.3 Por uma gramática sem léxico

Ao longo dos anos, diversas abordagens dentro da teoria gerativa surgiram para explicar o funcionamento da Faculdade da Linguagem e, dentre essas abordagens, a Morfologia Distribuída (MD), que foi lançada por Halle & Marantz (1993; 1994), Marantz (1997) e Halle (1997).

Enquanto a abordagem lexicalista pressupõe um dicionário mental de palavras em que todos os vocábulos, antes mesmo de serem computados na sintaxe, já possuem informações de traço formal, semântica e fonologia, na perspectiva da MD, postula-se que há apenas um lugar para formar sentenças e palavras, sem necessidade do uso do componente lexical externo à sintaxe. Por dispensar o dicionário de léxicos, na MD, os traços abstratos envolvidos na sintaxe sofrem operações sintáticas, como *merge* e *move*, da mesma forma que se admite na abordagem lexicalista para núcleos das projeções e constituintes (cf. SCHER, MEDEIROS & MINUSSI, 2012; LOURENÇO DA SILVA, 2010).

Desse modo, a responsabilidade de armazenar traços formais isenta o léxico e é atribuída a uma gramática que constrói palavras na sintaxe. No intuito de substituir a entrada através do léxico na sintaxe, Marantz (1997) propõe três listas não-computacionais que comportam as informações, que antes se pressupunham ser contidas no léxico: (a) Na lista 1, há traços abstratos, sem substância fônica, com os quais a sintaxe trabalha, como traços de número, gênero e pessoa, categorizadores nominais, verbais, etc., além das posições ocas em que as raízes são inseridas posteriormente; (b) Na lista 2, estão contidas as informações fonológicas ausentes na primeira lista e são fornecidas as peças de vocabulário, tais como prefixo, sufixo, etc.; (c) Na lista 3, inserem-se os significados idiossincráticos de raízes em relação ao conhecimento extralingüístico do falante (cf. SCHER, MEDEIROS & MINUSSI, 2012; LOURENÇO DA SILVA, 2010).

Nesse novo modelo com distribuição em três listas, em vez de haver as informações armazenadas no léxico, elas são inseridas em diferentes fases da derivação na sintaxe através das operações sintáticas de *merge*, formando a estrutura sintática. Uma vez a estrutura formada, ocorre a operação de Inserção lexical, isto é, fase que termina em *spell out* em que a estrutura sintática formada pela concatenação dos traços nas fases anteriores recebe as informações fônicas e semânticas. (cf. MARANTZ, 1997; SCHER, MEDEIROS & MINUSSI, 2012; LOURENÇO DA SILVA, 2010).

Com base no raciocínio de que itens abstratos são inseridos ao longo da derivação, isto é, não vêm prontos do léxico, Marantz (1997) assume que as raízes de verbos como “*destroy*”

e “*grow*”⁵⁴ são neutras entre as categorias N ou V, isto é, acategoriais. Nas palavras do autor: “quando as raízes são inseridas em contexto nominal, o resultado é uma ‘nominalização’, quando inseridas em contexto verbal, seriam verbos” (MARANTZ, 1997, p. 11). Assim, uma raiz pode tanto se tornar um verbo, como também um substantivo, ou um adjetivo, etc. através da relação entre um núcleo funcional categorizador e a própria raiz.

Dessa forma, contrapondo-se à abordagem lexicalista sobre os significados dos verbos, o autor admite que o significado do verbo é determinado pela sintaxe, em que a raiz se combina a um núcleo verbalizador (*v*) para expressar diferentes tipos de eventos, seguindo a intuição de Hale & Keyser (1993) sobre as estruturas formadas por eventos, conforme apresentei na seção anterior.

De acordo com Scher, Medeiros e Minussi (2012), a partir dessa relação categorizador-raiz, é possível discernir a quantidade de argumentos necessários para saturar o sentido da estrutura argumental, bem como a natureza desses argumentos, isto é, o número de argumentos é definido apenas através da combinação entre raiz e categorizador. No entanto, esse processo não é aleatório. Com os verbalizadores, por exemplo, é preciso postular que a raiz pode se unir a diferentes tipos de categorizadores verbais, para dar conta das diferentes estruturas verbais (por exemplo: causativos, dinâmicos, ergativos, etc.). Tendo em vista essa relação entre raiz e verbalizador, Marantz (1997) propõe que existem dois tipos de verbalizadores: um que seleciona argumento externo (*v*₁) e outro que não possui essa característica (*v*₂)⁵⁵. Ademais, tal proposta sugere que esses *v*'s são de diferentes tipos para o mesmo núcleo, gerando diferentes estruturas. Ampliando essa proposta, além desses dois verbalizadores (*v*₁ e *v*₂), Harley (1995 apud SCHER; MEDEIROS; MINUSSI, 2012) mostra que há outros tipos semânticos de verbalizadores responsáveis pelo licenciamento de raízes na estrutura, como BE, BECOME, DO, CAUSE, etc., que têm a função de determinar os possíveis elementos que podem compor a estrutura argumental das construções sintáticas.

Essa pode ser uma resposta para os casos de verbos que ocorrem em estruturas diversas, como os verbos ergativos, por exemplo. A observação do comportamento dos verbos em geral evidencia que, de fato, não é a raiz o núcleo responsável por determinar o número de participantes na expressão do predicado, mas outro elemento da gramática seria responsável por licenciar sintática e semanticamente os argumentos. Nesse caso, a noção de estrutura eventiva de Marantz (1997) parece bastante razoável quando afirma que o tipo de *v*

⁵⁴ Do inglês, “destruir” e “crescer”, respectivamente.

⁵⁵ É importante distinguir o vizinho de Chomsky, que possui a função de introduzir argumento externo, e o vizinho tratado na Morfologia Distribuída, que é um item funcional que cria verbos.

eventivo, pelo qual a raiz é dominada, determina a grade argumental da estrutura, sendo, por conseguinte, os argumentos dependentes do tipo de evento expresso pelo verbo, conforme propõem Harley (1995 apud SCHER; MEDEIROS; MINUSSI, 2012) e Cuervo (2003), como se verá adiante.

3.1.4 Aspectos relevantes da revisão

Do que foi dito acima, assumo, para esta investigação, o conjunto de pressupostos a seguir, que dizem respeito à formação das construções ditransitivas dativas.

- A. Seguindo Larson (1988), é imprescindível que os dois DPs complementos internos ao verbo ditransitivo devam estar em relação de c-comando assimétrico na estrutura, isto é, o DP mais à direita deve estar sob o c-comando do DP mais à esquerda;
- B. Todo o processo ocorre em um mesmo nível sintático (CHOMSKY, 1995), sem a opção da estrutura profunda proposta pela GB (*Government and Binding*), tendo os itens sintáticos que se submeterem aos processos sintáticos básicos de checagem de traços, concatenação e movimento;
- C. A estrutura argumental constrói o sentido dos verbos e isso é possível através da combinação de raiz e verbalizador, dependendo do tipo do verbalizador responsável por licenciar a raiz, conforme Marantz (1997);
- D. A quantidade de argumentos é determinada pelo tipo de evento expresso na sentença, conforme Marantz (1997). Além disso, os argumentos são participantes desse evento;
- E. Conforme a proposta da MD, a sintaxe envolve operações de inserção dos componentes lexicais através de três listas no decorrer do percurso da derivação sintática (MARANTZ, 1997).

Existem obviamente muitas outras discussões dentro da perspectiva da MD acerca da estrutura argumental (SCHER; MEDEIROS; MINUSSI, 2012); no entanto, o objetivo desta seção é, de modo resumido, situar o leitor acerca do contexto na qual está inserida a presente pesquisa. Por isso, a seguir, trato dos elementos necessários para compor a estrutura argumental das construções ditransitivas dativas.

3.2 ELEMENTOS DA ESTRUTURA ARGUMENTAL

Nos moldes de Hale e Keyser (1993), Marantz (1997), entre outros que aderem à estrutura de eventos, a linha de raciocínio que se segue daqui para frente analisa os dativos como elementos participantes de eventos, assumindo um ponto de vista que pressupõe uma relação sistemática entre verbos e argumentos, construída a partir do evento expresso na construção. A seguir, apresento o quadro dos principais elementos que compõem a estrutura argumental de eventos para a análise do dativo na presente pesquisa: na seção 3.2.1, retomo sumariamente a noção de verbalizador (CUERVO, 2003); na seção 3.2.2, apresento a noção de *Voice* (KRATZER, 1996); e na seção 3.2.3, apresento a proposta de *aplicativos* (PYLKKÄNEN, 2002).

3.2.1 Categorizadores de verbo

Os verbalizadores ou categorizadores do verbo são núcleos funcionais que licenciam a raiz verbal na estrutura argumental e introduzem um evento formado pela combinação de *v*+raiz (*root*)⁵⁶. Essa idealização, assumida nesta pesquisa, segue a intuição do trabalho de Hale e Keyser (1993), ampliada por Marantz (1997), sobre a estrutura argumental como responsável por toda distribuição dos argumentos dos predicadores verbais, como se viu na seção anterior. É dentro dessa perspectiva que Cuervo (2003) lança a proposta da existência de três tipos de núcleos *v*: *v*BE, *v*GO e *v*DO.

Segundo a proposta de Cuervo (2003), os verbalizadores do “sabor” *v*BE formam um evento estativo se concatenado a raízes que denotam um estado, como as dos verbos “faltar” e “sobrar”, e licenciam um DP sujeito em seu especificador, sem a necessidade de se projetar um *Voice*, dado que, conforme a autora, por introduzirem apenas sujeito de evento dinâmico, o *Voice* não pode ser compatível com os verbos existenciais. O que ocorre também com estruturas de *small clause*, em que o sujeito da estrutura, licenciado na posição de argumento externo do evento, posteriormente se torna sujeito da sentença.

Os núcleos do tipo *v*GO, conforme Cuervo (2003), geralmente ocorrem em construções inacusativas (“nascido” e “morrer”, por exemplo), possuem a noção semântica de mudança, movimento ou acontecimento e se caracterizam por possuir um único argumento

⁵⁶ Vale ressaltar que é diferente da noção de categorizador que abrange núcleos nominalizadores, cuja raiz se combina com um nome.

selecionado pela raiz e não selecionam argumento externo, nem mesmo por intermédio de *Voice*.

Finalmente, há também os verbalizadores do tipo v DO que criam um evento dinâmico de atividade quando combinados aos verbos que denotam certa atitude de fazer algo. Normalmente, se combinam com o núcleo *Voice*, a fim de licenciar argumento externo, projetando uma posição de especificador para a estrutura. Esse argumento externo é *agente* do evento. Já o complemento objeto é licenciado pelo significado da raiz, como na frase: “Pedro cantou uma música”, em que “uma música” seria o objeto licenciado pela raiz “cant-”.

Dentro dos limites dessa análise, em concordância com Armelin (2011), assumo que as construções dativas são criadas pela combinação de núcleos funcionais do tipo v DO, os quais selecionam raízes cuja semântica é uma atividade dinâmica, como “dar”, “entregar”, “receber”, “falar”, etc., De acordo com a postura dessa autora, o núcleo v DO pode licenciar tanto um DP_{tema} em estruturas acusativas, como também um *App/P* no caso de uma COD. O núcleo da projeção aplicativa, por sua vez, será responsável por licenciar sintática e semanticamente ambos os argumentos internos (OD e OI) dos predicados ditransitivos.

Vale ressaltar ainda que a tipologia elaborada por Berlinck (1996), como já apresentada no capítulo anterior, é de grande relevância para a presente análise, pois parece adequar-se à estrutura argumental que aqui se adota.

3.2.2 *Voice*₀ como introdutor de argumento externo – Kratzer (1996)

As teorias sobre estrutura argumental objetivam explicar como são construídas as possibilidades de significado dos verbos e argumentos na estrutura argumental e como esses argumentos são projetados da estrutura sintática do verbo. A ideia é que os argumentos adicionais são introduzidos por diferentes elementos com diferentes distribuições. Motivada pela ideia de Marantz (1984 apud KRATZER, 1996), Kratzer (1996) não propõe que os argumentos externos sejam projetados pelo verbo ou licenciado por v , como na proposta de Chomsky (1995), mas por um núcleo funcional que é responsável por licenciar o argumento externo, denominado *Voice*, inserido acima do vP ⁵⁷ na sentença, para introduzir um argumento externo e relacioná-lo ao evento descrito pelo verbo. De acordo com a autora, com o argumento externo nessa posição, o núcleo funcional *Voice*, fora da projeção de VP,

⁵⁷ v : diferente daquele que abriga DP_{agente} na abordagem minimalista, é o núcleo funcional categorizador da raiz (cf. MARANTZ, 1997).

obedece ao “princípio da realização” (KRATZER, 1996, p. 132), segundo o qual os argumentos de um determinado núcleo devem ser realizados dentro da projeção desse núcleo, isto é, os argumentos externos são argumentos de *Voice* e, por isso, estão dentro de sua projeção, na posição de especificador.

Segundo a autora supracitada, a interpretação semântica do DP sujeito depende do tipo de evento ao qual o núcleo funcional *Voice* está relacionado: o DP sujeito teria papel semântico de *agente*, se o evento fosse uma atividade ou denotasse uma dinamicidade, ou teria papel de *causador*, se a estrutura projetasse um evento causativo. Essa diferença de papéis temáticos do argumento externo só é possível em virtude do que a autora chama de “operação de identificação de evento” (KRATZER, 1996, p. 122), que é, basicamente, uma regra semântica que determina a combinação entre o núcleo *Voice* com tipos distintos de vP. Por conseguinte, o significado do argumento externo está intimamente relacionado à estrutura, diferentemente do objeto direto que parece ser dependente da raiz, como aponta Torres Morais:

Ao contrário do argumento externo, o significado do objeto direto depende do conteúdo lexical da raiz e não da estrutura. Como há muitas raízes com diferentes significados, a interpretação dos objetos é muito mais variada, idiossincrática. (TORRES MORAIS, 2007, p. 11)

Do mesmo modo que a noção de *Voice* traz uma importante contribuição à teoria no que se refere ao licenciamento sintático do argumento externo, outra noção de núcleo funcional introdutor de argumento também é crucial para dar suporte à análise do licenciamento dativo como argumento “extra” das construções ditransitivas nas línguas: a noção de núcleo aplicativo (*Appl*) e será apresentada na seção a seguir.

3.2.3 Aplicativo como licenciador de dativo - Pylkkänen (2002)

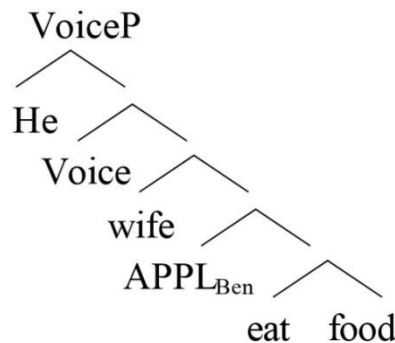
Com o intuito de fornecer uma explicação sobre o licenciamento sintático e semântico do complemento dativo da sentença, Pylkkänen (2002) concorda com a proposta de que é a estrutura sintática que determina as possibilidades de significado dos constituintes e, com isso, se pauta na ideia de que são núcleos especializados que introduzem e licenciam argumentos: *Voice* (*Voice*), assumido Kratzer (1996), e *Applicative* (*Appl*). As observações daqui em diante são baseadas nas ideias de Pylkkänen (2002).

designado para introduzir argumentos, podendo ocorrer tanto com construções COD como também em construções inergativas. Já no inglês, o núcleo aplicativo ocorre apenas em COD, a fim de relacionar o DP dativo ao DP_{tema}, enquanto, em construções inergativas, é impossível haver argumentos novos aplicados, como na língua banta.

Conceitualmente, o núcleo aplicativo é um elemento funcional que adiciona um argumento ao verbo, relacionando-o conforme o evento descrito pelo verbo. Dentro de uma abordagem que assume a sintaxe como a única responsável por licenciar e requerer os argumentos envolvidos, a análise que propõe adotar o aplicativo como núcleo licenciador de argumentos é importante para dar conta do licenciamento dos dois objetos internos ao verbo, atendendo aos requisitos da ligação de anafóricos e escopo, conforme já discutido por Larson (1988), para se afirmar a posição sintática exata do dativo na estrutura.

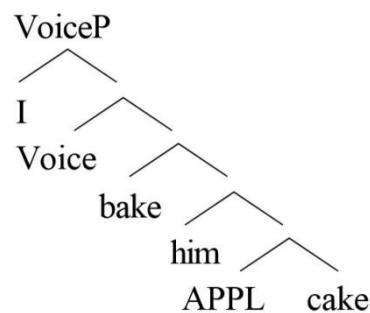
Há dois principais tipos de núcleo aplicativo, propostos por PyLkkänen (2002): *aplicativo alto* (cf. 12) e *aplicativo baixo* (cf. 13)

(12) **APLICATIVO ALTO**



(PYLKKÄNEN, 2002, p. 19)

(13) **APLICATIVO BAIXO**



(PYLKKÄNEN, 2002, p. 19)

O *aplicativo alto*, como no exemplo em Chaga (cf. 10), estabelece uma relação entre argumento aplicado e o evento. Na estrutura em (12), o *aplicativo alto* está acima do vP e,

consequentemente, é c-comandado assimetricamente pelo DP_{nom} (sujeito) no especificador de *VoiceP* e em geral são interpretados como *beneficiários* do evento.

No *aplicativo baixo*, como no inglês em (11), há uma relação entre dois argumentos internos do verbo em uma posição de complemento do núcleo V que são normalmente interpretados como *beneficiário*, *instrumental*, *recipiente*, *locativo* ou *fonte*. Na representação dada em (13), o *ApplP* é complemento do VP e seu núcleo *Appl* toma um DP_{tema} como seu complemento e o relaciona ao DP_{dat} em seu especificador, estabelecendo uma relação de posse e de transferência dinâmica entre os dois DPs envolvidos.

O *aplicativo baixo* pode ser subdividido em dois tipos semânticos, segundo a autora: i) *aplicativo baixo recipiente* (Low-*Appl*-TO), no sentido de ‘para posse de’ (cf. 14); ii) *aplicativo baixo-fonte* (Low-*Appl*-FROM), no sentido de ‘de posse de’ (cf. 15).

(14) **DOC - Inglês**

I wrote [$APPL_{Recipiente}$ **John**]⁶⁰ *a letter*

“Eu escrevi uma carta para John”

(15) **DOC - Coreano**

Totuk-i [$APPL_{fonte}$ **Mary- hanthey**] *panci-lul humchi-ess-ta*

thief-NOM Mary-DAT ring-ACC steal-PAST-PLAIN

Lit. ‘*The thief stole Mary a ring*’

“O ladrão roubou o anel de Mary”

(PYLKKÄNEN, 2002, p. 19, 21)

No exemplo do inglês (cf. 14) de Pylkkänen (2002), a COD ocorre com o complemento dativo cujo papel temático é o de *recipiente/alvo* e a sentença em questão possui interpretação de “Eu escrevi uma carta e a carta passou à posse de John”. Já o exemplo do coreano em (cf. 15), também da autora, a COD tem interpretação de “O ladrão roubou o anel e este saiu da posse de Mary”, com complemento dativo, dessa vez, com papel temático de *fonte*. Como se pode notar, o significado do argumento dativo nos exemplos dados depende do tipo de núcleo aplicativo que o introduz, isto é, a estrutura na qual está inserido é que determina sua significação.

⁶⁰ Grifos meus.

Pylkkänen (2002) afirma que, de um lado, as estruturas que apresentam *Appl* alto são similares àquelas que apresentam *Appl* baixo, na medida em que os DPs aplicados em ambas as estruturas assimetricamente c-comandam o DP_{tema}. No entanto, diferem, se na medida em que o *Appl* alto é meramente introdutor de um novo participante ao evento descrito pelo verbo e pode aparecer em diferentes contextos verbais em algumas línguas, enquanto o *Appl* baixo introduz argumentos que estão em relação semântica de transferência de posse nas construções de duplo objeto. Vale evidenciar aqui que a proposta da existência de núcleos aplicativos de Pylkkänen (2002) tem se revelado inovadora no desenvolvimento das pesquisas sobre as construções que envolvem dativos nas línguas. Essa abordagem é adotada não apenas no presente estudo, mas em outros trabalhos, como o de Cuervo (2003), para o espanhol, de Torres Morais (2007), para o PE, e o de Armelin (2011), para o PB. A seguir, apresento cada uma dessas análises, a fim de constituir o arcabouço teórico que servirá de referência para a análise do PB-afro do século XIX.

3.3 SOBRE A CONSTRUÇÃO DATIVA EM ALGUMAS LÍNGUAS

A possibilidade de ocorrência do núcleo funcional aplicativo em COD no inglês, conforme a proposta de Pylkkänen (2002), vem motivando diversos pesquisadores. Os estudos de Cuervo (2003), sobre o Espanhol, de Torres Morais (2007), sobre o PE, e de Armelin (2011), sobre o PB e o Português da Zona da Mata mineira, por exemplo, adotam essa abordagem e buscam, através dela, explicar como se dá o licenciamento do dativo nessas línguas. Outras abordagens podem, no entanto, ser encontradas nos estudos de Ordoñez (1999) e Pujalte (2007), mostrando que as construções ditransitivas nem sempre possuem um dativo argumental. A proposta de Pujalte (2007) é que não há realização do núcleo aplicativo em construções que exibem dativo argumental, haja vista que a idealização do núcleo aplicativo é a de introduzir um novo argumento à estrutura argumental em contextos em que este não pode ser previsto. A seguir, retomo a ideia de aplicativo sob o ponto de vista de cada um desses autores.

3.3.1 A alternância dativa no espanhol (CUERVO, 2003)

A análise do dativo como argumento introduzido por construções aplicativos foi adotada por Cuervo (2003) para o espanhol. A autora mostra que o complemento dativo pode

se manifestar em duas estruturas básicas: i) em estruturas com o redobro do pronome clítico *le/les* (cf. 16a, 17a); e, ii) paralelamente, em estruturas sem redobro (cf. 16b, 17b).

- (16) a. *Pablo le mandó un diccionario a Gabi*
 b. *Pablo mandó un diccionario a Gabi*
 ‘*Pablo sent Gabi a dictionary*’
 (Pablo enviou a Gabi um dicionário)
- (17) a. *Pablo le cocinó una torta a Andreína*
 b. *Pablo cocinó una torta para Andreína*
 b’**Pablo le cocinó una torta para Andreína*
 ‘*Pablo backed Andreína a cake*’
 (Pablo cozinhou uma torta para Andreína)

(CUERVO, 2003, p.46)

Cuervo (2003) defende que o argumento DP dativo em coexistência com o clítico *le/les* na mesma estrutura possui uma preposição *dummy* que funciona como um marcador de Caso dativo, formando um *a-DP* (cf. 16a, 17a), isto é, o marcador *a*, geralmente classificado como item preposicional pela abordagem tradicional, é apenas a expressão morfológica do Caso dativo atribuído ao DP lexical pelo núcleo aplicativo que o licencia, conforme propõe Pylkkänen (2002). No que se refere à sentença variante sem o clítico dativo, a autora assume que existe um PP (cf. 16b, 17b), não um *a-DP* como a primeira estrutura apresentada.

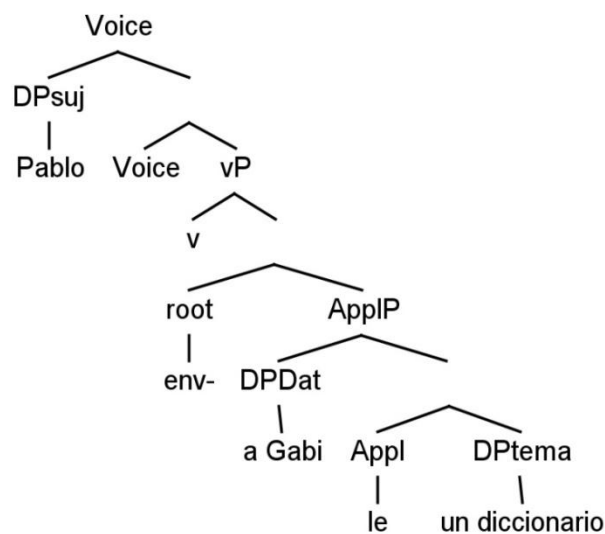
Essa alternância entre a presença (cf. 16a, 17a), no caso de estruturas com *a-DP meta*, *versus ausência* (cf. 16b, 17b) do clítico dativo redobrado “*le/les*” consiste, em verdade, na alternância dativa no espanhol, segundo a autora. Nos exemplos em (16a) e (17a), tem-se a COD, em que o DP dativo pleno (*a Gabi; a Andreína*) é introduzido por uma preposição *dummy* (*a*) e ocorre em paralelo ao clítico redobrado “*le*”. Já os exemplos em (16b) e (17b) mostram uma CDP, em que, ao contrário, não ocorre o redobro do clítico dativo e o dativo é um DP introduzido por uma preposição lexical (*a Gabi/para Andreína*). Note ainda que em (17b’), que exhibe uma CDP, o redobro não pode ocorrer em paralelo a um DP dativo introduzido pela preposição *para*. Estando presente o clítico dativo na estrutura CDP, o resultado é agramatical.

Assumindo para o espanhol a proposta de introdutores de argumento de Pylkkänen (2002), Cuervo (2003) diz que, em estruturas COD, o clítico dativo redobrado é a realização morfológica de um núcleo funcional *aplicativo*, conforme se verifica em (18) e (19).

- (18) a. *Pablo le envió um dicionário a Gabi*
 ‘Pablo sent *Gabi* a dictionary’
 ‘Pablo enviou um dicionário a Gabi’

(CUERVO, 2003, p.48)

(19)



(CUERVO, 2003, p.52) ⁶¹

Conforme a análise da autora, a estrutura em (19) contém um complemento dativo “*a Gabi*” que c-comanda o DP_{tema} “*um dicionário*” a partir de uma posição mais alta na estrutura. O redobro obrigatório do clítico dativo no espanhol é uma evidência da existência de um núcleo aplicativo cuja função é a de licenciar o DP_{dat} com o qual estabelece relação de concordância em COD. A autora explica que a realização do clítico dativo redobrado na posição de núcleo do *ApplP* ocorre morfológicamente realizada (“*le*”), constituindo-se *spell-out* de traços-*phi* que variam de acordo com o a-DP que licencia em seu especificador, nesse caso, o clítico deve concordar com a terceira pessoa do singular do a-DP dativo “*a Gabi*”.

É válida a informação de que, segundo Cuervo (2003), ainda que haja foco na sentença ou que a sentença seja sem prosódia, em ambas as estruturas, o DP dativo aparece

⁶¹ Adaptada ao exemplo em (19a).

posicionado depois do DP tema, isto é, não há mudança na ordenação superficial dos DPs em COD, como ocorre nas construções dativas que se alternam no inglês, em que o dativo, a partir de uma posição mais distante, intercalado pelo DP tema, passa a ocupar uma posição imediatamente à direita do predador verbal.

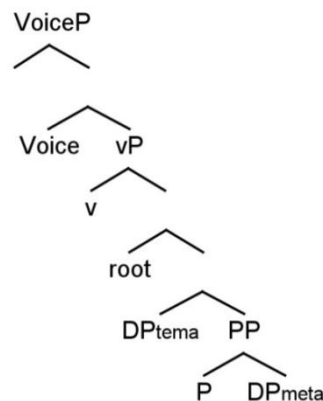
Para dar conta da ordem linear fixa V DP_{tema} DP_{dativo}, a autora defende que o dativo recebe Caso inerente na posição em que é gerado, mas o DP_{tema} precisa mover-se para o especificador de vP, a fim de ser visível para a checagem de Caso, terminando por exibir uma ordem superficial: V DP tema DP dativo.

Na contraparte da alternância dativa, a CDP, que não exibe redobro do clítico, a realização do DP_{dat}, mesmo sem o redobro do clítico, pressupõe que esse tipo de construção não projeta um *AppIP*, mas um PP. Para a CDP, Cuervo (2003) assume a seguinte estrutura argumental (cf. 20).

- (20) a. Pablo mando um diccionario a Gabi/a Barcelona
‘Pablo sent a dictionary to Gabi/ to Barcelona’
 “Pablo enviou um dicionário a Gabi/a Barcelona”

(CUERVO, 2003, p.50)

b.



(CUERVO, 2003, p.51)

Na estrutura⁶² da CDP (cf.20b) acima, sem se posicionar quanto à categoria do nó que se combina com a raiz (*root*), Cuervo (2003) afirma que há uma relação semântica de transferência de posse entre o DP_{meta} e o DP_{tema} por meio da preposição. A partir de uma posição mais alta, o DP_{tema} c-comanda o DP_{meta}, enquanto na COD a relação é inversa (cf. 19b).

⁶² Estrutura adaptada para o português.

Esperando encontrar um contraste entre a sentença com e sem a realização do redobro do clítico, para embasar sua afirmação de que há alternância dativa no espanhol, Cuervo realiza um teste, substituindo o argumento dativo com papel *meta/alvo* “a Gabi”, no exemplo anteriormente apresentado em (20a), por um argumento *locativo* “a Barcelona”, em (21a). Com a presença do clítico redobrado, o resultado da substituição é agramatical. Já em construções que não exibem redobro, o resultado é aceitável (cf. 21b).

- (21) a. **Pablo le envió un diccionario a Barcelona*
Pablo CL.DAT sent a dictionary to Barcelona.DAT
 ‘*Pablo sent Barcelona a dictionary*’
 lit. “Pablo enviou Barcelona um dicionário”

- b. *Pablo envió un diccionario a Barcelona*
 ‘*Pablo sent a dictionary to Barcelona*’
 “Pablo enviou um dicionário para Barcelona”

(CUERVO, 2003, p. 48,49)

A agramaticalidade manifesta em (21a) indica que o redobro com os clíticos dativos no espanhol não pode ocorrer como correferentes de um PP, como aquele em destaque (“*a Barcelona*”), mas apenas como correferentes de um dativo a-DP. Entretanto, quanto a isso, Cuervo (2003) afirma que essa restrição nada tem a ver com o traço de animacidade dos DPs envolvidos, mas com a possibilidade de haver uma relação de transferência de posse entre os dois DPs, conforme se verifica em (22), em que, apesar do traço [-animado] do DP_{meta} “*mate*”, o redobro do clítico acontece.

- (22) a. *Pablo le puso azúcar al mate*
Pablo CL.DAT put sugar mate.DAT
 “Pablo pôs açúcar no mate”

(CUERVO, 2003, p.101)

A autora mostra que o redobro do clítico em (22) só é possível na medida em que o objeto (“*azúcar*”) é parte pertencente ao dativo (“*mate*”). Além disso, a autora observa que é possível tornar os DPs envolvidos em argumentos do verbo “*ter*”, como “O *mate* tem açúcar”, atestando que há nessas construções uma relação de posse, ainda que o dativo seja inanimado.

Outro exemplo para mostrar que o redobro do clítico ocorre apenas em uma COD, segundo a autora, é a possibilidade de co-ocorrência do PP_{locativo} e do DP_{meta} nas duas estruturas (cf. 23).

(23) a. *Pablo le envió un diccionario a Gabi a Barcelona*
Pablo Cl.DAT sent a dictionary Gabi.DAT to Barcelona
 ‘Pablo sent **Gabi** a dictionary to Barcelona’

lit. “Pablo enviou um dicionário a Gabi para Barcelona”

b. ?/* *Pablo envió un diccionario a Gabi a Barcelona*
Pablo sent a dictionary Gabi.DAT to Barcelona
 ‘Pablo sent **Gabi** a dictionary to Barcelona’

lit. “Pablo enviou um dicionário a Gabi para Barcelona”

(CUERVO, 2003, p.49)

Ao se observarem os exemplos dados em (23), nota-se que a ocorrência do PP *locativo* é aceitável em ambos os casos. Em (23a), a sentença é gramatical, pois a relação anafórica entre o clítico redobrado e o a-DP (“*a Gabi*”) pôde ser estabelecida; no entanto, na sentença em (23b), o resultado é estranho ou agramatical por não haver a realização do redobro. Esse resultado evidencia, sobretudo, uma relação de dependência sintática entre o clítico que redobra e seu a-DP, uma independência do PP meta na sentença. Baseando-se nesses fatos, Cuervo (2003) defende que essa relação de dependência entre clítico redobrado e a-DP é mais uma evidência da construção aplicativa em estruturas de COD, enquanto a sua contraparte preposicionada, que se realiza independentemente do clítico, pertence a uma estrutura CDP, constituindo no espanhol o fenômeno da alternância dativa.

Antes de prosseguir com a descrição da análise teórica sobre as estruturas dativas no PE e no PB, vale a pena expor o caráter argumental do dativo. Esse aspecto parece apontar as diferenças na escolha da preposição que introduz o dativo, tanto no espanhol, conforme mostra Pujalte (2007), quanto no PB, conforme Armelin (2011), como se verá adiante.

3.3.1.1 Dois tipos de complemento dativo

Tomando como ponto de partida o espanhol, Ordoñez (1999) aponta dois tipos principais de complemento indireto dativo, o primeiro denominado de OInd1, para todo aquele dativo que for previsto na configuração semântica do predicador verbal⁶³ (cf.24), e OInd2, todo aquele que não estiver previsto nesta configuração (cf.25).

(24) **OInd1**

a. *(Le)Expuso sus argumentos al director*

'He/She showed his/her arguments to the director'

“Expôs seus argumentos ao diretor’

b. **Expuso sus argumentos para el director*

'He/She showed his/her arguments to the director'

(Expôs seus argumentos ao diretor)

(25) **OInd2**

a. *Les cosió la ropa a los huéspedes*

'He/She sewed the choother for the guests'

“Costurou a roupa para os hóspedes”

(ORDOÑEZ, 1999, p.1872-1874)⁶⁴

b. **Cosió la ropa a los huéspedes*

'He/She sewed the choother for the guests'

“Costurou a roupa para os hóspedes”

c. *Cosió la ropa para los huéspedes*

'He/She sewed the choother for the guests'

“Costurou a roupa para os hóspedes”

A sentença em (24a) mostra que o dativo do tipo OInd1 ocorre apenas com preposição *a*, podendo ou não ser redobrado pelo clítico dativo, diferentemente do PB (cf. seção 4.3.3), e não permite a ocorrência com *para* (cf.24b), somente os dativos do tipo OInd2 é que permitem a ocorrência dessa preposição, conforme (25c). No caso das sentenças com os

⁶³ A descrição realizada pelo autor não se insere na perspectiva da MD, por isso, fala-se em previsão na configuração semântica do verbo baseado na ideia de que predicados lexicais possuem uma grade argumental, conforme a GB, em vez da ideia de significação construída pelo evento verbal.

⁶⁴ Exemplos adaptados.

dativos não-argumentais (OInd2), o uso da preposição *a* está restrito ao redobro do clítico (25a), sendo agramatical quando não redobrado (25b).

Segundo Ordoñez, o dativo quando for um OInd1 preposicionado por *a* não possui obrigatoriedade de redobrar o clítico, pois é um complemento previsto pelo verbo e, como resultado, possui a opção de “dispensar” o recurso do redobro. Quando o dativo for um OInd2, ocorre o oposto: quando há o uso da preposição *a*, o redobro do clítico é obrigatório. Ordoñez (1999) reconhece que essa obrigatoriedade do redobro com OInd2 é devido ao fato de que

[...] o pronome dativo é um recurso gramatical que permite incorporar um complemento indireto não argumental a um verbo que não o prevê em sua valência. (ORDOÑEZ, 1999, p. 1886)⁶⁵.

Em outras palavras, por não se tratar de um complemento verdadeiro, não previsto pelo verbo, o OInd2 na sequência em (25b) não resiste ou seu uso parece estranho se não houver a correferência com o clítico dativo. Já em se tratando do OInd1, diferentemente da afirmação do autor de que o redobro é opcional, Cuervo (2003) defende que essa opcionalidade é apenas aparente, pois, levando-se em consideração a hipótese de que existe alternância dativa no espanhol, o redobro do clítico é um recurso sintático para a realização da COD nesta língua (cf. 26). Já a contraparte sem redobro é a realização da construção alternante CDP, em que o dativo é antecedido por uma preposição lexical (cf.27).

(26) **COD**

Le Expuso sus argumentos al director

‘He/She showed his/her arguments to the director’

“Expôs seus argumentos ao diretor”

(27) **CDP**

Expuso sus argumentos al director

‘He/She showed his/her arguments to the director’

(Expôs seus argumentos ao diretor)

O contra-argumento de Cuervo (2003) para a aparente opcionalidade do redobro do clítico é criticada por Pujalte (2007), uma vez que Cuervo não faz distinção entre os

⁶⁵ Do espanhol: “El pronombre de dativo es un recurso gramatical que permite incorporar un complemento indirecto a um verbo que no lo tiene previsto em su valencia.”

complementos dativos argumentais e não-argumentais no espanhol. Pujalte (2007) assume para o espanhol que, em verdade, a COD é somente manifestada nos casos de ocorrência do dativo não argumental OInd2, como na sentença em (25a) anterior. Em se tratando dos dativos argumentais, denominados OInd1 por Ordoñez (1999), a autora diz que, tanto no espanhol quanto no PB, esse tipo de complemento, como aquele apresentado em (24), não envolve uma COD e, por isso, não poderia ser tratado como parte do fenômeno da alternância dativa, haja vista ser previsto na configuração do predicado verbal, contrariamente à proposta de Cuervo (2003) para o espanhol.

A proposta de Pujalte (2007) se baseia na definição central do núcleo aplicativo: categoria funcional adicional, ou seja, introdutor de novos argumentos às estruturas sintáticas das construções dativas. E para mostrar o contexto em que, sob seu ponto de vista, haveria um núcleo aplicativo, a autora separa as construções ditransitivas em dois grupos maiores:

i) o grupo em que é possível recuperar o dativo com papel temático *meta* e *origem*, isto é, verbos de estrutura ditransitiva com valor semântico de *transferência física e mental* (comprar, comunicar, dar, doar, entregar, enviar, mandar, mostrar, etc.), conforme (28);

ii) o grupo das construções com dativo não-argumental, que inclui um novo argumento por meio de uma frase aplicativo; podem estar contidos neste grupo diversos tipos semânticos de verbo, conforme (29).

Saliento que, de maneira bastante semelhante, essa diferença entre os verbos parece se manifestar também no PB, conforme será tratado mais adiante.

(28) *Juan envió un libro a María. / Juan le envió un libro a María*
 ‘Juan sent a book to María’
 “Juan enviou um livro a Maria”

(29) *Juan construyó una casa para María. / Juan le construyó una casa a María.*
 ‘Juan built a house for María’
 “Juan construiu uma casa para Maria”

(PUJALTE, 2007, p. 6)⁶⁶

A autora sustenta sua ideia a partir da aplicação de diversos testes que buscam provar o caráter argumental do DP_{dat}; entre eles está o teste das *nominalizações*, em que somente

⁶⁶ Exemplos adaptados.

dativos do primeiro grupo podem ocorrer (cf. 30). Quando o dativo não pode ser recuperado pelo discurso, a construção não pode ocorrer sem redobro do clítico, sendo, portanto, o dativo introduzido por *a* sozinho agramatical. Já com a variante *para*, a ocorrência é possível (cf. 31).

(30) *La venta de armas a Ecuador*

Lit. ‘*the guns’ sale to Ecuador*’

“A venda de armas para o Equador”

(31) *La preparación de la torta *a María /para María*

‘*The preparation of the pie for Maria*’

“A preparação da torta para Maria”

(PUJALTE, 2007, p. 7)⁶⁷

O teste das nominalizações aplicado a (30) parece fornecer resultado importante no que se refere à leitura dos papéis temáticos do complemento dativo, pois com a retirada do elemento clítico dessas construções, a interpretação de *beneficiário* se perde e apenas a interpretação de *meta* ou *fonte* se mantém, visto que, nesse caso, *a* é a única preposição possível e essa preposição sem o redobro não possui sentido de *beneficiário*. Em (31), a interpretação é de *beneficiário* e a única preposição que veicula, sozinha, esse sentido no espanhol é *para*.

Segundo os testes de Pujalte, somente os dativos argumentais podem permanecer interpretáveis mesmo estando implícitos na sentença. Assim, omiti-los consiste em outro teste⁶⁸ que comprova sua argumentalidade (cf. 32). O mesmo não acontece à sua contraparte não-argumental (cf. 33).

(32) a. *Juan entregó la comida en la casa de María (a alguien).*

Lit. ‘*Juan delivered the food in Maria’s house (to someone)*’

“Juan entregou a comida na casa de Maria (a alguém)”

(33) a. *Juan robó la bicicleta.*

‘*Juan stole the bicycle*’

⁶⁷ Exemplos adaptados.

⁶⁸ Para ver mais testes, verifique Pujalte (2007).

“Juan roubou a bicicleta”

b. *Juan construyó la casa.*

‘Juan built the house’

“Juan construiu a casa”

(PUJALTE, 2007, p. 8)

Observa-se que, no exemplo em (32), há possibilidade de o dativo ser recuperado, mesmo se este não ocorrer de forma explícita na sentença. Em (33), com os verbos “robó” e “construyó” não é possível recuperar um dativo, justamente por não haver um segundo argumento interno que faz parte da estrutura eventiva desses verbos. Para Ordoñez (1999), o teste do *participio* também se constitui em um teste definitivo na identificação do dativo argumental (OInd1), pois, acrescido ao fato de que o verbo em sua forma participial não admite clíticos no espanhol, complementos do tipo OInd2 preposicionado por *a* não resistem a esse tipo de construção, posto que necessitam da presença do redobro do clítico (cf.34), ao passo que construções na forma participial com os complementos do tipo OInd1 são perfeitamente gramaticais (cf. 35).

- (34) **una falda cosida a Dolores por mamá*
 Lit. *‘a skirt sewed for Dolores by mother’*
 “Uma saia costurada para Dolores por minha mãe”

- (35) *Un tema correctamente expuesto al auditorio*
‘A subject correctly presented to the audience’
 “Um assunto corretamente exposto ao auditório”

(ORDOÑEZ, 1999, p. 1886, 1875)

Pujalte questiona as análises que adotam a ideia de haver uma alternância entre uma COD e uma CDP no espanhol e português europeu (CUERVO, 2003; TORRES MORAIS, 2007; TORRES MORAIS; SALLES, 2007) similarmente ao inglês e afirma que, salvo as poucas assimetrias constatadas, nenhuma dessas estruturas alternantes compartilha das mesmas propriedades estruturais da língua inglesa.

A autora afirma que, na inversão da ordem V OD OI em V OI OD dos verbos ditransitivos, na alternância dativa, a queda da preposição na segunda estrutura está associada

a um conjunto de outras propriedades. A seguir, apresento duas delas, de acordo com Pujalte (2007).

A primeira delas é que, no inglês, a inversão para COD produz uma alteração na marcação de Caso do DP_{dat}, que passa ter Caso acusativo e o DP_{tema} continua a ter Caso acusativo, nos termos de Larson (1988), em que o DP_{tema} possui Caso inerente. Propriedade, segundo ela, que nem o PB nem o espanhol exibem, pois em ambas as línguas o DP_{dat} mantém-se com a mesmo Caso independentemente da posição que ocupa, já que mantém a preposição em qualquer uma das posições.

A outra propriedade se refere à possibilidade de passivização das construções dativas no inglês. O dativo em estruturas COD pode ocupar posição de sujeito da passiva, mas o DP_{tema} não (cf. 36a). Em estruturas CDP, ocorre o inverso (cf. 36b).

- (36) a. *Mary was given a book / *A book was given Mary*
 b. *A book was given to Mary / *Mary was given a book to*

(PUJALTE, 2007, p. 16)

Baseada nos exemplos apresentados em trabalhos como o de Scher (1996) e o de Torres Morais e Salles (2007), Pujalte (2007) diz que no espanhol, no PB e no português brasileiro de Minas (PBM), o dativo nunca pode ser sujeito da passiva, apenas o DP_{tema} pode ser promovido a sujeito (cf. 37).

- (37) a. **María fue dada un libro / Un libro le fue dado a María* (Espanhol)
 b. Um livro foi dado pros meninos / *Pros meninos foram dados um livro (PB/PBM)
 c. Um livro foi dado os meninos / *Os meninos foram dados um livro (PBM)

(PUJALTE, 2007, p. 19)

Além disso, a autora ressalta que nem o espanhol nem o PB possuem uma ordem rígida dentro do VP, conforme mostram seus exemplos em (38a-b).

- (38) a. *Juan le dio un libro a María / Juan le dio a María un libro* (espanhol)

b. A Maria mostrou o carro para o João / A Maria mostrou para o João o carro.
(PB/PBM)

(PUJALTE, 2007, p. 19)

Os dados apresentados pela autora mostram que o espanhol e o PB apresentam diferenças de propriedade nas construções dativas em relação ao fenômeno da alternância dativa no inglês, no que se refere àquelas cujo dativo pode ser semanticamente previsto. Dadas as evidências, para o espanhol, a autora afirma que não há alternância dativa nesses contextos, contrariando a proposta de Cuervo (2003), e que essas construções devem ser analisadas de forma diferente⁶⁹. Apenas as construções com dativos não-argumentais possuem construção applicativa para Pujalte e, portanto, podem fazer parte da alternância dativa.

Apesar de questionar a proposta de Cuervo (2003), Pujalte (2007) não apresenta uma proposta precisa a respeito de como se daria a formação da construção dativa de redobro do clítico ou de duplo objeto no espanhol em que ocorrem os complementos do tipo OInd1, embora afirme, com base nos testes apresentados, que, nesses casos, não há envolvimento da construção applicativa proposta por Cuervo (2003) para dar conta da alternância presença/ausência do clítico dativo nesses contextos no espanhol.

De qualquer sorte, o raciocínio de Pujalte (2007), em lugar de se opor à proposta de Cuervo (2003), é complementar aos seus estudos sobre os dativos no espanhol. Os dois tipos de contextos verbais propostos por Pujalte (2007) podem estar incluídos na análise de Cuervo (2003), mesmo aqueles que prevêm o argumento dativo em sua configuração semântica; além disso, as evidências da existência do núcleo applicativo nesses contextos são bastante claras, dada a ocorrência do redobro do clítico dativo com ambos os complementos OInd1 e OInd2.

Quanto ao que foi tratado nesta seção, vale ressaltar as observações feitas por Armelin (2011). A autora concorda com a abordagem de Pujalte (2007) de que não há alternância dativa entre COD e CDP no PB, no entanto, discorda da ideia de que não há aplicativos nessa língua. Armelin (2011) propõe que o PB possua uma projeção applicativa com função de inserir os dois argumentos internos dos predicados ditransitivos, mesmo não havendo alternância dativa. A autora mostra ainda que os testes propostos por Pujalte, como o das nominalizações e o de dativo nulo, quando aplicados ao PB, são determinantes na escolha da preposição: os dativos que são introduzidos por *a* no PB, e que omitem a preposição no PBM,

⁶⁹ A autora propõe uma estrutura especulativa que mostra uma projeção raiz que domina os dois complementos.

são justamente os que pertencem ao grupo do OInd1, em contrapartida os do grupo OInd2 não selecionam *a* como preposição.

3.3.2 A alternância dativa no PE (TORRES MORAIS, 2007)

Com base na proposta de núcleo aplicativo de Pylkkänen (2002), orientada pelos estudos de Cuervo (2003) para o espanhol, Torres Morais (2007) também assume o fenômeno da alternância dativa para o PE moderno. O estudo de Torres Morais sobre o dativo na variedade europeia mostra que os verbos ditransitivos que denotam evento dinâmico, como *dar*, *enviar*, *cozinhar*, etc., exibem características peculiares em relação ao que se têm apresentado como alternância dativa. Segundo a autora, há, no PE, a realização do dativo nas duas estruturas dativas alternantes básicas do fenômeno: quando ocorre na CDP (cf. 39a), o dativo é um sintagma introduzido por uma preposição lexical (*preposição verdadeira*, nos termos da autora), que contribuiria com o sentido de *meta* ou de *locativo*, às vezes, de *beneficiário*, como *a*, *para*, *de*. Quando ocorre na COD (cf. 39b), assim como foi proposto para o espanhol, a preposição *a* que precede os argumentos dativos não é uma preposição de fato, mas uma preposição *dummy* que apenas marca Caso morfológico dativo ao DP_{meta}. Com isso, o dativo se realiza ou como um a-DP, ou como clítico *lhe/lhes*, em distribuição complementar, podendo ser interpretado como *meta/recipiente* ou *fonte*, conforme defende a autora.

(39) **CDP no PE**

a. O José enviou uma carta **para a Maria/ para Lisboa/ ao Banco de Portugal**

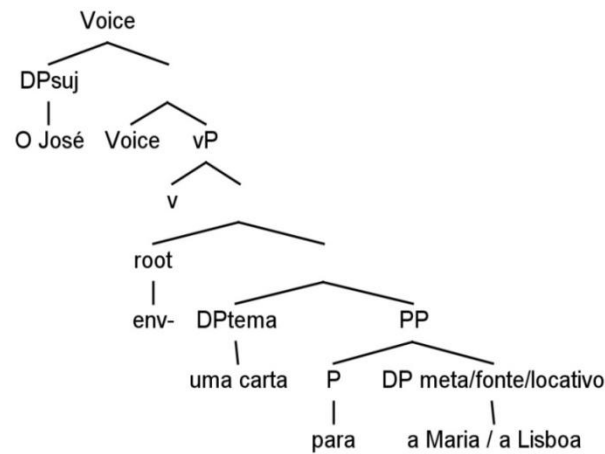
COD no PE

b. O José enviou uma carta **à Maria** / enviou-**lhe** uma carta

(TORRES MORAIS, 2007, p. 52)

No exemplo em (39a), as construções são ditransitivas preposicionadas por comportarem dois argumentos internos, um DP_{tema} (uma carta) e um PP (para a Maria/para Lisboa/ao Banco de Portugal), conforme se verifica em (40).

(40)

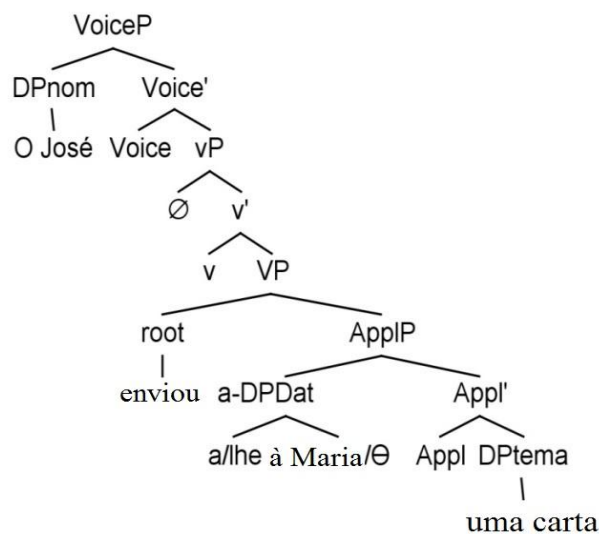


Em (40), segundo a autora, o DP_{tema} c-comanda assimetricamente o DP complemento da preposição, estabelecendo uma relação de transferência de posse entre o DP_{tema} mais alto e o DP dativo mais baixo. Nesse caso, a preposição plena *para* possui sentido direcional.

Torres Morais (2007) mostra que os PPs em destaque em (39a) não são cliticizáveis por *lhe*. Baseada na interpretação dada pelos falantes a esses complementos, a autora assinala que um PP introduzido por *para*, ainda que tenha traço [+humano], possui uma relação de transferência menos direta com o DP_{tema} do que os argumentos introduzidos por sua contraparte, a preposição *a*. Além disso, a autora acrescenta que, nesses casos, o complemento como “à Maria” em (39b), objeto que seria diretamente afetado pela transferência, está implícito na sentença em (39a). Esse fato pode ser verificado pela possibilidade de substituição de um um PP como “para Maria” por um *locativo puro* (nos termos da autora), como “para Lisboa”, que, além de não poder ser substituído por *lhe*, não pode ser introduzido por *a*, sendo agramatical no PE o uso da expressão *enviar *a Lisboa*. Conseqüentemente, “à Maria” parece ser um elemento diferente de “para Maria”, dada a impossibilidade do primeiro ser substituído por um *locativo puro*. Já no exemplo em (39b), o dativo é ora um DP “à Maria”, introduzido pela preposição *a*, ora um clítico de terceira pessoa “*lhe*”. Torres Morais (2007) mostra que ambos os tipos de dativo, por ocuparem a mesma posição na estrutura, possuem a mesma natureza, mas se diferem dos PPs em (39a). A autora ressalta, ainda, que a preposição *a* apresenta estatuto ambíguo, ora sendo marcador morfológico dativo em COD, da mesma forma que no espanhol, ora sendo uma preposição lexical em CDP. Dessa forma, a autora defende que no PE os dativos que exibem um marcador morfológico casual *a*, como

em (39b), fazem parte do que se tem adotado como construção applicativa, seguindo a abordagem teórica para a COD de Pylkkänen (2002). O dativo em (39b), tanto em sua forma clítica quanto em sua forma plena, em COD, é licenciado por um núcleo *aplicativo baixo* que tem por função estabelecer uma relação de posse entre o DP_{tema} e o DP_{dativo}. Dessa forma, o DP_{dativo} é adicionado à estrutura argumental por intermédio de um núcleo funcional aplicativo, conforme representado em (41).

(41)

(TORRES MORAIS, 2007, p. 107)⁷⁰

A estrutura em (41) mostra que o complemento dativo nas suas duas formas “lhe” e “a-DP”, no especificador de *AppIP*, c-comanda assimetricamente o DP_{tema}, estabelecendo uma relação direta entre esses dois argumentos. No PE, em projeções estruturais como essa, o complemento dativo (aplicado) pode desempenhar papéis semânticos como *recipiente ou meta* e, ainda, *fonte*⁷¹, segundo Torres Morais (2007).

Sobre a questão dos Casos, Torres Morais (2007) assume que tanto o clítico dativo *lhe* quanto o elemento a-DP recebem Caso inerente paralelamente ao papel temático na posição em que são gerados [*Spec;AppIP*]. Nesse contexto, a presença do marcador morfológico *a* em DP_{dativo} pleno é evidência da expressão do Caso dativo. Já o DP_{tema} recebe Caso estrutural acusativo através da checagem de traço na relação especificador-núcleo, como na árvore em

⁷⁰ Árvore adaptada.

⁷¹ Vale ressaltar que, no PE, argumentos que recebem papel temático *fonte* geralmente são introduzidos pelo marcador *a* (Comprei mangas *ao*[DP_{fonte} menino]). No entanto, o quadro é diferente no PB, sendo a preposição *de* ou a expressão “na mão de” que antecede argumentos como estes (Comprei as mangas *do*[DP_{fonte} menino]/ Comprei as mangas *na mão do* [DP_{fonte} menino]). Praticamente não há realização de *a* introduzindo DP dativo com papel temático *fonte* no PB.

(41), em que o DP_{tema} “uma carta” move-se para a posição de especificador mais alto de vP para receber Caso estrutural do núcleo funcional v.

Note-se, ainda, que, na COD, a posição sintática do clítico *lhe* no PE proposta por Torres Morais (2007) é diferente do que é proposto por Cuervo (2003) para o espanhol. No PE, o clítico está em especificador da projeção aplicativa, já no Espanhol, em situação de redobro, o clítico “*le/les*” está na posição de núcleo de *AppIP*, sendo uma expressão morfológica do núcleo aplicativo que exhibe os traços-*phi* de concordância do a-DP dativo. Segundo Torres Morais (2007), essa diferença explica a ausência do clítico redobrado no PE em presença do a-DP (ex: à menina, ao menino) dativo, pois tanto o clítico dativo quanto o a-DP dativo estão em distribuição complementar em [*spec, AppIP*], de maneira que ambos não podem co-ocorrer em uma única sentença nem possuir uma relação anáforica entre si.

A natureza ambígua do item *a*, se marcador morfológico, se preposição lexical, corrobora, conforme a autora, a afirmação de que há alternância dativa no PE. Ainda segundo ela, as construções de redobro do clítico, que são COD no PE, esclarecem ainda mais essa ambiguidade do *a*, pois a forma *a ele(a)(s)* são sempre formas dativas a-DP, e não PP, em contexto de redobro com o clítico, enquanto a construção sem redobro, que são CDP, identifica a sua contraparte preposicionada, PP. Vale ressaltar que na COD, a realização do redobro do clítico dativo é obrigatória se co-ocorrer com as formas pronominais *a ele(a)(s)*.

Essas formas pronominais possuem uma interpretação contrastiva e mantêm uma relação anáforica com os clíticos de terceira pessoa, estabelecendo uma relação tão dependente um do outro que a ocorrência dos pronominais supracitados em construções dativas não podem ocorrer sem a presença do clítico *lhe/lhes* na sentença (cf. 42a’). Contrariamente, quando o dativo é um a-DP nome pleno, a co-ocorrência com o *lhe/lhes* não é permitida no PE (cf. 42b’). Assim, para Torres Morais, essas estruturas redobradas constituem uma prova quase que definitiva da existência da COD no PE.

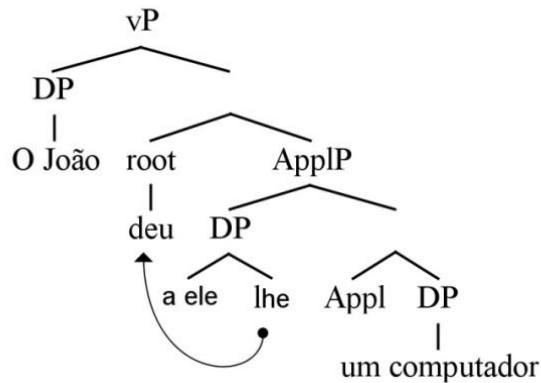
- (42) a. O João deu-**lhe** um computador **a ele** (não a...)
 a'. *O João deu **a ele** um computador
 b. O José deu um bombom **à Maria**
 b'. *O José deu-**lhe** um bombom **à Maria**

(TORRES MORAIS, 2007, p. 105)

O redobro do clítico dativo é um fenômeno bastante restrito no PE, porque ocorre apenas em um contexto discursivo em que o dativo pronominal dobrado “*a ele*” (não clítico)

teria interpretação de *foco contrastivo*. Baseada na proposta de Raposo (1999) de que os pronomes são, na verdade, determinantes, a autora diz que o dativo redobrado está na posição de [*Spec*, DP] e o núcleo D é o clítico dativo *lhe*. Esse DP que abriga o dativo pronominal e seu clítico redobrado está, por sua vez, em especificador de *AppIP*, conforme representação em (43).

(43)



Observa-se, na estrutura em (43), acima, que a autora, diferentemente de Cuervo (2003) para o espanhol, não trata o clítico como a realização morfológica dos traços *phi* de concordância no núcleo do aplicativo, mas como um pronome alocado no núcleo D da projeção determinante posicionada no especificador de *AppIP*.

Quanto à ordem dos constituintes, Torres Morais (2007) defende que a distribuição dos constituintes nas construções ditransitivas é resultado de duas estruturas distintas, COD e CDP, cada uma apresentando posições rígidas que são geradas na base, dependendo do contexto de uso. Além dos testes de escopo e ligação, a autora mostra que a ordem dos constituintes em cada estrutura está subordinada às propriedades da estrutura informacional no PE. Seguindo os estudos de Costa (1996, 1998 apud TORRES MORAIS, 2007), ao definir como se dá a ordem da COD e da CDP no PE, Torres Morais concorda com a suposição de que, na ordem SVO não marcada, isto é, não focalizada, o sujeito se move para *Spec* de IP e, quando marcada, o sujeito focalizado permanece na posição de *Spec* de VP. Além disso, ela propõe que a ordem SVO não marcada também seja caracterizada pelo movimento do DP_{tema}, haja vista ser a posição à direita a privilegiada para o foco informacional da sentença. Isto quer dizer que, quando o DP_{tema} permanece *in situ*, é interpretado como foco e, quando movido, é interpretado como DP não focalizado. Assim, o esquema do quadro a seguir mostra mais claramente a proposta de Torres Morais para estruturas dativas geradas no PE:

Quadro 4: Proposta da ordem dos DPs na estrutura ditransitiva no PE

	DOC	CDP
Natureza do dativo	a-DP – licenciado por Appl ⁰	É um PP introduzido por preposição lexical
Propriedades da estrutura informacional	Informacionalmente não é foco	Informacionalmente é foco
Relação de Escopo e Ligação	DP _{dat} c-comanda assimetricamente DP _{tema}	DP _{tema} c-comanda assimetricamente DP _{dat}
Ordem	Deiv [ao Pedro] dat [o livro] tema	Deiv [o livro] _{tema} [foco ao Pedro] dat

A análise do dativo no PE em Torres Morais (2007) é importante para a presente pesquisa, sobretudo, porque se trata de uma análise feita em uma variedade do português que é considerada um modelo para o padrão na escrita do PB, como ocorre nas atas do século XIX – *corpus* desta pesquisa –, que seguem um padrão similar ao português falado pelos europeus, apresentando características similares às construções dativas no PE (CAVALCANTE; FIGUEIREDO, 2009). Assim, a minha hipótese é a de que as atas do século XIX escritas por brasileiros alforriados apresentam o mesmo padrão do PE, como discuto no próximo capítulo.

Descrevo, na seção a seguir, a proposta de Armelin (2011) para o PB.

3.3.3 As construções ditransitivas no PB (ARMELIN, 2011)

Antes de apresentar a abordagem de Armelin (2011), levemos em consideração alguns critérios referentes à realização das preposições que introduzem o dativo no espanhol. Propostos por Ordoñez (1999), esses critérios permitem a distinção entre os dois tipos de dativo, conforme (44):

- (44)
- i. A preposição *para* somente ocorre com dativos que expressam traço [+beneficiário];
 - ii. Todo complemento *beneficiário* antecedido por *a* reclama a presença do clítico dativo;
 - iii. A preposição *a* possui traço [+meta] ou [+fonte].

Os critérios em (44) mostram que o uso da preposição *a* introdutora de OInd2 em construções com redobro do clítico (cf. 45) está intimamente relacionado ao uso da preposição *para* na sua variante preposicionada não redobrada (cf. 46), já que, em ambos os casos, as preposições introduzem DP com papel semântico de *beneficiário*. Em contrapartida, a preposição *a*, independentemente de ocorrer com o redobro do clítico ou não, em construções que selecionam OInd1, antecede apenas DP com traço *meta* ou *fonte*, mas nunca *beneficiário*.

- (45) *Le compró un piso* [OInd2 ***a su hijo***]
 ‘He/She bought an apartment for his son’
 “Comproou um apartamento para seu filho”

- (46) *Compró un piso* [OInd1 *al contratista*][OInd2 ***para su hijo***]
 ‘He/She bought an apartment from contractor for his son’
 “Comproou um apartamento ao contratante para seu filho”

(ORDOÑEZ, 1999, p. 1886)⁷²

Em (46), “*al contratista*” é um dativo argumental e possui papel semântico de *fonte*. O outro DP preposicionado por *para* “*para su hijo*” possui papel semântico de beneficiário e não está previsto na estrutura argumental do verbo, assim como ocorre também com “*a su hijo*” em (45). Nesse contexto, a preposição *a*, sozinha, não pode introduzir dativo *beneficiário*, para isso; ele precisa ser redobrado pelo clítico.

A observação dos critérios acima mostra que, no espanhol, a realização da preposição possui traço semântico e contexto sintático bem definidos, evidenciando a existência de dois tipos de dativo: OInd1 e OInd2 (ORDOÑEZ, 1999). Em relação a esse aspecto, Armelin (2011) observa que, no PB, a realização da preposição, se *a* ou se *para*, pode, em alguns casos, revelar não só o caráter argumental do dativo, como também o estatuto categorial da projeção que licencia o DP dativo. Em caso de ser a preposição *a* apenas um marcador morfológico, como defendem Cuervo (2003) e Torres Morais (2007), o dativo pertence a uma projeção applicativa. Em caso de ser *a* ou *para* uma preposição lexical, o dativo pertence a uma projeção preposicional, como se verá a seguir.

⁷² Exemplo adaptado

Motivada principalmente pelo fato de haver dois tipos de dativo, um argumental (OInd1) e outro não-argumental (OInd2), como apresentado na seção anterior, Armelin (2011) mostra que no PB as preposições *a* e *para* se alternam em predicados que preveem o argumento dativo, conforme o exemplo em (47a-b). Com predicados que não fazem tal previsão, o dativo é introduzido apenas por *para*, nunca por *a*, conforme (48a-b). A autora também observa que, no PBM, a omissão da preposição só ocorre com OInd1, tipo de dativo que pode ser introduzido por *a*, com papel semântico de *meta* (cf. 47c). Por conseguinte, a omissão da preposição com o dativo do tipo OInd2 é impossível (48c).

(47) **PB**

- a. O João deu um livro [OInd1 **a / para Pedro**]
- b. O professor comunicou a notícia [OInd1 **ao diretor / para o diretor**]

PBM

- c. O pai deu o presente [OInd1 **o menino**]

(48) **PB**

- a. O João construiu a casa [OInd2 ***ao Pedro / para o Pedro**]
- b. Maria cozinhou o bolo [OInd2 ***ao Pedro / para o Pedro**]

PBM

- c. *O pai consertou a bicicleta [OInd2 **o menino**]

(ARMELIN, 2011, p. 25, 103)⁷³

É importante ressaltar aqui que, apesar de não tratar com ênfase a questão da não possibilidade de redobro do clítico no PB atual e no PBM, a autora fornece exemplos retirados de Scher (1996) que mostram, diferentemente do PE, o uso da preposição *a* introduzindo pronomes fortes mesmo sem redobro do clítico, como nos exemplos em (49a-b).

- (49) a. Eu dei **pra/a ele** trinta reais (PB/PBM)
- b. Eu dei **ele** trinta reais (PBM)

(SCHER, 1996, p. 25 apud ARMELIN, 2011, p. 78)⁷⁴

⁷³ Exemplo adaptado.

⁷⁴ Grifos meus.

Quanto aos papéis semânticos, Armelin (2011) diz que a preposição *a* não produz constituintes ambíguos: *a* sempre introduz DP_{meta}, já a preposição *para* pode introduzir DPs com valor semanticamente distintos, ora com valor de *beneficiário* ora com valor de *meta*, como por exemplo nas frases em (50) a seguir.

- (50) a. O João enviou a carta **ao pai**
 b. O João enviou a carta **para o pai**

(ARMELIN, 2011, p. 26)

De acordo com a descrição da autora, o DP_{dat} em (50a) introduzido por *a* (ao pai) não possui sentido ambíguo; há apenas uma interpretação: *meta*, com uma interpretação compatível à situação de que “João estava morando longe de casa e sentiu saudades do pai, então, o João enviou uma carta a/para o pai”. Em (50b), o DP_{dat} pode ter duas interpretações possíveis: a primeira se refere à mesma interpretação de sentido de *meta* em (50a) e a segunda em que a interpretação é de *beneficiário* do evento expresso pela sentença, tendo uma interpretação compatível, conforme a autora, com a seguinte situação: “Era dia do aniversário de Maria, que estava morando longe do pai. Com saudades, o pai queria mandar uma carta para ela, no entanto não tinha condições de ir aos correios, então, João enviou a carta para o pai”. Uma observação importante também é que, em contextos em que é possível apenas a realização da preposição *para*, isto é, em que o dativo é um OInd2, o dativo pode ser ambíguo, ora sendo *beneficiário do evento* ora *beneficiário do tema* (cf. 51).

- (51) Pedro montou o computador ***a Gabriel / para (pra) Gabriel**

Em (151) acima, o DP “para Gabriel” possui interpretação compatível à situação de que: i) “Gabriel era técnico em informática e precisava viajar urgentemente no final de semana, mas também não podia deixar de atender seu cliente, por isso, foi Pedro quem teve todo o trabalho de montar o computador no lugar de Gabriel para o que cliente ficasse satisfeito”; ou ainda compatível à situação de que ii) “Pedro gostava muito de Gabriel, seu sobrinho de 5 anos. Por isso, no Natal, Pedro montou um computador de presente e deu a Gabriel”. Na primeira situação, “Gabriel” é beneficiário do evento. Já na segunda situação, “Gabriel” é beneficiário do objeto direto “o computador”.

Outra observação da autora bastante pertinente sobre as possibilidades semânticas do DP introduzido por *para* é que, na ausência total de um DP dativo introduzido por *a* (nem

explícita nem implicitamente referenciado na frase), isto é, quando é um OInd1, apresenta um valor *default* de *meta*, mesmo sendo preposicionado por *para*, não podendo, em consequência disso, ser interpretado como *beneficiário* da ação, como no exemplo em (51). Do contrário, quando ambos os DPs estão concomitantemente na sentença, ainda que o DP com valor de *meta* esteja apenas implícito no contexto, o valor do DP introduzido por *para* será de *beneficiário*, sendo este o último papel a ser computado (cf. 52).

(52) João enviou a carta [_{meta}ao Banco Central] [_{beneficiário}**para o pai**]

Uma observação relevante a ser feita aqui é que diversos estudos sobre o PB atual têm mostrado que a preposição *a* não tem sido a forma predileta entre os falantes, dando lugar à preposição *para* (GOMES, 2003a; BARROS; RIBEIRO, 2009; BERLINCK, 1997). A preposição *a*, ao que tudo indica, parece resistir apenas em contextos bastante restritos, como em contextos de verbos de *transferência material* ou *verbal*.

Além disso, a autora mostra que, independentemente da ordem e da prosódia dos DPs, parece haver uma hierarquia em relação aos papéis temáticos, em que a interpretação privilegiada pela preposição *a* é sempre a de *meta* e a segunda é sempre a de *beneficiário* (cf. 53).

- (53) a. João enviou [_{tema} a carta] [_{meta}ao Banco Central] [_{beneficiário}**para o pai**]
 b. João enviou [_{beneficiário}**para o pai**] [_{tema} a carta] [_{meta}ao Banco Central]
 c. João enviou [_{meta}ao Banco Central] [_{tema} a carta] [_{beneficiário}**para o pai**]
 d. João enviou [_{tema} a carta] [_{beneficiário}**para o pai**] [_{meta}ao Banco Central]

Em todos os casos acima, a interpretação do DP preposicionado por *para* é de *beneficiário* e o DP introduzido por *a* possui traço semântico de *meta*. Acrescenta-se ainda a observação de que, segundo a autora, o PP constituído por *para* pode, inclusive, se manifestar em diferentes contextos verbais, não apenas em contextos de verbos ditransitivos, como ocorre no exemplo a seguir, em que o verbo é inergativo (cf. 54).

- (54) a. A Maria dançou.
 b. *A Maria dançou ao Pedro.
 c. A Maria dançou para o Pedro.

Aplicando o teste das nominalizações proposto por Pujalte (2007) aos dados do PB, Armelin (2011) mostra que o resultado é bastante semelhante ao do espanhol no que se refere à escolha das preposições. A preposição *a* com valor de *meta* só é possível com verbos que pedem o dativo como argumento, conforme se verifica em (55).

- (55) a. A comunicação da notícia **aos ministros**.
b. A construção da casa *a Maria / **para Maria**.

(ARMELIN, 2011, p. 96)

Outro teste também utilizado por Armelin (2011), a fim de diagnosticar o caráter argumental do dativo é o teste do objeto nulo de Pujalte (2007), conforme já apresentado anteriormente para o espanhol. A autora observa que o dativo pode ser recuperado no contexto discursivo apenas quando a preposição *a* é introdutora desse argumento. Em contextos em que a única possibilidade é o *para*, o dativo não pode ser recuperado (cf. 56).

- (56) a. Joana entregou comida [DaT_e] na casa da Maria (DAT_e = *a alguém*)⁷⁵
b. João construiu a casa.

(ARMELIN, 2011, p. 98)

Tendo em vista esse comportamento, uma das hipóteses que autora propõe é que, por resistir aos contextos de nominalizações e ser facilmente recuperada no teste de objeto nulo, a preposição *a* é a verdadeira introdutora de argumentos dativos no PB. Já os dativos que exibem como única opção a preposição *para* parecem pertencer ao grupo OInd2, não-argumental.

As características do dativo no PB podem, então, ser assim resumidas, segundo a autora:

- a) dativos do tipo OInd1 podem ser introduzidos tanto por *a* quanto por *para* e possuem traço semântico de *meta*;
b) dativos do tipo OInd2 são introduzidos apenas por *para*, nunca por *a*, possuindo interpretação de *beneficiário*;

⁷⁵ Exemplo adaptado.

- c) no PBM, a omissão da preposição só é possível com dativos do tipo OInd1;
- d) quando não explícito, somente o dativo do tipo OInd1 pode ser recuperado no contexto conversacional.

Considero pertinente aqui comentar que a descrição de Armelin (2011) acerca do fenômeno dativo do PB é bastante coerente, na medida em que define bem sua distribuição, comportamento e estratégias de expressão no uso atual da língua. Até aqui, assumo todas as descrições dadas pela autora sobre o dativo no PB como verdadeiras para as observações teóricas que são feitas mais adiante.

Dadas as diferenças entre a realização do *a* e do *para* introdutores de dativo no PB, bem como a relação estreita que essas preposições têm com os papéis semânticos de *meta* e *meta/beneficiário* respectivamente, Armelin (2011) propõe que o dativo no PB, a depender do tipo, pode ser licenciado na estrutura argumental por um núcleo de natureza categorial distinta: ora por um núcleo aplicativo, ora por uma preposição lexical. A autora, então, distribui o dativo no PB em três tipos, a saber: i) os que têm leitura de *meta* e denotam transferência de posse; ii) os que possuem interpretação semântica de beneficiário do evento; iii) os que possuem interpretação semântica de beneficiário do tema.

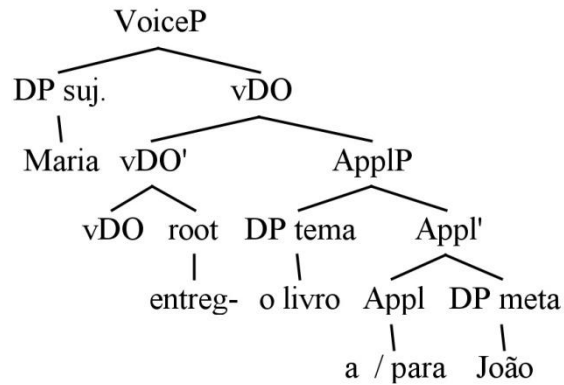
Segundo a análise de Armelin (2011), o primeiro tipo é um dativo argumental (OInd1) introduzido por *a* ou *para*, com papel semântico de *meta* (cf. 47) e estabelece relação de transferência de posse com o OD. A proposta da autora é a de que, em construções ditransitivas (CDP), há um núcleo aplicativo baixo que tem o papel de licenciar os dois complementos internos na estrutura argumental do verbo: o DP com função semântica de *tema* e o DP dativo com função semântica de *meta*. Embora assumo para o PB a proposta de núcleo funcional aplicativo como introdutor de argumentos de Pykkänen (2002), a autora afirma não haver COD no PB, diferentemente do que foi apontado para o Espanhol e para o PE, com base nas evidências encontradas no PBM⁷⁶, apresentadas por Scher (1996), e no PB, ampliadas por Armelin (2011).

A representação em (57), a seguir, assumida por Armelin (2011), pretende mostrar como se dá a estruturação do DP_{dat} que expressa *meta* nas construções ditransitivas no PB.

(57) a. Maria entregou o livro **a/para João** [*transferência de posse*]

⁷⁶ Evidências referentes, por exemplo, à liberdade dos objetos da sentença, a omissão da preposição mesmo em estruturas CDP, entre outras observações. (SCHER, 1996; ARMELIN, 2011)

b.



(ARMELIN, 2011, p. 139)

Na representação em (57), a estrutura sintática da CDP no PB contempla um *ApplP* que licencia um DP_{tema} em seu especificador, um DP_{meta} na posição de complemento e o núcleo dessa projeção é a realização da própria preposição (*a* ou *para*) que introduz o DP_{meta} . Vale comentar ainda que, conforme assume a autora, na estrutura sintática, a projeção applicativa é licenciada no especificador de V_{DO} , levando-se em consideração a ideia de Borer (1994 apud ARMELIN, 2011, p. 135) de que a interpretação dos argumentos é feita em “especificador de projeções aspectuais”.

A distribuição dada por Armelin (2011) para os DPs envolvidos na projeção applicativa cumpre o requisito de c-comando assimétrico na relação de transferência de posse entre os dois objetos, mas, nessa distribuição, o DP dativo desobedece às restrições quanto às operações de movimento, já que rompe com um princípio sintático de que o movimento sintático somente pode ser aplicado a dois elementos: ou aos núcleos ou às projeções máximas, que, por sua vez, são constituintes inteiros. Tal princípio de movimento impede que apenas parte de constituintes seja movida, clivada ou topicalizada⁷⁷, como as projeções intermediárias, por exemplo (MIOTO; SILVA; LOPES, 2005; HORNSTEIN, N; NUNES, J.M.; GROHMANN, K., 2005). Sendo assim, no caso da estrutura em (57), anteriormente apresentada, o DP dativo preposicionado não poderia ser movido na sentença. Entretanto, não

⁷⁷ Agradecimentos a Rerisson Cavalcante por chamar minha atenção para este ponto, em comunicação pessoal.

é o que ocorre: a topicalização exemplificada em (58)⁷⁸ mostra que não há restrição de movimento.

- (58) a. A Maria entregou o livro [**a/para João**]
 b. [**a/para João**], a Maria entregou o livro.

O que pretendo mostrar é que os exemplos em (58) contradizem a estrutura proposta em (57), porque toma a preposição *a/para* como núcleo de aplicativo e por complemento da projeção aplicativa o DP “o João”, compondo uma projeção intermediária *AppI'* [para/a; João]. Mas o movimento de topicalização observado em (58b) evidencia que “a/para João” não pode ser apenas parte de uma projeção máxima ou, do contrário, não poderia ser movido.

No PB, a topicalização de um DP preposicionado somente é possível por um processo de *pied-piping*⁷⁹, ou seja, embora o alvo do movimento seja apenas o DP dativo, a preposição é um elemento que deve se mover com o DP_{dat}. Ocorre que partes de constituintes não podem ser movidas, como reconhece a própria autora quando afirma que a clivagem, um tipo de movimento de constituinte, ocorre apenas com constituintes inteiros:

Somente constituintes sintáticos podem passar por esse processo e gerar, através dele, dados gramaticais; em outras palavras, não-constituintes ou “pedaços” de constituintes não podem sofrer clivagem. (ARMELIN, 2011, p. 109)

Os testes de clivagem aplicados pela própria autora deixam claro que um elemento interpretado como *meta* se comporta como constituinte sintático único (cf. 59).

- (59) Foi [**ao pai**] que Maria enviou a carta

(ARMELIN, 2011, p. 109)

Além disso, levando-se em consideração que os pronomes são sempre núcleos de uma projeção máxima de categoria DP e, portanto, representam um constituinte inteiro, a substituição pelo clítico consiste em um teste para a identificação do constituinte dativo na estrutura, conforme se verifica em (60).

⁷⁸ Para fins de análise, utilizei o mesmo exemplo da estrutura de Armelin (2011). A autora não usa o mesmo exemplo, mas mostra um exemplo semelhante: a. O João entregou o livro **ao Paulo** / b. [**Ao Paulo**], o João entregou o livro. (ARMELIN, 2011, p. 107)

⁷⁹ É a expressão em inglês usada para a situação em que o movimento de um determinado elemento envolve um constituinte que contenha outro elemento relacionado.

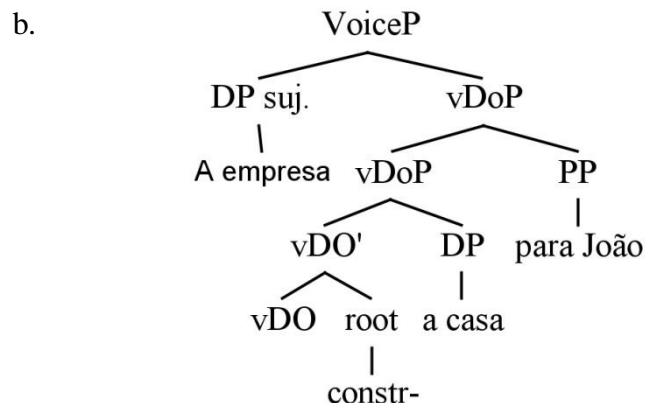
- (60) a. Maria entregou o livro **a/para João-**
 b. Maria **lhe** entregou o livro

Se “a/para João” pode ser substituído pelo clítico “lhe” em (60), então, significa que o complexo preposição+DP dativo forma um único constituinte independente do DP tema, não uma projeção intermediária, como quer tratar Armelin (2011).

Na estrutura proposta em (57), em que a combinação da preposição e o dativo, isto é, “a/para João” corresponde à projeção intermediária da projeção aplicativa (*Appl'*) e, por isso, não poderia ser movida nem substituída por um clítico dativo, logo, contrariando o que a própria autora assume em seu texto, a estrutura em questão não parece estar adequada aos requerimentos sintáticos de movimento, devendo, por conseguinte, ser revista.

A segunda estrutura assumida por Armelin (2011), conforme (61), tem por objetivo mostrar que o dativo introduzido por *para*, com interpretação semântica de *beneficiário do evento* é, em verdade, um adjunto do evento. A autora justifica sua posição levando em conta os seguintes fatos: o dativo *beneficiário* pode ser adicionado a qualquer tipo de verbo, seja transitivo, inergativo, inacusativo ou ergativo; ainda que ocorra outro DP preposicionado por *para* na estrutura como em “João entregou os remédios para Carol para Joana”, a interpretação de *beneficiário* é sempre a última a ser processada semanticamente; o DP dativo *beneficiário* não forma constituinte sintático com o DP *tema*; e, além desses fatos, não há restrição semântica na ordem entre DP *beneficiário* e outros adjuntos, podendo o DP *beneficiário* ocorrer em qualquer posição na sentença. Ao assumir que os dativos como em (61a) com interpretação de beneficiário do evento/ favorecido pelo evento são elementos adjungidos no PB, a autora deixa de lado a hipótese do *aplicativo alto*, como é proposto por Pylkkänen (2002) para licenciar o DP dativo que se relaciona ao evento em outras línguas.

- (61) a. A empresa construiu a casa **para João** [*beneficiário do evento*]

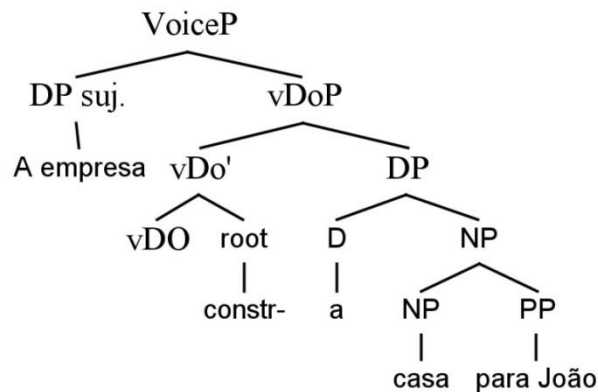


(ARMELIN, 2011, p. 141)

Como se pode observar, a representação em (61) mostra que o DP_{dat} *beneficiário* é adjungido ao evento formado pela raiz e pelo vDO como um PP.

Além da representação em (61), em que o DP *beneficiário* pode aparecer como adjunto do evento, Armelin (2011) mostra também que em frases como em (62a), com interpretação de que *a empresa deu de presente a casa para João morar*, isto é, “a casa” está em posse de João, o *beneficiário* será adjunto do DP tema, não mais do evento (cf.62b).

- (62) a. A empresa construiu a casa **para João** [*interpretação de beneficiário do tema*]
b.



(ARMELIN, 2011, p. 142)

A estrutura de Armelin em (62) mostra que o PP “para João” está semanticamente relacionado ao DP “a casa”, funcionando como adjunto do nome “casa”. A proposta da autora para essas construções com OInd2 se difere da proposta de Pujalte (2007) e Cuervo (2003) para o espanhol, quanto ao estatuto categorial da projeção a que pertence o DP dativo, que faz parte de uma projeção aplicativa no espanhol e no PE, e nos moldes de Armelin (2011), uma adjunção do PP ao DP tema, no PB.

Entretanto, a proposta de Armelin anteriormente apresentada de que o *dativo beneficiário do evento / favorecido pelo evento* ou *beneficiário do tema* é um adjunto ora do evento ora do tema, não é assumida na presente pesquisa pelos fatos, exemplos e abordagens de que trato nas subseções a seguir.

3.3.3.1 O DP_{dat} com semântica de beneficiário pode ser substituído por clítico

Como venho assumindo neste capítulo, os dativos podem ser divididos em dois grupos: OInd1 e OInd2 – argumental e não-argumental, respectivamente. O fato é que as observações dos dados do espanhol (ORDOÑEZ, 1999; PUJALTE, 2007) e as do PB (ARMELIN, 2011) mostram que a escolha das preposições está intrinsecamente relacionada ao aspecto argumental do dativo. De um lado, o espanhol mostra que a realização da preposição *a* com redobro (ou não) do clítico tem relação com o dativo do tipo OInd1 e a realização obrigatória do redobro clítico na presença do *a* ou a realização do dativo preposicionado por *para* sem redobro do clítico tem relação com o dativo do tipo OInd2. De outro lado, têm-se os dados do PB, que mostram que a ocorrência do *a* está restrita ao dativo do tipo OInd1, enquanto a preposição *para* pode ocorrer tanto com OInd1 quanto com OInd2. Em ambas as línguas, o dativo, argumental ou não, pode também ser realizado em sua forma clítica dativa, sendo elemento substituto do dativo no PB, conforme mostra (63) e (64) a seguir, e uma forma redobrada no espanhol (cf. seção 5.3.1).

(63) **OInd1**

- a. Edmilson [DAT**nos**] entregou seu vestido
- b. Edmilson entregou seu vestido [DAT**pra a gente / à gente**]
- c. Radassa [DAT**lhês**] deu uma TV nova
- d. Radassa deu uma TV nova [DAT**a seus pais / pra seus pais**]

(64) **OInd2**

- a. Fabian [DAT**lhe**] fez um barco gigantesco
- b. Fabian fez um barco gigantesco [DAT**pra João**]
- c. A Odebrecht construiu uma casa [DAT**pra você**]
- d. A Odebrecht [DAT**te**] construiu uma casa

Como se pode notar, a forma clítica é indiferente à natureza argumental do dativo. Em (63) e (64), tanto OInd1 quanto OInd2 podem ser substituídos por um clítico dativo, que posteriormente é adjungido ao núcleo V. Esse fato conduz à reflexão de que o dativo, ainda que pertença ao grupo OInd2, se não pode ser tratado como argumento por não ser “previsto” pela estrutura argumental, também não deve ser tratado como adjunto por sintaticamente se comportar como um OInd1.

3.3.3.2 Nem o dativo beneficiário nem meta são sensíveis à ordenação sintática

Para assumir que o dativo *beneficiário* preposicionado por *para* é um adjunto, Armelin (2011) argumenta que esse dativo não é sensível à ordenação dos constituintes da sentença, isto é, não sofre alteração semântica ou restrição sintática, assim como ocorre com a maioria dos adjuntos sentenciais que são mais livres na sentença, porque não precisam de um núcleo externo à sua projeção que os licencie, uma vez que os próprios núcleos de suas projeções máximas são responsáveis por seu licenciamento.

Realizando o mesmo teste que fez a autora, tanto com DP_{dat} *meta* quanto com DP_{dat} *beneficiário*, verifiquei que o resultado é o mesmo para ambos (cf. 65 e 66), o que contraria o argumento da autora.

(65) **Dativo beneficiário**

- a. Amanda cozinhou *um risoto* **pra Cristina** ontem na casa de praia
- b. Amanda cozinhou **pra Cristina** *um risoto* ontem na casa de praia
- c. Amanda cozinhou *um risoto* na casa de praia **pra Cristina** ontem
- d. Amanda cozinhou ontem na casa de praia *um risoto* **pra Cristina**

(66) **Dativo meta**

- a. Camila entregou um *bouquet de flores* **a Luiza** hoje de manhã na escola
- b. Camila entregou **a Luiza** um *bouquet de flores* hoje de manhã na escola
- c. Camila entregou hoje de manhã um *bouquet de flores* **a Luiza** na escola
- d. Camila entregou hoje de manhã na escola um *bouquet de flores* **a Luiza**

Como se pode observar em (65) e (66), o dativo, com interpretação de beneficiário (“pra Cristina”) ou com interpretação de meta (“a Luiza”), pode ocorrer em várias posições na sentença sem nenhum prejuízo semântico ou sintático. Uma hipótese que se pode propor é que não é o dativo ou o DP tema que se move na oração, mas os próprios adjuntos oracionais (“hoje”, “de manhã”, “na escola”) é que podem ocorrer em qualquer posição da sentença tal como é da sua própria natureza adverbial e, como consequência disso, há a impressão de que o DP tema e o DP dativo exibem um caráter de elemento mais livre, o que não acontece de fato.

Como se pode notar, a simples mudança de posição não é argumento necessário para se considerar que algo seja argumental ou não, entretanto serve para comprovar a existência

de um constituinte inteiro através do movimento, como a própria Armelin (2011) assume para seu trabalho as posições informacionais de tópico e foco na periferia de VP.

3.3.3.3 O dativo beneficiário não é argumento nem adjunto

Os adjuntos podem ser excluídos sem causar prejuízo ao entendimento da sentença (MIOTO; SILVA; LOPES, 2005). Esse é, portanto, um teste para se diferenciar o que seria argumento de um predicado e o que seria adjunto. Cançado (2009), ao aplicar esse teste aos constituintes envolvidos com o verbo “vender”, tradicionalmente considerado ditransitivo, mostra que o único constituinte que possui uma relação tão estreita com o verbo a ponto de não poder ser excluído é o DP com função sintática de objeto direto (cf. 67).

- (67)
- a. João vendeu aquela casa para Maria por cem mil reais.
 - b. João vendeu aquela casa para Maria.
 - c. João vendeu aquela casa.
 - d. Aquela casa vendeu.
 - e. * João vendeu.

(CANÇADO, 2009, p. 40)

Os exemplos em (67a-e) corroboram a idéia de que não apenas adjuntos, mas até mesmo DPs considerados argumentais, podem ser apagados no PB sem qualquer prejuízo semântico ou sintático. Apenas o DP tema parece restringir a possibilidade de apagamento, como mostro no exemplo em (67e).

Como se tem apresentado até aqui, o dativo do tipo OInd2 pode ou não ser realizado foneticamente em uma sentença. Tanto no espanhol como no PB, seu uso é opcional, daí a suposição de que tal elemento seja um adjunto, não um argumento. Entretanto, observe que os exemplos do PB em que dativos do tipo OInd1 parecem também ser opcionais, conforme (68) e (69), a seguir.

- (68) **OInd2 – não argumental**
- a. Joana fez uma torta de chocolate maravilhosa **pra mim**
 - a'. Joana fez uma torta de chocolate maravilhosa
 - b. O prefeito mandou construir várias casas **pra população**
 - b'. O prefeito mandou construir várias casas

- (69) **OInd1– argumental**
- a. Joana alugou a casa **à/pra Gabriel**
 - a'. Joana alugou a casa
 - b. Emprestei meu carro **à/pra Sara**
 - b'. Emprestei meu carro
 - c. Fornecemos quentinha **a/ pra funcionários da FORD**
 - c'. Fornecemos quentinhas
 - d. Ensino inglês **aos alunos**
 - d'. Ensino inglês
 - e. Dei todas minhas tralhas **ao menino**
 - e'. Dei todas as minhas tralhas

Embora se reconheça que, como mostram os testes das nominalizações apresentadas anteriormente, os dativos do tipo OInd1 podem ser recuperados pelo falante através do contexto discursivo quando não estão explícitos na sentença; as sentenças dadas em (69) evidenciam que o traço argumental do DP dativo não impede que ele seja apagado foneticamente e não parece ser imprescindível para a compreensão do que se pretende comunicar.

Foram esses fatos que levaram Cançado (2009) a questionar as noções que se adotam como argumento, complemento e adjunto. Segundo a autora, muito do que se tem tratado como argumento nos estudos linguísticos parece ser herança da abordagem tradicional e da classificação das funções sintáticas dos elementos relacionados ao verbo. Além disso, ainda segundo a autora, a noção de argumento está relacionada à lógica de predicado, em que o sentido do predicador precisa ser saturado e para isso solicita um número de participantes para completar o sentido; nesse caso, cada participante possui uma função semântica distinta.

O estatuto de argumento, então, está relacionado com requerimento semântico do predicador e com os papéis temáticos envolvidos. Conforme essa linha de raciocínio, um verbo, por exemplo, pode requerer quatro argumentos (cf. 68a) ou mais. Quanto a isso, a autora lembra que não há um consenso entre os falantes sobre a quantidade exata de argumentos que cada predicador precisa ter.

Já o complemento está relacionado às posições sintáticas de sujeito e complemento. De acordo com a proposta de Cançado, o papel semântico está associado às posições sintáticas da estrutura argumental de um predicador. Dessa forma, a posição mais alta, que é a posição de sujeito, recebe o papel temático mais proeminente – geralmente *agente* – e Caso

nominativo, caso haja um segundo elemento requerido pelo predicador. Este ocupará a posição de complemento, que receberá o segundo papel temático mais proeminente e receberá Caso acusativo. Por último, aos elementos que não são requeridos semanticamente pelo predicador dá-se o nome de adjuntos, que receberão Caso oblíquo. Na teoria gerativa, os adjuntos estão apenas contidos na estrutura sintática, isto é, são dominados apenas pela projeção máxima mais imediata e nunca incluídos na estrutura. Inclusive, vale dizer que a autora assume que o segundo argumento de um verbo ditransitivo relacionado à sintaxe por meio de preposição, tradicionalmente objeto indireto, não existe, mas sim um adjunto, independentemente do requerimento semântico do verbo.

De acordo com essa hipótese, tanto dativos do tipo OInd1 quanto do tipo OInd2 seriam adjuntos do predicador verbal, haja vista que sintaticamente ambos se comportam da mesma maneira. Entretanto, não assumo aqui a hipótese de que os dativos sejam adjuntos, pois, como já foi mostrado, podem aparecer em sua forma clítica e mantém uma relação semântica bastante restrita com o objeto com função semântica de *tema*.

Em suma, a hipótese da autora é a de que a noção de argumento relaciona-se à semântica, fazendo valer os papéis temáticos da estrutura, e as noções de complementos e de adjuntos são inteiramente sintáticas relacionadas à posição e Caso. Essas distinções são relevantes, porque mostram que não se deve confundir o requerimento semântico com a relação sintática que o dativo possui na estrutura argumental, isto é, o fato de que os dativos com valor semântico de *meta* se apresentarem como elementos argumentais não significa que, conseqüentemente, os dativos *beneficiários* sejam adjuntos. Ao contrário, o que está em questão não é o fato de serem ou não requeridos semanticamente pela estrutura argumental, mas a relação íntima que mantêm com o DP tema nas construções ditransitivas.

A hipótese é a de que alguns predicadores verbais possuem uma opcionalidade mais aberta quanto à seleção de seus argumentos, recurso bastante comum no PB (cf. 70).

- (70) a. Paty dançou.
 b. Paty dançou forró.
 c. Gabriel quebrou o computador.
 d. O computador quebrou.

Sem se ater às motivações sintáticas que levaram à mudança na transitividade dos verbos em (70a-d), pode-se constatar através da observação das sentenças dadas que, pelo menos no PB, é muito comum o fenômeno da alternância estrutural de alguns verbos. Em

(70a-b), o verbo (“dançar”) deixa de ser inergativo e passa a ser transitivo quando recebe acréscimo de mais um complemento (“forró”), que ocupa uma posição de objeto. Já em (70c-d), tem-se um verbo ergativo (“quebrar”), em que ora este possui dois complementos, um sujeito (“Gabriel”) e um objeto (“o computador”), ora possui apenas a realização do sujeito (“o computador”). Como se pode notar, alguns verbos parecem possuir uma opcionalidade na escolha dos DPs que compõem a estrutura. Essa evidência leva a uma generalização importante: os verbos de criação se alternam em transitivos e ditransitivos e isso só é possível por intermédio de um recurso sintático de adição de novos argumentos à estrutura argumental, como se tem demonstrado em outras línguas. Há verbos que ocorrem com dativos *beneficiários* – para-DPs que se comportam como complementos, mas não são argumentos requeridos na estrutura argumental.

Como se viu anteriormente, são características tanto do dativo do tipo OInd1 quanto do tipo OInd2 no PB atual o fato de: poderem ser substituídos por um clítico dativo, poderem ocorrer em qualquer posição da sentença sem restrição sintático-semântica e poderem ser apagados da sentença. Contrariando a proposta de Armelin (2011) de que *beneficiários* são adjuntos, tais aspectos mostram que, embora ambos os tipos de dativos se diferenciem quanto ao caráter argumental, sendo o dativo *meta* argumental e o *beneficiário*, não-argumental, não se pode afirmar que o dativo *beneficiário* seja um adjunto e o dativo um complemento, dado que ambos se comportam sintaticamente da mesma forma.

A partir desse raciocínio, a questão que se coloca é: não assumindo a hipótese de Armelin (2011) de que dativos *beneficiários* são adjuntos, o que se deve assumir, então, para dar conta do licenciamento sintático desse dativo na estrutura argumental? E sobre os dativos semanticamente interpretados como *meta*, o que considerar? Tais questões, no entanto, transpõem os propósitos de análise desta dissertação. Deixo, por conseguinte, essa discussão para ser melhor explorada em pesquisas futuras sobre o tema.

3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

A principal discussão ao longo deste capítulo girou em torno do licenciamento do DP dativo em algumas línguas. Para o PE, Torres Morais (2007) afirma que o dativo, em COD, é licenciado através de um núcleo introdutor de argumentos e que a preposição *a* é um marcador morfológico, não uma preposição verdadeira nessas construções, sobretudo se ocorrer com o clítico redobrado. Já para a CDP, a autora assume que tanto *a* quanto *para* são preposições lexicais e que tais construções não possuem projeção aplicativa, mas um PP para

licenciar o dativo. A ocorrência de ambas as construções, no PE, é evidência do que se tem denominado de alternância dativa, como ocorre também no espanhol (CUERVO, 2003). Já no PB atual, Armelin (2011) propõe que não há ocorrência do fenômeno da alternância dativa e, além disso, diferentemente do que aponta Torres Morais (2007) para o PE e Cuervo (2003) para o espanhol, afirma que é o núcleo aplicativo o responsável por licenciar o dativo independentemente da ordem em que ocorre, tendo em vista que no PB não há restrição sintática na ordenação dos complementos do verbo. A autora também observa que as preposições *a* e *para* no PB revelam o traço + ou - argumental do dativo, isto é, as preposições dão pistas que permitem verificar se o dativo é do tipo OInd1 ou OInd2, nos termos de Ordoñez (1999). Os dativos do tipo OInd1 ocorrem com a preposição *a*, e, às vezes, *para*, sempre com o valor de *meta*. É a projeção aplicativa, conforme Armelin (2011), a responsável por introduzir esse tipo de dativo. No caso dos dativos do tipo OInd2, a autora mostra que ocorrem apenas com a preposição *para* com traço *beneficiário*, nunca com *a*, e, por serem DPs não-argumentais, considera os adjuntos da sentença. Além disso, a percepção de Pujalte (2007) de que há dois tipos de dativos em construções ditransitivas no espanhol e no PB é também importante, não apenas para os estudos de Armelin (2011), que desenvolveu seu raciocínio também com base nessa premissa, mas também para a presente análise, que tem por foco os dativos argumentais, isto é, do tipo OInd1.

Embora as análises de Armelin (2011) e de Torres Morais (2007) se distanciem em vários pontos quanto ao PB atual (como por exemplo, a afirmação de Torres Morais de que o PB atual não exhibe mais núcleos aplicativos, como se discutirá a seguir, enquanto Armelin sugere que sim), a observação dos dados do PB atual por Armelin (2011) corrobora a afirmação de Torres Morais (2007) de que o PB atual não corresponde ao padrão europeu em diversos aspectos, sobretudo, em se tratando da realização do dativo, que se distingue nas duas variedades linguísticas.

No intuito de delimitar um padrão de comportamento gramatical no que se refere ao dativo na escrita de afro-brasileiros do século XIX, e de descrever seus principais aspectos sintáticos e semânticos, estabelecendo uma comparação com as análises anteriormente apresentadas sobre o PE e PB atual, a minha análise considerou, principalmente, que

- i) O dativo argumental pode ser recuperado pelo falante através do contexto na sua forma nula (PUJALTE, 2007);
- ii) no PB atual, o dativo argumental pode ser introduzido tanto por *a* quanto por *para* com valor de *meta* e *para* como *beneficiário* (ARMELIN, 2011);

- iii) há possibilidade de redobro do clítico no PE e nunca no PB atual (TORRES MORAIS, 2007);
- iv) há a substituição de um dativo introduzido por *a* pelo clítico dativo de terceira pessoa *lhe* no PE (TORRES MORAIS, 2007);
- v) ocorre a relação de transferência de posse entre os dois DPs na construção dativa, como se observou nas três línguas apresentadas;
- vi) as formas pronominais *a ele(a)(s)*, no PE, não ocorrem sem redobro, enquanto no PB não há restrição;
- vii) a posição do dativo em relação ao verbo, se adjacente ou se intercalado por um OD.

O capítulo 4, a seguir, é estruturado da seguinte forma: na seção 4.1, apresento os principais aspectos sócio-históricos em que se insere o *corpus*; na seção 4.2, descrevo o *corpus* da pesquisa; na seção 4.3, mostro como se deu o tratamento dos dados para análise do *corpus*, editado por Oliveira (2006); na seção 4.4, faço a descrição e análise do fenômeno; e, por fim, na seção 4.5, discuto acerca das construções ditransitivas que envolvem o dativo nas atas do século XIX.

4 O DATIVO DE CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS NO *CORPUS* DO PB-AFRO DO SÉCULO XIX: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO FENÔMENO

No início deste capítulo, são apresentados os procedimentos e as decisões metodológicas adotadas no presente trabalho, assim como os principais pontos da problemática que envolveu a seleção dos dados; em seguida, apresento a descrição e análise dos dados encontrados. Dado o caráter também qualitativo da investigação proposta, são retomados os principais aspectos teóricos discutidos no capítulo anterior, no intuito de lançar uma análise explicativa sobre os dativos de verbos ditransitivos encontrados nas atas do século XIX, escritas por escravos brasileiros alforriados.

4.1 OS PRINCIPAIS ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS EM QUE SE INSERE O *CORPUS* EM ESTUDO

Em diversos estudos linguísticos sobre a história do PB, há muitas discussões quanto aos motivos que levaram essa variedade a ter se distanciado do PE. Em vários contextos estruturais (como flexão verbal, sujeito nulo, cliticização, etc.), o PE conserva aspectos semelhantes às outras línguas românicas, enquanto o PB teria passado por uma reanálise paramétrica em relação ao PE (ROBERTS, 1997; LUCCHESI, 2009b). Mattos e Silva (2004) afirma que o Brasil foi um campo de multilinguismo, devido à imensa quantidade de línguas indígenas e africanas aqui faladas, além da língua portuguesa, em diferentes níveis de contato, durante o período colonial. Um fato histórico que diz a respeito à influência das línguas africanas na formação histórica do PB é o grande número de africanos em relação ao de brancos, devido ao constante tráfico de escravos provenientes do continente africano trazidos inicialmente para o cultivo do açúcar, posteriormente para a exploração mineradora a partir do século XVII no Brasil – estima-se 30% de africanos, 20% de negros brasileiros, 10% de mulatos, 5% dos brancos brasileiros, 25% dos europeus e 10% de índios integrados nesse período (MUSSA, 1991, p. 163). Mattos e Silva (2004), assumindo o que Lucchesi (2009a)⁸⁰ propõe sobre o contato e a polarização linguística, afirma que a significativa presença dos africanos e afro-brasileiros foi responsável por difundir o português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasileiro, e, para argumentar em favor dessa hipótese, aponta duas situações sócio-históricas que contribuíram para que os africanos

⁸⁰ Lucchesi vem trabalhando nesse tema há muitos anos, portanto, confira também Lucchesi (1994, 1998, 2001a, 2002b, 2006a)

recém-chegados ao Brasil utilizassem a língua do colonizador como principal meio de comunicação, iniciando um processo de aquisição do português como segunda língua, ainda que de modo imperfeito, graças à política de tráfico português, de selecionar negativamente os escravos africanos, isto é, a escolha de escravos provenientes de diferentes tribos para impedir a realização de motins e a impossibilidade de constituição de famílias de escravos, o que facilitaria a preservação de uma língua africana. Segundo a autora, ainda com base na proposta de Lucchesi (2009b), a situação de contato teria resultado na expansão do uso da língua geral brasileira como principal instrumento de comunicação dos africanos e afro-brasileiros, e são eles os principais difusores desse português geral brasileiro, devido ao grande número de descendentes de africanos, que em média eram 60% por todo o período colonial e sua mobilidade por todo o país. Além do português geral brasileiro, a autora também diz que, em meados do século XVIII, começa a surgir o português culto brasileiro, em razão da implementação das escolas em territórios brasileiros, bem como a normatização da língua; entretanto, eram poucos os brasileiros que dominavam essa modalidade. Há, então, panoramicamente, a formação histórica da realidade linguística do Brasil, que põe, de um lado, o prestígio da norma culta sustentado pela pequena parcela constituída pela elite urbana, que preservava os hábitos e costumes europeus, e, do outro lado, a parte majoritária da população brasileira, constituída por descendentes de africanos e de índios e por mestiços, caracterizando-se uma polarização social e linguística, cuja existência vem sendo defendida por Lucchesi (2009a).

Para muitos pesquisadores, o contato linguístico entre falantes do português e os das outras línguas poderia trazer explicações para as mudanças ocorridas na história do PB. Esse contato ora pode ser interpretado como um contexto propício ao surgimento de um pidgin/crioulo (GUY, 1981; LUCCHESI, 2003), ora como um elemento de aceleração dos processos de mudanças já prefigurados na história da língua, conforme a hipótese da deriva secular (NARO; SCHERRE, 1993; 2003). Lucchesi (2009b; 2012) critica esta última análise devido à falta de dados empíricos e de consistência teórica, e defende que, longe de se assumir uma tendência fixa para as mudanças ocorridas no PB, o contexto sócio-histórico do contato entre línguas durante o período colonial e pós-colonial no Brasil é um fator fundamental na compreensão da realidade linguística do PB, dado que o PB teria passado por um processo de transmissão linguística irregular desencadeada pelo contato entre as línguas, que é resultado de um processo de corrosão estrutural linguística durante o período de aprendizado do português como segunda língua, de maneira defectiva e precária por parte dos africanos e índios no início da escravização no Brasil, seguido de um processo inverso de

reestruturação gramatical ao longo das gerações, na medida em que esses indivíduos ou seus descendentes passam a conviver mais com o português falado por nativos caucasianos.

Embora, no início do período colonial, o PB tenha sido resultante de um quadro de contato linguístico intenso, devido ao multilinguismo generalizado observado do território brasileiro, contexto profícuo à pidginização e crioulação da língua (LUCCHESI, 2009a), alguns fatores históricos impediram a ocorrência de um processo radical que tornaria o PB uma língua crioula de base portuguesa, como a presença significativa de representantes da língua-alvo principalmente com a chegada da corte portuguesa no Brasil no século XIX, o elevado grau de mestiçagem, além de uma onda de elitização do uso da norma, que deu origem ao PB culto, sobretudo depois da reforma pombalina (MATTOS E SILVA, 2004; LUCCHESI, 2009a; 2012). Como resultado, as diferenças em relação à variedade europeia em dias atuais [por exemplo, a configuração do dativo nas duas línguas (FREIRE, 2005)] são reflexos de processos que envolvem as variações e mudanças ocorridas principalmente no português geral brasileiro, nos termos de Mattos e Silva (2004), entre os séculos XVII e XIX, período do multilinguismo expandido no Brasil.

Diante disso, é possível levantar a seguinte questão: em que medida o contato linguístico entre as línguas africanas e a portuguesa, contribuiu/influenciou para/a mudança concernente ao dativo de construções ditransitivas, que se constata no PB? Um dos propósitos do presente trabalho é investigar em que nível o PB dos s observados nas atas do século XIX apresentam evidências desse contato, como se verá ao longo deste capítulo.

Quanto a investigações como esta, Mattos e Silva (2004) diz que, para se ter um panorama mais preciso da história do PB, há que se ter bastante pesquisa em documentação remanescente em arquivos do/sobre o Brasil, pois podem retratar uma sociedade constituída por grupos étnicos aloglotas que conviveram durante o período de formação do PB. Seguindo essa recomendação, e no intuito de se averiguar o fenômeno do dativo, analiso a escrita de escravos brasileiros, os quais eram sócios da Sociedade Protetora dos Desvalidos, a partir do *corpus* do século XIX, editado por Oliveira (2006), buscando descrever e explicar o fenômeno do complemento dativo em seus diversos aspectos linguísticos, atentando também para as impressões sócio-históricas nos dados, como se pode verificar no decorrer do capítulo.

4.2 O *CORPUS*

Os documentos que compõem o *corpus*, localizados em uma sociedade negra na cidade de Salvador, descobertos no ano 2000 pelo Professor Dr. Klebson Oliveira, da Universidade

Federal da Bahia (UFBA), em seguida, foram editados e publicados em 2006 pelo mesmo pesquisador. De acordo com Oliveira (2006), ainda no período em que havia escravidão na Bahia, existiam espaços assistencialistas nos quais negros podiam atuar como autônomos. Esse quadro histórico permitiu a criação de espaços como as irmandades negras durante todo o período colonial e pós-colonial brasileiro, muitas vezes formados com o propósito de manter alguns negros alforriados sob poder da classe senhorial. Uma dessas instituições, criada já na segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1832, foi a *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, anteriormente nomeada por irmandade de *Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos*. Essa sociedade funcionou como uma espécie de comissão de assistência a parentes e amigos dos associados que ainda não eram forros.

Os membros da *Sociedade Protetora dos Desvalidos* deveriam preencher alguns requisitos como ser negro (de pele escura), do sexo masculino, livre ou alforriado. Os membros dessa sociedade dividiam-se entre aqueles nascidos no Brasil, a maioria da Bahia (de Salvador, cerca de 22.9%⁸¹, somados aos da Bahia de Todos os Santos, Cachoeira, Santo Amaro, etc.), alguns de outros estados (ex: Pernambuco), aqueles nascidos no exterior, como os africanos ou os de Santiago de Cuba, além daqueles que não declaram sua origem. Uma das hipóteses de Oliveira (2006) é que a alfabetização dos sócios pode ser explicada pelo fato de seu membro fundador ser um mulçumano e de seguidores dessa religião preocuparem-se com a alfabetização de seus membros para que pudessem realizar as leituras religiosas. Por esse motivo, imagina-se, então, que esse fundador tenha influenciado a educação dos demais negros na época. Outro fator que teria favorecido o aprendizado da leitura e da escrita dos membros seria a profissão exercida por eles, a qual os qualificavam para exercer seus ofícios, como carpinteiros, pedreiros, copeiros, funileiros, alfaiates, ourives, cozinheiras, pilotos, mestres de embarcações, entre outras profissões.

A produção escrita desses brasileiros alforriados pode ser constatada nas atas editadas por Oliveira (2006), que serviam de registro das reuniões existentes para discutir problemas de diversas ordens, principalmente aqueles referentes à sociedade e a seus membros e familiares. Por questões de espaço e recorte, as atas seguem em uma mídia que acompanha esta dissertação.

O conjunto de atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos, escritas no Brasil oitocentista, divide-se em atas escritas por africanos (7 autores, com 57 documentos), e um conjunto de 233 documentos escritos por 24 brasileiros alforriados da escravidão, sendo este

⁸¹ Cf. Oliveira, 2006, p. 167

grupo documental o foco da presente pesquisa. Tais documentos foram escritos entre os anos de 1835 a 1894 e a distribuição da quantidade de documentos por autor está indicada no quadro 5, a seguir.

Quadro 5: Distribuição das atas por autor e período		Nº de atas	Nº de ocor.	
1ª metade do século XIX	ANTÔNIO AGOSTINHO DA CUNHA - AAC	04	6	
	FELICIANO PRIMO FERREIRA – FPF	12	20	
	FÉLIX FERNANDES DE SANTANA – FFS	03	2	
	FRANCISCO ZACARIAS DAS CHAGAS - FZC	07	0	
	JOÃO DE DEUS DE SANTA ROSA – JDS	02	1	
	JOAQUIM MALAQUIAS DE SANTANA - JMS	13	34	
	JOSÉ PEDRO DA SILVA PARAGUASSU - JPS	02	4	
	MANUEL DE CARVALHO SANTARÉM - MCS	03	1	
	MANUEL DO ESPÍRITO SANTO DE CARVALHO – MÊS	11	6	
	MANUEL JOSÉ D’ETRE – MJE	10	3	
	MARCOS JOSÉ DO ROSÁRIO – MJR	13	31	
	TOMÉ MANUEL DE JESUS – TMJ	02	0	
		Subtotal:	82	108
2ª metade do século XIX				
	ANTÔNIO JOSÉ BRACETE – AJB	33	482	
	FAUSTINO JOAQUIM DE S TRINDADE CISNE – FJS	4	178	
	FELIPE BENÍCIO – FB	16	89	
	FLORENCIO DA SILVA FRIANDES – FSF	8	250	
	JOÃO TEODORO DA SOLEDADE – JTS	2	4	
	JÚLIO CAPITOLINO DA BOA MORTE - JCB	25	165	
	LUCIANO DA SILVA SERRA – LSS	45	253	
	MANUEL ANASTÁCIO CAJUEIRO - MAC	1	24	
	MANUEL LEONARDO FERNANDES - MLF	11	42	
	SATURNINO FRANCISCO DA ROCHA - SFR	2	56	
	SATURNINO RODRIGUES DA SILVEIRA – SRS	4	33	
		Subtotal:	151	1576
		Total:	233	1684

Como se vê no quadro 5, em relação à quantidade de atas, o segundo período do século XIX foi o mais produtivo, com 151 atas escritas, 64% total do conjunto de atas. Observa-se, ainda, que, dentre todos os autores, há um considerável número de atas escritas pelo autor

Luciano da Silva Serra (45 atas), seguido do autor Antônio José Bracete (33 atas), conforme observa Oliveira (2006). Apesar da grande quantidade de atas produzidas na segunda metade do século XIX, o levantamento dos dados foi medido conforme relação percentual número/total de casos, viabilizando, dessa forma, a análise estatística dos dados. Pode-se observar também que são os mesmos autores que fornecem as maiores quantidades de ocorrências de dativos no *corpus*, sendo Antônio José Bracete, o responsável por 482 ocorrências, seguido do autor Luciano da Silva Serra, responsável por 253 ocorrências. Além desses, nas 8 atas escritas por Florêncio da Silva Friandes, também da segunda metade do século XIX, foram encontradas 250 ocorrências de dativo. Somando os três números, os três autores são responsáveis por 985 ocorrências dos dativos encontrados, representando um percentual de 52% do total de 1684 ocorrências.

A motivação que levou à escolha do *corpus* escrito da Sociedade Protetora dos Desvalidos encontra sua origem na mudança da configuração sintática do dativo no PB e PB afro em relação à variedade europeia, como apontam os estudos realizados por Scher (1996), Torres Morais (2007); Berlinck (2006), Barros (2008), Lucchesi (2009); Mello (2009), Barros e Ribeiro (2011), dentre outros. É sabido que na análise de um *corpus* escrito, por não refletir de fato a situação real de fala/dialógica, haja vista sua tendência à formalidade do discurso (adequação ao padrão normativo), não é possível atestar a gramaticalidade ou agramaticalidade das ocorrências encontradas nem mesmo verificar o uso real vernáculo. Entretanto, é possível encontrar desvios do padrão escrito que reflitam a inserção de uma nova gramática do Português Brasileiro conforme observa Ribeiro (2008) sobre a existência de duas gramáticas distintas em textos escritos no Brasil no período oitocentista: uma que está inteiramente dependente do padrão europeu e outra mais alargada com traços linguísticos inovadores. Diante desse pressuposto, é de se esperar que as atas do século XIX escritas por s possam apresentar evidências, ainda que em número reduzido, que sinalizam o caminho que resultou em mudanças na configuração do dativo do PB atual (TORRES MORAIS, 2007).

Na seção seguinte, apresento o tratamento dado aos dativos encontrados no *corpus*, explicitando as decisões acerca da seleção de dados considerados para a quantificação do *corpus*, além da metodologia adotada durante a elaboração da presente pesquisa.

4.3 O TRATAMENTO DOS DADOS

Esta é uma pesquisa que se insere na abordagem gerativista sobre as línguas humanas.

Em vista disso, as análises aqui desenvolvidas – bem como a base teórica das hipóteses e explicações apresentadas para o fenômeno em estudo – baseiam-se na ideia geral de que o falante possui um sistema cognitivo internalizado particular (Língua-I), conforme a proposta de Chomsky (1965). Essa abordagem metodológica, de fundamento inatista, analisa o fenômeno, buscando fornecer explicações sobre as diversas propriedades intrínsecas à gramática de uma língua natural particular. Dessa forma, o presente capítulo, que tem como foco o dativo no PB-afro do século XIX, visa a descrever a sua realização em conformidade com o que se discutiu no capítulo anterior.

Tendo em vista a pesquisa com dados, verificou-se a necessidade de se realizar um levantamento quantitativo, a fim de verificar, em caso de variação ou mudança, os contextos condicionantes. Para tanto, coletaram-se no *corpus* as ocorrências de construções ditransitivas dativas, e em seguida, procedeu-se à codificação, quantificação e criação de tabelas e/ou gráficos dos dados, fazendo-se uso do programa *Goldvarb*, o que possibilitou atingir um nível quantitativo/estatístico do fenômeno. Para representar o grau de relevância dos fatores linguísticos observados, esse programa permite não apenas levantar o número de ocorrências de dativo no *corpus*, como também obter os resultados percentuais. Entretanto, é válido comentar que apenas o peso relativo dos fatores observados não foi possível medir.

4.3.1 Critérios para levantamento e codificação dos dados

O levantamento dos dados não se faz uma tarefa fácil. É preciso, antes de tudo, estabelecer uma série de critérios que permitam identificar o objeto de análise no *corpus*. Para a escolha dos fatores linguísticos que norteariam a análise dos dados, considerou-se a tipologia dos verbos ditransitivos de Berlinck (1996), conforme seção 2.4 e, então, levantaram-se todos os predicadores que exibissem a semântica de *transferência material*, *transferência verbal*, *movimento abstrato*, *movimento físico*, conforme propõe a autora. A Tabela 1, a seguir, apresenta a distribuição das ocorrências por tipo semântico verbal.

Tabela 1: Distribuição do dativo por tipo semântico do predicador nas atas

	TOTAL
	OCOR./%
TRANSFERÊNCIA MATERIAL	305/18
TRANSFERÊNCIA VERBAL/PERCEPTUAL	1323/79
MOVIMENTO FÍSICO	6/1

MOVIMENTO ABSTRATO	50/2
TOTAL	1684/100

A Tabela 1 mostra a distribuição do dativo no *corpus* incluindo os nulos. Como se pode notar, é o contexto de *transferência verbal/perceptual* que mais produz dativos nas atas, com 79% do total de 1684 ocorrências. Em seguida, verbos de *transferência material* é o contexto em que mais se utiliza, com 18% dos casos. Os demais tipos de verbo tiveram frequência baixa em relação aos demais: os verbos de *movimento abstrato* representam 2% e os de *movimento físico*, 1% das ocorrências. São os verbos que definem bem os contextos em que ocorre o dativo, como se verifica mais detalhadamente adiante no decorrer da análise descritiva.

Considerando os contextos semânticos dados por Berlinck (1996), os aspectos gramaticais delimitados no capítulo 2, e as leituras realizadas sobre as características do complemento dativo em contexto de verbos ditransitivos⁸², para a realização da pesquisa, foram coletados e codificados os dativos de todos os verbos ditransitivos apontados por Berlinck (2006), estabelecendo 9 fatores linguísticos⁸³, conforme (i-ix) a seguir⁸⁴.

- i. *dativo realizado e não realizado* (dativo nulo e dativo realizado fonologicamente);
- ii. *forma do DP dativo* (nome, pronome, clítico);
- iii. *tipo de preposição introdutora de DP dativo* (a, para, de, nulo, outra);
- iv. *tipo semântico do predicador* (transferência material, transferência verbal/perceptual, movimento físico, movimento abstrato);
- v. *natureza semântica do DP dativo* (humano, concreto);
- vi. *posição do DP dativo em relação ao predicador* (V ACC DAT; V DAT ACC);
- vii. *referenciação* (1ª menção, anafórico, dêitico, arbitrário);
- viii. *pessoa verbal* (primeira, segunda e terceiras pessoas do discurso do singular e plural);
- ix. *voz verbal* (passiva sintética, passiva analítica, ativa).

Dentre todos os fatores observáveis, apenas dois são extralinguísticos, tais como *nome*

⁸² Scher (1996); Moraes e Berlinck (2006); Torres Moraes (2007); Barros (2008).

⁸³ Foram incluídos três outros fatores linguísticos no levantamento dos dados: i) *Presença da sentença infinitiva com sentido de finalidade*, ii) *Realização do OD* (nulo, realizado), iii) *Gênero do dativo* (masculino, feminino sem a preposição e feminino com a preposição). No entanto, os dois primeiros não se mostraram relevantes na realização do dativo no *corpus*, e o terceiro contribuiu para a codificação apenas para fins metodológicos.

⁸⁴ Exemplos são apresentados ao longo da apresentação dos resultados da quantificação dos dados.

do autor e período em que foi escrito. O primeiro destes fatores foi escolhido com o único propósito de facilitar a identificação dos dados levantados. A relevância do segundo transpõe as questões metodológicas, pois trata-se dos períodos em que a ocorrência foi produzida, o que é interessante para verificar a possibilidade de mudança quanto ao comportamento linguístico do dativo no percurso do século XIX.

Embora tenham sido codificados, os fatores *pessoa verbal* e *voz verbal* acima mencionados não são apresentados neste capítulo, por não se apresentarem relevantes no comportamento do dativo no presente estudo.

Antes de prosseguir com a descrição e análise dos dados, dedico a atenção a alguns casos especiais de realização do dativo, explicitando as decisões metodológicas a respeito da manutenção ou exclusão desses na análise do *corpus*.

4.3.2 Decisões metodológicas

Esta seção apresenta o posicionamento adotado diante das ocorrências. Na primeira parte (cf. seção 4.3.2.1), apresento as ocorrências não consideradas, porque não correspondiam aos aspectos linguísticos esperados. Na segunda (cf. seção 4.3.2.2), aponto o motivo de ter considerado algumas ocorrências com *a* no *corpus*.

4.3.2.1 Ocorrências desconsideradas

A primeira observação diz respeito à ocorrência de DPs introduzidos pela preposição *para*. Como já apresentado anteriormente, no PB, essa preposição pode introduzir um DP dativo, contexto em que varia com a preposição *a*. Entretanto, os dados encontrados nas atas introduzidos por *para* em contextos de verbos ditransitivos mostram um padrão de comportamento distinto, expressando *finalidade* ou introduzindo uma sentença (cf. 1) ou um DP (cf.2).

- (1) **Dandose espera** athe a primeira Dominga do mezde Maio **para os nossos Irmãos** comprehendidos no Artigo 49 da Despozicoens geraes do nosso Compromisso, **virem acudir os seos debitos** (MJE, p. 497)
- (2) Antonio Apolinario Dias foi Rimitido **para sindicância** (JCB, 350)

No exemplo dado em (1), a preposição *para* em “para os nossos irmãos [...]” parece, à primeira vista, introduzir um DP dativo, entretanto, o que se tem é uma sentença infinitiva encaixada, evidenciada em “virem acudir os seus débitos”. Já o complemento preposicionado por *para* no exemplo em (2), “para sindicância”, semelhantemente ao registrado em (1), possui também a interpretação de finalidade, ainda que não haja a realização da sentença infinitiva, já que a interpretação que se tem é a de “realizar sindicância”; “sindicar”. Os dados como no exemplo em (1) e em (2), embora sejam retomados e comentados na seção 4.4.3.1, não foram incluídos na codificação.

Foram retiradas da análise também as expressões fixas com verbos ditransitivos “pôr” e “submeter”, conforme os exemplos (3) e (4), por se tratarem de expressões cristalizadas, próprias de contextos de reunião e lavratura das atas.

- (3) **Posto a votos os requerimentos** dos Senhores Jacintho Francisco d’ Andrade (FB, p. 190)
- (4) depois de lida [a ata], o Senhor Presidente **submete-a a consideração dos Senhores Socios** (FSF, p.212)

Os verbos “oficiar”, “autorizar”, “convidar”, por não corresponderem ao padrão esperado, também foram retirados da análise. Apesar de fazerem parte do grupo dos verbos ditransitivos, exibem uma estrutura bastante distinta daquela que se analisou nesta pesquisa. Além disso, parece que esse tipo de verbo permite alternância quanto ao Caso de seus argumentos internos, conforme se verifica em (5).

- (5) a. Pedio a palavra o Senhor Presidente deo ao Soçio Faustino, este deixando a cadeira **convidou**_[dat] **a seus collegas** **para o cupar amesma** (JST, 118)
- b. e disse qual he a dificuldade que a de se **convidar**_[acus] **Sua Excelência** **para vim** a cistir a nossa misça (AJB, 102)

No exemplo em (5a), o verbo “convidar” se realiza sob a regência da preposição *a*, enquanto (5b) admite a omissão da preposição. Quanto a isso, Rocha Lima (1972), dentre os casos de verbos ditransitivos, observa que:

Ainda outros há cuja regência tem variado através dos séculos, como *obedecer*, *resistir* e *agradar*, que hoje só se empregam com objeto indireto, mas possuíam

dupla sintaxe (*obedecer-lhe e obedecê-lo, resistir-lhe e resisti-lo, agradar-lhe e agradá-lo*) na linguagem dos séculos XVI e XVII. (ROCHA LIMA, 1972, p. 251)⁸⁵

Ao contrário do que observa o gramático, os dados retirados das atas mostram que verbos com “dupla sintaxe” continuam a existir ainda no século XIX. Devido à alternância entre duas construções, ocorrências como essas também foram excluídas da análise.

4.3.2.2 Ocorrências consideradas

Nas variedades regionais do PB, como atestam diversos trabalhos (SCHER, 1996; ARMELIN, 2008; BARROS, 2008; LUCCHESI; MELLO, 2009), o dativo sem preposição também se apresenta como uma possibilidade de ocorrência, ora definido como um processo fonético de apagamento da preposição, ora como resultado do fenômeno de alternância dativa (BARROS, 2008; LUCCHESI; MELLO, 2009; CAVALCANTE; BARROS, 2012). Tendo em vista essa possibilidade, foi levada em consideração também a omissão da preposição na observação dos dados. A questão que se coloca agora é: como definir se os DPs dativos com traço de gênero feminino são introduzidos ou não pela preposição *a*, visto que nas atas nem sempre os autores utilizam o acento grave⁸⁶ para marcar a crase entre preposição *a* e artigo *a*? Embora este seja um motivo que tenha levado alguns pesquisadores a retirar tais ocorrências de seu *corpus*, aponto três razões que me levaram a assumir que tais ocorrências devam permanecer no quantitativo do *corpus*: i) assim como, em geral, o pronome demonstrativo sofre crase com a preposição, como em “o cabelo desta pessoa é muito crespo” ou “estou nesta situação há um tempo”, nos dados, os dativos femininos quando ocorrem com pronomes demonstrativos, a preposição *a* fica evidente (cf. 6); ii) a palavra com gênero feminino “Assembleia” geralmente vem separando o *a*, como se o produtor quisesse mesmo evidenciar uma preposição, inclusive intercalando um demonstrativo entre o *a* e a palavra (cf.7), o que evidencia a consciência do autor sobre a função gramatical do elemento *a*; iii) não há razões para considerar que a preposição ocorra nula, já que grande parte dos dativos de gênero masculino, cujo determinante é *o*, sempre ocorrem com preposição *a* (8), conforme mostram os exemplos a seguir.

(6) declarou ter de acordo com o Senhor Presidente ter **respondido a essas**

⁸⁵ Grifos do autor.

⁸⁶ Foi encontrado apenas um caso com acentuação gráfica com dativo no gênero feminino, a saber: “Foi remetida honten á Assembleia Provençal uma petição pedindo isempção da decima urbana a que está sujeita a propriedade em que funccionamos.” (FB, p.108)

sociedades (FB, p. 167)

- (7) O Senhor Visce Presidente **pidi licencia a esta Senbrea** para esprica qual o motivo de achace Sen-ta ma Cadera Como Visce Presidente (LSS, p. 433)
- (8) Sua entrada prestou juramento na forma da lei, feito este trabalho **declarou, o Senhor Presidente ao Concelho** que tinha m-andado Chamar O Socio Martinianno da Silva Arauja para vim responder por Sua iputeca e não Conpareceu (AJB, p. 86)

Há, também, os casos de ambiguidade na interpretação do dativo com certos verbos no *corpus*, como “roubar” e “receber”, por exemplo. Estes verbos requerem uma preposição *de* introduzindo o dativo interpretado semanticamente ora como *possuidor* do objeto, ora como *fonte*, conforme se verifica em (9), respectivamente.

- (9) a. Faltando 1º Secretario por si acha duente não tendo o Concelho **recebido resposta do thizorero** (LSS, p.369)
- b. O Senhor Prezidente diz ter **recebido uma carta do Lição di Artes** e Ofícios convidando para os homem que se inscrever a irem pagar suas entradas que saõ 10/000 réis para gozarem da regalia (FJS, p.139)

Em (9), os dativos “do thizorero” e “do Lição di Artes” podem exhibir, ao mesmo tempo, interpretação de *possuidor* e *fonte* da qual partiu o evento de “receber”. Apesar da ambiguidade percebida, considero essas ocorrências como exemplos de dativo, tendo em vista que, segundo Torres Morais (2007), a ambiguidade é apenas semântica, mas, estruturalmente, o DP introduzido por *de* comporta-se como complemento dativo do verbo.

É importante mencionar ainda que, por partilharem as mesmas propriedades argumentais que os predicados verbais, todo constituinte derivado de verbos ditransitivos sob as formas de *substantivo* (cf. 10) e *particípio* em sentenças nominais ou passivas (cf. 11), foi considerado núcleo-predicador do dativo e, por isso, foi também considerado na análise.

- (10) **Predicador nominal (Substantivo)**
pedio palaver o Socio Bracete pedindo ao Senhor Presidente a **entrega dos**

papeis pretencentes a o Socio Ma-rtinianno (AJB, p.107)

(11) **Predicador participial**

estes poderes, **dado ao presidente d'Assemblea**. (FSF, p.238)

Nos exemplos dados acima, apesar de não se apresentarem na forma verbal flexionada como de costume, o dativo, ainda assim, é expresso na sentença (“ao Socio Martinianno”; “ao presidente d’Assemblea”), sugerindo que não é a natureza do predicador que requer a participação do dativo na sentença, mas seu caráter semântico.

Na seção a seguir, são apresentados os resultados que compõem o quadro geral e específico dos principais fatores linguísticos investigados na presente pesquisa, conforme distribuição dos fatores supracitados, não necessariamente na mesma ordem apresentada acima.

4.4 A DISTRIBUIÇÃO DOS DATIVOS NO *CORPUS*: DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Esta seção tem por principal objetivo apresentar o resultado da análise quantitativa da realização do dativo em relação aos fatores linguísticos investigados, assim como os fatos e hipóteses que explicam a motivação da fixação dos parâmetros observados.

4.4.1 Ocorrência dos dativos nulos e realizados

Os números referentes ao quadro geral dos dativos *nulos* e *realizados* encontrados no *corpus* estão registrados na Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição do dativo no *corpus*

	OCOR.	FREQUÊNCIA
DATIVOS NULOS (DAT _e)	1349	80%
DATIVOS REALIZADOS (DAT)	335	19%
TOTAL	1684	

O dativo nulo chama a atenção devido à sua representatividade alta no *corpus*, com 1349 ocorrências do número total de 1684. Quantitativamente, o quadro da distribuição geral dos dativos no *corpus* revela que 80% da realização do dativo é nula (cf. 12), apontando uma

maior frequência em relação às ocorrências de sentenças com dativo expreso foneticamente (cf. 13), com apenas 19% em relação ao total de ocorrências com predicados verbais ditransitivos.

(12) **Dativo Nulo**

apresentou O Senhor Socio Joaõ Theadorio da Solidade 1 Rico quadro de Gacaranda em virnizado Com filzo dorado obra esta munto bem a Cabada, para o retrato de Sua Magestade o Inperado a valuado em 40\$000 mais O mesmo Socio sendo o Artista que feis nada quis pella mão de obra só pedio a Sociedade que paga se as madeiras e o vidro, assim Como O Senhor Socio Pantaleao Villas boas tin-ha o **ferecido o retrato [DAT_e]** tanbem gratis. (JAB, p.20)

(13) **Dativo realizado**

O Senhor Prsidente Amancio Rodrigue Seixas **Pascó a Prsidencia [dat au Senhor Visce Prsidente]** (LSS, p. 376)

No exemplo em (12), observa-se o verbo de *transferência material* “oferecer”, que exibe apenas o objeto direto “o retrato”. Apesar da omissão do dativo, é possível recuperar a pessoa do discurso a quem foi oferecido o retrato, através de um contexto anafórico, pois, como se observa no exemplo, é à “Sociedade” que o sócio Pantaleao Villas Boas ofereceu um retrato, já mencionado anteriormente, tomando-o como *meta* do evento expreso. Diferentemente do primeiro exemplo, o dativo aparece realizado foneticamente com o verbo de *transferência material* “passar”, na sua forma de terceira pessoa do discurso, deixando explícita a informação de que é o “Sinhor Visce Prsidente” a pessoa a quem se passou a presidência.

Para a discussão que se pretende realizar, nesta pesquisa, considero necessário quantificar separadamente as ocorrências de dativos nulos de acordo com a sua interpretação: *anafórica*, *arbitrária* ou *dêitica*, conforme Tabela 2, a seguir.

Tabela 2: Traço referencial semântico do dativo nulo

	Dêitico Ocor./%	Anafórico Ocor./%	Arbitrário Ocor./%
DATIVOS NULOS (DAT _e)	1181/87	132/10	36/3
TOTAL			1349

A Tabela 2 mostra que, dos 1349 dativos nulos levantados, 87% são dêiticos (cf. 14), sugerindo que o contexto dêitico é um fator determinante para a realização da forma nula do dativo. No caso dos nulos anafóricos (cf. 15) e arbitrários (cf. 16), há uma representatividade de 10% e 3% das ocorrências, respectivamente.

(14) **Dativo nulo em contexto dêitico**

Tambem **Aprezentouse a conta do nosso Irmão 1o. Solicitador Marcos Joze do Rozário[DAT_e]** sobre a Dispeza feita com acauza do Credito do Irmão Luis Teixeira Gomes (JMS, p. 288)

(15) **Dativo nulo anafórico**

O Socio Cirne Vossa Excelência devia mostrar estes documentos [**atodos os Soçios**]_i para ficar siente enaõ guar-lhe só para si. O Senhor Prezidente **naõ mostrei [DAT_e]_i** porque naõ tinha que dar sastisfasçaõ(FJS, p. 127)

(16) **Dativo nulo arbitrário**

Como dizem Os Senhores que naõ acha bom este artigo bote-se a baxo eu Sou de vo-to de **Se naõ enprestar dinheiros[DAT_e]** entaõ vomos a ver Como se fais isto (AJB, p.65)

No exemplo em (14), o dativo é dêitico, na medida em que pode ser previsível através do contexto de uso do discurso. No caso do exemplo dado, devido ao domínio discursivo em que a ata foi elaborada, a quem “se apresentou a conta” é facilmente associada a interpretações como “assembléia”, “membros da reunião”, “pessoas”, ou “aos presentes”, etc. Devido ao seu valor locutório, esses verbos permitem o uso dêitico da linguagem, isto é, possuem uma referência bastante marcada com a presença dos participantes no momento em que o enunciado é produzido e, por isso, dispensam a explicitação do participante a quem se dirige o discurso (o dativo). O uso da referência dêitica em verbos de *transferência verbal/perceptual* parece ser fator responsável pela ocorrência de boa parte dos nulos no *corpus*, conforme discuto na seção seguinte.

Em se tratando do exemplo em (15), o dativo é um elemento anafórico, facilmente recuperável no texto em que se insere. Uma leitura atenta desse exemplo demonstra que a interpretação do dativo nulo está vinculada a um referente mencionado anteriormente (“a

todos os sócios”).

No exemplo em (16), o dativo possui interpretação arbitrária, pois não é possível inferi-lo no próprio texto em que aparece, isto é, não se pode encontrar seu referente ao longo do próprio texto, tampouco não se pode inferi-lo através do contexto em que o documento fora produzido. Logo, o dativo do verbo “emprestar” é um elemento nulo que pode ser substituído por qualquer DP com função semântica de *meta*. Embora, o conhecimento das práticas da irmandade permita restringir membros e familiares da Sociedade.

Para a análise que se segue, considere apenas os nulos em relações anafóricas para verificar sua relevância no processo de reanálise do dativo de terceira pessoa no PB, sob a hipótese de que o aumento do nulo anafórico teria início no decréscimo na realização dos clíticos dativos de terceira pessoa como principal estratégia de retomada anafórica, conforme apontam alguns estudos sobre o tema (FREIRE, 2005; BERLINCK, 1997; TORRES MORAIS, 2007).

Buscando confirmar essa tendência nos dados de afro-brasileiros do século XIX, foram separadas as ocorrências dos dativos anafóricos *nulos* e *realizados*, a fim de se verificar a sua distribuição por período em que a ata foi produzida, dividida *em início do século XIX* e *final do século XIX*; A Tabela 3 apresenta resultados significativos.

Tabela 3: Distribuição de dativos anafóricos no *corpus* por período

	Nulo Ocor./%	Realizados Ocor./%	Total
Início do século XIX - 1800-1850	10/42	14/58	24
Final do século XIX - 1851-1900	122/55	100/45	222
TOTAL	132/53	114/47	

A análise do material do século XIX escrito pelos brasileiros alforriados, conforme a tabela 3, revela um importante resultado: o dativo nulo é a forma predominante na segunda metade do século XIX, com 55% dos dados encontrados, enquanto o dativo realizado tem maior preferência na primeira metade do século, com 58% dos dados, apontando um crescimento no uso da estratégia nula em detrimento da forma realizada. Esse resultado não se distancia dos resultados de Berlinck (1997; 2001), cuja observação dos dados extraídos de relatos, cartas do século XVIII⁸⁷ e peças de teatro do século XIX⁸⁸ mostra que, no trajeto entre os dois séculos, há um aumento gradativo da realização nula como estratégia anafórica, iniciando com 7% das ocorrências no início do século XVIII e alcançando a frequência de

⁸⁷ Referentes aos anos 1730 e 1790.

⁸⁸ Referentes aos anos 1840 e 1890.

30% no final do século XIX. Apesar disso, em comparação com o total de dativos nulos na tabela 1, nota-se que, no contexto anafórico, há uma queda significativa no número de nulos em oposição aos demais contextos. Esse fato mostra que, apesar do aumento de dativo nulo como uma estratégia anafórica em substituição à forma realizada, como mostra a tabela 3, não é esse contexto o principal responsável pela ocorrência de nulos no *corpus*, mas como se viu, a imensa quantidade de nulos dêiticos.

Com o intuito de comparar os resultados de Berlinck (1997; 2001) e os das atas do século XIX, apresento, a seguir, (por período, inicial e final, dos séculos XVIII e XIX) os percentuais obtidos pela autora, conforme Tabela 4.

Tabela 4: Evolução dos dativos nulos (BERLINCK, 1997; 2001a)

	Início do século XVIII Cartas, relatos	Final do século XVIII Cartas, relatos	Início do século XIX Peças teatrais	Final do século XIX Peças teatrais
DATIVOS NULOS	7%	21,5%	25%	30%

Adaptado do original.

Uma discussão de ordem extralinguística pode ser levantada a partir desses resultados. Ao observar atentamente as Tabelas 3 e 4, no que se refere ao período que abrange o início e final do século XIX, percebe-se que, embora as análises sejam sobre o mesmo período, há uma diferença entre os valores percentuais do dativo nulo nos resultados observados. Essa disparidade não parece ser em vão, haja vista que reflete os contextos histórico-sociais nos quais se inserem os autores dos *corpora* analisados. Tais contextos são bem definidos e distintos entre si. Por um lado, os *corpora* analisados por Berlinck (1997; 2001) são caracterizados por terem sido escritos por pessoas da sociedade paulista, brancos, escolarizados, pertencentes à elite brasileira da época, portanto, é esperado que os autores estudados pela autora estivessem mais próximos ao modelo europeu do que do modelo popular do português da época, tendo em vista a polarização linguística característica do período, como aponta Lucchesi (2009b). Por outro lado, nas atas, há o perfil dos negros recém-alforriados da escravidão, que tinham pouco ou nenhum acesso ao ensino formal, e que estavam inseridos em um momento histórico que não lhes era favorável ao conhecimento da leitura e da escrita. Aqueles poucos que dominavam a técnica de leitura e escrita, em geral, tiveram um aprendizado de maneira informal (MATTOS & SILVA, 2002; OLIVEIRA, 2006). No caso específico dos autores das atas da Sociedade Protetora dos desvalidos, Oliveira (2006) levanta a hipótese de que sua alfabetização teria sido motivada pela presença

dos mulçumanos na irmandade, já que os negros malês possuíam a habilidade de ler e escrever, pelo menos em língua árabe.

Tais motivações históricas relacionadas ao contato não sistemático do negro com a escrita e o maior acesso dos brancos à escolarização parecem ser refletidas nas diferenças observadas entre os *corpora* das pesquisas. A extensa variação nas formas gráficas das palavras (ex: "*foncioneie*"; "*Igreiga*"; "*fartou Com aquella etiqueita*"; "*Concelho*";), o uso precário da acentuação e da pontuação gráfica (ex: "*torno de novo a dizer a Vossa Senhoria*"), a justaposição de enunciados (ex: *Aos seis dias domes de Agosto dimileoito sentos*), entre outros aspectos (OLIVEIRA, 2006) são marcas impressas no texto que revelam a influência da oralidade na escrita, isto é, a transposição das estratégias de uso da fala na escrita, tipicamente praticada por pessoas em início do processo de alfabetização (KOCH; ELIAS, 2006). Entretanto, é importante lembrar também que a existência dessas características não exclui a possibilidade de também ter havido influência do caráter normativo nas atas analisadas, haja vista a onda normativista da época, em que o padrão lusitano era considerado norma prestigiada, principalmente depois da chegada da Corte Portuguesa no Brasil.

Diante do exposto, a diferença nos percentuais entre as duas análises, com o maior caso de dativos nulos no século XIX para as atas analisadas, deve-se à aquisição não sistemática – não plena – da norma padrão escrita da época pelos autores afro-brasileiros, quando não há a observância da influência do padrão falado na sua produção escrita. Essa característica se origina em fatores sócio-históricos, como a falta de condições e de apoio do estado brasileiro aos negros, para que pudessem ser reintegrados socialmente e, inclusive, com acesso menos restrito ao mercado de trabalho e ao ensino formal (PASSOS, 2012). Enquanto, em relação aos *corpora* de Berlinck (1997; 2001), há uma atenção maior às regras normativas que refletem o modelo padrão da época.

Além das questões históricas, é válido ressaltar que os resultados do dativo nulo no *corpus* são compatíveis com as afirmações de Torres Morais (2010) de que o dativo nulo é uma estratégia preponderante no PB, em comparação ao PE, sobretudo em relação aos anafóricos.

Os dados levantados nas atas revelam que o contexto semântico verbal é um dos principais fatores responsáveis pela ocorrência de nulos no *corpus* e alguns desses contextos, por razões discursivas, parecem ocorrer quase sempre com a realização nula do dativo em detrimento de sua forma realizada, conforme discuto na próxima seção.

4.4.1.1 Dativos nulos e realizados e o tipo semântico do predicador

No *corpus* em questão, foram encontrados dativos em diversos contextos dos predicados verbais ditransitivos. Conforme já apontado na seção 2.4, Berlinck (1996) classifica esses verbos em quatro tipos conforme denota seu significado: *transferência verbal/perceptual* (dizer, apresentar, etc.) (cf. 17), *transferência material* (dar, comprar, etc.) (cf. 18), *movimento abstrato* (submeter, atribuir etc.) (cf. 19) e *movimento físico* (levar, trazer, etc.) (cf. 20), conforme exemplos a seguir.

(17) **Transferência verbal/perceptual**

e de mais Leuçe o Requerimento do Irmão Sarafim dos Anjos **Pedindo ao Provedor que suspendesse a Comição que trabalha na reforma da nossa Lei** (FPF, p. 159)

(18) **Transferência material**

a. a qui não Cadeira de lentes para Se **dar premios aos alunos** (AJB, p.73)
 b. Eficou autorizado onosso Secretário para escrever anossa Irmam Fiscal para essa **Receber das Irmãs os seus mençaés** (JMS, p.273)

(19) **Movimento abstrato**

Aprezentousi o orcamento do Senhor Damazi dos reparos que tem disi fazer 2º andar da susiedade Reparos di Carapina 500\$ milres di Peidrei[ro] 80\$00 milres di Pintura 280\$ milres **o visi Prizidenti subimeteu os orsamento ameza** (JCB, p. 307)

(20) **Movimento físico**

e disse mais o Senhor Prezidente O Senhor Primo **pode levar para qualquer tribunal que hade Cair** (AJB, p.100)

Segundo Berlinck (1996), o grupo dos verbos de *transferência verbal/perceptual*, como em (17) não envolve uma entidade concreta, como os de *transferência material*, mas uma entidade abstrata do ato de comunicar, relacionada ao conhecimento, a ideia ou percepção do interlocutor, como o dativo “ao Provedor”, envolvendo a transferência de uma ideia também abstrata: “que suspendesse a Comição que trabalha na reforma da nossa Lei”. É importante comentar que, em sua grande maioria, esses verbos contemplam em sua estrutura

objetos indiretos encabeçados pela conjunção integrante *que*. Esses complementos geralmente são lançados para o fim da sentença, construindo a ordem V OI OD. Os complementos do tipo CP são considerados pesados e, por esse motivo, em construções ditransitivas, são realizados após o complemento dativo, fugindo, à forma prototípica das construções ditransitivas dativas; sua análise constitui-se um problema no que se refere à observação da alternância dativa nos dados.

Os exemplos em (18) mostram que os verbos de *transferência material* indicam que existe uma relação de posse entre o sujeito e o complemento dativo em dois sentidos direcionais, como foram apresentados na seção 1.4: i) a partir do SUJ em direção ao DAT, podendo significar que um objeto está em posse do argumento dativo no final do processo (cf. 18a); ii) no sentido contrário, em que a transferência se dá a partir do DAT em direção ao sujeito (cf.18b).

Parece claro que a transferência material do objeto “premios” em (18a) tem como *meta* o dativo “aos alunos”. Já a sentença em (18b) mostra uma transferência no sentido inverso: o dativo “das Irmãs” passa a ser o ponto inicial da transferência, desempenhando um papel de *fonte*. Embora ambos sejam classificados como verbos de *transferência material* (“dar” e “receber”), seus complementos dativos em (18) exibem preposições distintas, *a* e *de* respectivamente. Comento sobre as preposições ocorridas no *corpus* na seção 4.4.3.

Verbos como no exemplo em (19), de acordo com Berlinck (1996), denotam um *movimento abstrato*, não uma transferência, porque há apenas uma aproximação abstrata entre uma instituição, um estado, um sentimento, uma ideia, uma entidade, etc., como no exemplo em que a “meza” corresponde à entidade do evento.

Por fim, a ocorrência em (20) apresenta o verbo de *movimento físico* “levar”. De acordo com Berlinck (1996), esse tipo de verbo é uma extensão da ideia de *transferência*, porque completa o percurso do movimento da ação, partindo do sujeito em direção ao complemento dativo, como no exemplo em que “qualquer Tribunal”, representa a *meta* do movimento, podendo ainda aceitar construções com complemento indireto *locativo*.

Como já foi dito, o tipo semântico do verbo é um dos principais fatores responsáveis pela ocorrência de nulo no *corpus* em análise. Aliado a esse fator, notou-se que o contexto referencial também contribui para a alta frequência do dativo nulo no *corpus* em detrimento da forma realizada, conforme mostra a Tabela 5, com a distribuição do traço referencial em relação ao dativo realizado e nulo.

Tabela 5: O dativo conforme tipo semântico do predicador e traço referencial

Tipo semântico do predicador	Dêítico		Anafórico		Arbitrário	1ª menção
	<i>NULO</i>	<i>Realiz.</i>	<i>NULO</i>	<i>Realiz.</i>	<i>NULO</i>	<i>Realiz.</i>
	OCOR./%	OCOR./%	OCOR./%	OCOR./%	OCOR./%	OCOR./%
TRANSFERÊNCIA MATERIAL	154/50	6/2	35/11	30/10	24/8	56/18
TRANSFERÊNCIA VERBAL/PERCEPTUAL	1012/76	97/7	88/7	76/6	12/1	38/3
MOVIMENTO FÍSICO	0/0	1/16	3/50	0/0	0/0	2/33
MOVIMENTO ABSTRATO	15/30	14/28	6/12	8/16	0/0	7/14
TOTAL	1181/70	118/7	132/8	114/7	36/2	103/6

Na tabela 5, os dados mostram que o contexto referencial dêítico combinado ao discurso que envolve verbos *dicendi* são os principais fatores responsáveis pela realização do dativo nulo, com 76% dos casos de dativos *dêíticos* em contextos de predicadores do tipo *transferência verbal/perceptual* (cf. 21). Em relação aos demais nulos, o *anafórico* é o mais frequente em contextos de verbos de *movimento físico*, com 50% em relação ao total de 8% das ocorrências. Já o nulo *arbitrário* realiza-se, sobretudo, com os predicadores de *transferência material*, com 8% em relação ao percentual total de 2% de nulos no mesmo contexto.

Uma explicação para as diferenças percentuais entre os tipos de nulos é o contexto em que o *corpus* foi gerado. O gênero *ata*, por possuir função de transcrever uma situação comunicativa que envolve no mínimo dois interlocutores, possui tendência a privilegiar o uso desses verbos, dispensando, na maior parte das vezes, a referência realizada, haja vista que as pessoas a quem se diz/pede palavra/responde alguma coisa estão presentes na situação discursiva, conforme se verifica nos exemplos em (21) e (22) a seguir.

(21) **DIZER**

pedio palavra O Socio Narcizo e **disse** naminha o penião e que Se Convide a Sua
 Excelência por que elle esta a li defronte de nos, **disse** O Senhor Prezidente
 quando estiver bem des cotida a materia em questaõ eu meteriem, votacaõ
 pedio palavra O socio Mano-el Francisco e **disse** pesso Senhor Prezidente
 que mande ler O artigo 45 dos estatutos (AJB, p.102)

(22) **PEDIR**

pedio palavra o Socio João Godinho e disse que Sé Singia ao que o Seu Colega tinha dic-to mais en Conto o Artigo 3º que manda enprestimto de dinheiros O mesmo esta dizendo o que Sé ade fazer, **pedio palavra** O Socio Geraldo e disse emquanto a mim Senhor Prizidente não achó bom dizer que não Sé pague yurios pois Se a lei dis munto espessa que o yurio Sera nosso (AJB, p. 65)

Quanto aos realizados, os *dêiticos* (cf. 23a) e os *anafóricos* (cf. 23b) possuem frequência maior com predicadores de *movimento abstrato*, com 28% e 16% das ocorrências, respectivamente, e os de *primeira menção* (cf. 23c) realizam-se principalmente com predicadores de *movimento físico*, com 33%.

(23) **a.Dativo realizado dêitico**

pede a palavra o Senhor Socio Theodoro Gomes para dizer que vota contra a acta e explica a razão finalizando **manda um requerimento** [_{dat} **a meza**]. (FSF, p.213)

b.Dativo realizado anafórico

O Senhor Presidente nomio uma commiçção dos seguintes Senhores Cosme das virgens, João Theadorio da Trindade, e Amancio Benedito do Passos; para hirem saber do **Senhor Thesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Curato da Sé** saberem das resposta da carta, e do of-ficioque foi enviado [_{dat} **ao mesmo Thesoureiro**] perguntando -se quaes eraõ os fundos pertensente a casa que pertenseo a referida Irmandade e que hoje perten-se a Sociedade (JTS, p. 266)

c.Dativo realizado de primeira menção

e disse mais o Senhor Prezidente O Senhor Primo pode levar para [_{dat}**qualquer tribunal**] que hade Cair (AJB, p. 100)

O dativo no exemplo em (23a) foi identificado como dêitico pelo seu caráter contextual já que “a meza” se refere aos sócios presentes na reunião. Em relação ao dativo em (23b), seu referente se encontra no próprio corpo do texto “ao mesmo Thesoureiro” retomando o DP “Thesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Curato da Sé”. Por

fim, no exemplo em (23c), o dativo “qualquer tribunal” foi mencionado pela primeira vez.

Em relação à alta frequência dos dativos nulos com verbos de *transferência verbal/perceptual*, Torres Morais (2001) demonstra em seu estudo que essa tendência se acentua nos dados do século XX.

A meu ver, porém, o mais importante é a sua constatação de que o aumento no uso do OI nulo começa entre os casos de referência de 3ª pessoa gramatical e entre aqueles que constituem complementos de verbos de transferência verbal/perceptual, como dizer, perguntar, mostrar. Essa tendência só se acentua, de modo que a frequência de OI nulo segundo o tipo de verbo em textos do séc. XX indica os seguintes resultados: **verbos de transferência material**, entre eles, levar, mandar: 45,5%; verbos de **transferência verbal/perceptual**, ou verbos dicendi, 83%. (TORRES MORAIS, 2011, p. 178)⁸⁹

Outros estudos também comprovam a tendência do aumento do nulo nesses contextos, como o de Freire (2005), em uma observação do comportamento dos dativos no PE e no PB contemporâneos, e o de Barros (2008), na observação do dativo em comunidade afrobrasileira rural da Bahia (Helmécia). Freire, em seu estudo, observa que é especialmente com os verbos *dicendi* que há maior recorrência de dativos nulos nas duas variedades, com 62% no PB e 30% no PE, e argumenta que os resultados percentuais mostram que esse contexto verbal parece ser o ponto de partida para a mudança linguística na expressão do dativo de 3ª pessoa no PB. No que se refere ao estudo de Barros (2008), a ocorrência do nulo com verbos de *transferência verbal/perceptual* na comunidade de Helmécia é de 81% dos casos encontrados.

Como se pode observar na tabela 5, o total percentual de dativos nulos anafóricos é maior que o total dos realizados com a mesma referencialidade. Essa diferença evidencia o uso preferencial da estratégia nula em contextos anafóricos, assim como também ocorre com OD no PB (CYRINO, 1997; FIGUEIREDO, 2004). Torres Morais (2010) afirma que o dativo nulo anafórico não é novidade no PB, tendo em vista o uso similar ao PE (FREIRE, 2005), mas são inovadoras as formas pronominais plenas como estratégia predileta do PB atual do uso anafórico, dado que o PB teria passado por uma reanálise sintática na expressão do dativo de 3ª pessoa. A autora, então, relaciona a maior incidência na produção de dativos nulos no PB à perda dos clíticos dativos e à estratégia de substituição dos clíticos pelas formas pronominais plenas. Considerando-se essa reflexão da autora, buscou-se observar a ocorrência dos nulos anafóricos em relação às formas pronominais clíticas nas atas, conforme se verifica na próxima seção.

⁸⁹ Grifos meus.

4.4.2 As várias formas de representação do dativo nas atas

De um modo geral, os dativos realizados fonologicamente podem se apresentar na forma de *pronome forte*, como “a/para ela, ele, mim” (cf. 24); *clítico* como me, lhe, te, etc. (cf. 25); *DP lexical* como “casa de Santa Maria”, “o sócio Joaquim”, etc. (cf. 26); e na forma nula, como foi mostrado na seção anterior. A distribuição das formas dativas realizadas encontra-se na Tabela 6.

Tabela 6: Distribuição do dativo nas suas várias formas de representação

	OCORRÊNCIA	FREQUÊNCIA
Clítico	54	3%
DP lexical	278	16%
Pronome Forte	3	0,2%
Nulos	1349	80%

Como se vê na tabela 6, a estratégia nula do dativo é majoritária. São 1349 ocorrências, o que corresponde a 80% das ocorrências. Neste momento, esse número corresponde a todas as ocorrências encontradas independentemente do traço de referencialidade, tratada na seção anterior.

Além disso, a tabela 6 mostra que houve somente três casos com dativo na forma *de pronome forte*, número que representa menos que 1% dos dados (cf.24). No PE, como se viu na seção 3.3.2, o pronome tônico ocorre apenas em construções de redobro, em que estabelece uma relação anafórica com o clítico dativo. Para saber se as atas correspondem a um padrão semelhante a esse, observou-se também a realização de construções dativas redobradas no *corpus*. O resultado do levantamento mostra que houve apenas um caso de redobro com o clítico dativo (cf. 24b).

(24) DP pronome forte

a. Pedindo que a Pencaõ q̄i sidava a Bermira a Vó da menor Thereza da Solidade que Seja **dada a ella** Vestu a dita menor Esta nu Seu puder (LSS, p.378)

b. **O SenhoPresidente Francisco Diogo Ribero tinha *lhi* Oficialdo a *elle* Vesce Presidente** para a Sumir a Prisidencia durante quinze dias pois elle

achava duente (LSS, p. 433)

A estratégia do *clítico* teve representação baixa em relação às demais, com 3% da frequência nos dados levantados em comparação às demais formas. Vale ressaltar que não foram levantados apenas os casos de clíticos de terceira pessoa *lhe/lhes* (34 ocorrências), mas também nas formas *me* (14 ocorrências) e *nos* (6 ocorrências), por também serem consideradas relevantes, haja vista que se diferenciam apenas em relação ao traço formal de pessoa, mas que, sintaticamente, têm a mesma natureza (cf. 25). Vale comentar, também, que não foram encontradas ocorrências de dativos nas formas clíticas *te* e *vos*.

(25) **Clítico dativo**

e disse O Senhor Socio não res-ebeo hu escrito que eu **lhi** mandei por hum a premdis de Seu Sobrinho (AJB, p. 69)

A forma de nome/DP lexical é a segunda mais produtiva do grupo daquelas que se realizam fonologicamente, com 17% das ocorrências. Esse número se refere a todo DP independentemente do seu traço referencial.

(26) **DP Lexical**

a. Foi lida a acta da Sessão anterior o qual O Senhor Prisidente pascou a Cadera da Prizidencia **au Vesce Prisidente** por quinze dias (LSS, p. 384)

Uma vez descritas as diversas formas do dativo encontradas nas atas, discuto a partir de agora a questão da mudança sintática que teria ocorrido na expressão do dativo no PB com a reforma do sistema pronominal, conforme sugere Torres Morais (2007). Segundo a autora, a baixa produtividade do clítico e o aumento do uso do dativo nulo no PB é resultado de uma reorganização no sistema pronominal, sobretudo, no que se refere à terceira pessoa do discurso. Esse fato é comprovado nos estudos de Berlinck (1997; 2001) em que se observam: i) o aumento gradativo do dativo nulo anafórico no período entre os séculos XVIII e XIX, conforme se viu na seção 4.4.1, ii) e a queda do clítico dativo de terceira pessoa nos mesmos *corpora*: 93% na primeira metade do século XVIII, diminuindo para 77% na segunda metade do mesmo século, passando para 71% na primeira metade do século XIX e, enfim, caindo para 67% no final do mesmo século. Comparando com os 3% da frequência de clíticos dativos nas atas mostra que a redução é ainda maior.

Ao contrário do que ocorre com o PB, o PE atual apresenta uma situação bem diferente. O estudo de Freire (2000) sobre a fala culta brasileira e europeia revela que o clítico de terceira pessoa é a forma privilegiada de realização do dativo na variedade europeia, com 83% de casos nos dados levantados pelo autor, enquanto, no PB, não se observou nenhum dado de clítico *lhe*. Além disso, os dados do autor mostram que somente no PB há realização do *pronome tônico* como estratégia de expressão do caso de dativo no lugar do *clítico*. Em se tratando do PE, Torres Morais (2007) não encontra casos de pronomes tônicos como estratégia de retomada anafórica, conforme discutido na seção 3.3.2. O exemplo da agramaticalidade na realização do pronome tônico em Torres Morais pode ser verificado em (27), a seguir.

(27) *João deu **a ele** um computador

(TORRES MORAIS, 2007, p. 105)

Este quadro é particularmente relevante, porque evidencia que o PB realmente mostra ter passado por uma reanálise na configuração da expressão do dativo, terminando por não refletir uma gramática, ao menos em relação a este aspecto, com o mesmo padrão europeu, conforme discute Torres Morais (2010).

Devido à inserção do pronome sujeito de segunda pessoa com traços formais de terceira pessoa *você/vocês* no PB, a forma do clítico dativo de terceira pessoa tem passado por um notável processo de mudança em seu uso, a começar pelo seu uso expandido com interpretação de segunda pessoa do discurso⁹⁰. Aliado a isso, o fenômeno de reinterpretação do dativo de terceira pessoa como acusativo de segunda pessoa no PB, substituindo a forma *te* da segunda pessoa por *lhe*, teve como consequência o surgimento de uma nova forma para a expressão de retomada anafórica do dativo: o pronome lexical dativo (a *ele/ela* e para *ele/ela*). Tal como aconteceu com os pronomes possessivos de terceira pessoa, as formas *seu/sua/seus/suas*, por apresentarem ambiguidade quanto ao traço formal de pessoa, ora interpretado como segunda, ora, como terceira pessoa, passaram a ser atribuídas pelo falante do PB apenas à segunda pessoa, correspondendo a *você/vocês* e a serem substituídas pelas formas *dele/dela/deles/delas* para indicar a terceira pessoa, correspondendo a *ele/ela*.

Sabe-se que a mudança é aspecto inerente às línguas, já que toda sincronia tem seu lado conservador e seu lado inovador e, de maneira recorrente, uma dessas estratégias

⁹⁰ Para mais detalhes, ver Faraco (1996); Galves (1998)

permanece enquanto a outra se extingue. Por isso, tomando como ponto de partida: i) a afirmação de Ribeiro (1998) de que o português implantado no Brasil dos séculos XVIII e XIX era formado ao menos por duas gramáticas em competição, a primeira atendendo mais ao padrão europeu da época (mais conservador) e a outra com traços mais característicos do país (mais inovador) e, ii) a afirmação de Torres Morais (2011) de que a alta produção de dativos nulos no PB e o uso das formas pronominais plenas seriam inseridas no PB como novas estratégias de retomada anafórica, em substituição do uso dos clíticos, como mostram também os trabalhos de (BERLINCK, 1997; 2001; FREIRE, 2000; 2005), decidi retirar as ocorrências dos não-anafóricos e analisar apenas as ocorrências de dativo anafórico no *corpus*, a fim de checar se o padrão encontrado nas atas reflete uma gramática mais conservadora ou mais inovadora – com a entrada de novas estratégias para expressão do dativo anafórico (cf. Tabela 7).

Tabela 7: O dativo anafórico nas atas do século XIX

	OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA
Clítico	34	13%
DP lexical	78	32%
Pronome lexical	3	1%
Nulos	131	54%
TOTAL	246	100%

Os resultados sobre as formas de expressão do dativo apontam que, do ponto de vista quantitativo, a forma nula é a mais frequente dentre as possibilidades de estratégias de retomada de um correferente anterior, correspondendo a 54% dos dativos. A segunda estratégia de retomada anafórica utilizada nas atas é o DP lexical, com 32% das ocorrências (cf.28). Já a estratégia clítica fica em terceiro lugar, apresentando uma frequência de 13% dos dados (cf. 29). Por último, o pronome lexical corresponde a apenas 1% dos anafóricos (cf. 29).

(28) **Dativo anafórico – DP lexical**

o**Irmão Thezoureiro Atual** tomou conta do que havia como consta do Livro de Inventario a folha 1a. e aSinou do que se fes este termo. [...] Assim como fica aguiado para adita Reuniaõ sepassar aportaria ao **Irmão Thezoureiro** para

aprontar os pertence da Missa Solene danossa Padroeira como marca o Artigo 19, 20, e e 21 do nosso Compromisso, e por está Conforme mandou o Pro-vedor fazer este termo emque eu Joaquim Malaquias de Santa Anna como Secretário atual escrevi eaSignei (JMS, p.281)

(29) **Dativo clítico anafórico**

pedio apalavra u socio **Narcizo** e disse que u Senhor Prezidente, **lhe-dissese** quanto socio tinha pronto (SRF, p.560)

(30) **Pronome lexical dativo anafórico**

a. Thizoureiro mandou o Balanceiti di-Abril i Maio Comtoudos do Cumentos que **pedem aelle**. (JCM, p. 335)

b.Pedindo que a Pencaõ qi sidava a Bermira a Vó da menor Thereza da Solidade que Seja **dada a ella** Vesto a dita menor Esta nu Seu puder (LSS, p.378)

c.O SenhoPresidente Francisco Diogo Ribero **tinha lhi Officiado a elle Vesce Presidente** para a Sumir a Pridencia durante quinze dias pois elle achava duente (LSS, p. 433)

A análise das atas do século XIX revela que a estratégia nula, alternante à forma padrão clítica, mostra-se já em processo de expansão na escrita no português dos afro-brasileiros das atas. Por outro lado, o pronome lexical (*a/para ele/ela*), considerado forma inovadora por Torres Morais (2010) em substituição ao clítico, por sua baixa frequência, ao que tudo indica, parece ainda não estar consolidado no recorte analisado, mas, provavelmente, esteja em momento de implantação no PB, dada a sua ocorrência no *corpus*, ainda que mínima.

Como já discutido anteriormente, o aprendizado da técnica de leitura e escrita dos brasileiros alforriados da *Sociedade Protetora dos Desvalidos* parece não ter ocorrido por vias formais, resultando na possibilidade de haver influência da fala na escrita, como mostra o trecho de Oliveira (2006):

Como se alfabetizaram? Pouco provável, exceto para aqueles professores, que tenha

sido pelos meios formais, porque nem todos os membros da SDP tiveram a ‘sorte’ de Manuel Querino⁹¹ (OLIVEIRA, 2006, p. 196)

Se assim o for, esse aspecto parece importante, já que, dentro desse contexto, as atas são textos propícios a dados que evidenciam o vernáculo dos autores analisados, confirmando a hipótese de Mattos e Silva (2002; 2004) de que textos escritos por africanos e s constituiriam um *corpus* que refletiria os usos do português geral brasileiro.

De um lado, o uso ainda existente dos clíticos de terceira pessoa *lhe/lhes* no *corpus*, mesmo cedendo espaço para os *nulos*, mostra que a gramática do padrão europeu parece ainda ter tido influência, ao menos no que diz respeito à escrita, na gramática dos autores afro-brasileiros das atas. De outro lado, o uso como estratégia de retomada dos nulos, com grande frequência, e dos pronomes lexicais, mesmo com baixa frequência, são evidências da entrada de novas estratégias de dativo anafórico já no século XIX.

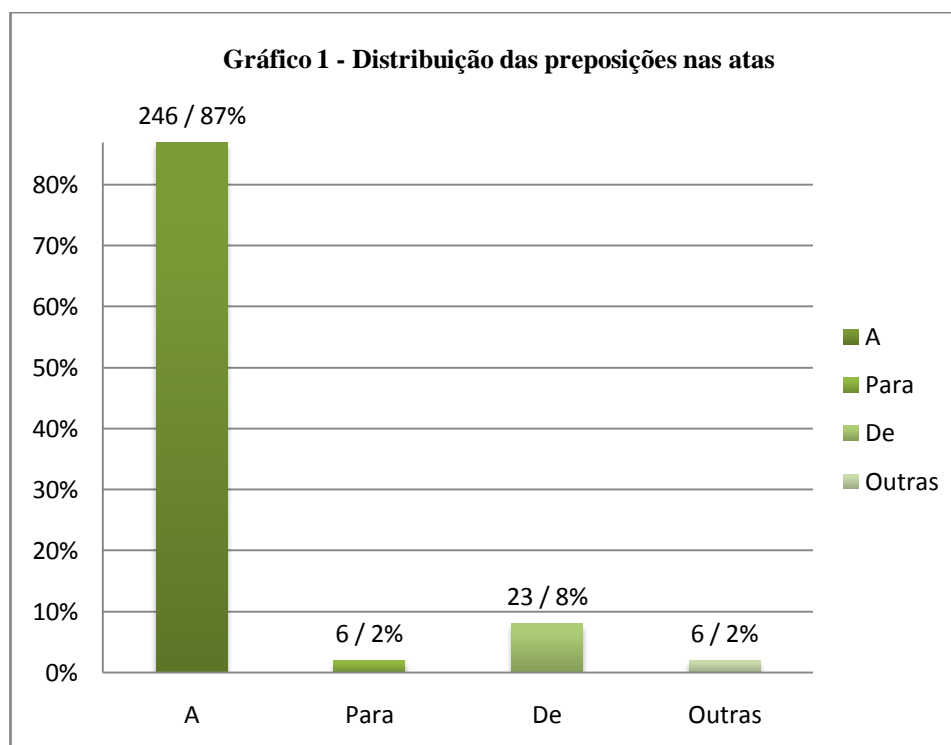
4.4.3 As preposições introdutoras de dativo

Várias pesquisas têm demonstrado que a preposição introdutora de dativos no PB, em construções ditransitivas, ao longo dos anos, vem se submetendo a diversos processos sintáticos que resultam em variação/mudança, até mesmo a sua omissão (SCHER, 1996; TORRES MORAIS, 2007; BERLINCK, 1997; 2001; TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006; MORAIS; SALLES, 2007; BARROS, 2008; LUCHESI; MELLO, 2009; BARROS; RIBEIRO, 2011; CAVALCANTE; BARROS, 2012). Esses estudos observam que há um uso decrescente da preposição *a*, prototípica introdutora de dativos interpretados por *meta* ou *fonte* e um aumento no uso da preposição *para*, principal concorrente do *a*, com dativos interpretados por *meta/beneficiário*, e da preposição *de* com dativos interpretados por *fonte*, além de outras estratégias no mesmo contexto, como apresento a seguir. Essa mudança no uso das preposições tem seu início a partir do século XIX, chegando a exibir um uso dominante e expansivo no estágio atual da língua, conforme aponta o quadro geral das preposições no

⁹¹ “Muito cedo órfão, teve como tutor o Bacharel Manuel Correia Garcia, professor aposentado da Escola Normal, educado na Europa, que o alfabetizou e ainda o fez aprender o ofício de pintor... Posteriormente já no Rio de Janeiro, tendo sido recrutado para a Guerra do Paraguai, recebeu instrução militar; sendo, provável, que, nessa esfera, tenha avançado no seu processo de letramento: não seguiu para a guerra, ficando responsável pela escrita do seu batalhão. Em 1870, retornou à Bahia, onde estudou humanidades no Liceu de Artes e Ofícios, Desenho e Arquitetura, na Academia de Belas-Artes e também frequentou aulas de língua portuguesa dadas por Carneiro Ribeiro”. (LOBO; OLIVEIRA, no prelo, p. 26 apud OLIVEIRA, 2006)

estudo de Gomes (2003a) sobre a fala carioca nos anos 2000⁹², com 88% das preposições *para*, e o estudo de Barros e Ribeiro (2011) que aponta uma frequência de 74% dessa preposição introduzindo dativos. Quanto a isso, Morais e Berlinck (2006) levantam a hipótese de que o PB teria sofrido uma reanálise nas propriedades gramaticais de expressão morfológica do dativo, e, como consequência, passou a apresentar configurações gramaticais diferentes do PE; dentre tais diferenças, está a ampla ocorrência de *para/de* no lugar de *a* com verbos ditransitivos no PB e apenas a ocorrência de *a* no PE. Diante disso, parece razoável investigar nas atas do século XIX se esse processo reflete-se na norma dos afro-brasileiros estudados.

Para analisar as preposições que introduzem dativos nas atas do século XIX, foram selecionadas todas as possibilidades de ocorrências de preposição neste contexto, conforme a distribuição das preposições no gráfico 1. Em seguida à análise do gráfico, limito-me à observação das preposições *a* e *para*, a fim de observar quais contextos teriam favorecido a realização dessas preposições nas atas, dado que no PB atual a preposição *para* é a principal concorrente de *a*.



Na maioria dos resultados encontrados de análises da língua falada no PB atual, a grande concorrente da preposição *a* é a preposição *para* (GOMES, 2003a; BARROS; RIBEIRO, 2011). No dialeto afro-brasileiro de Helvécia-BA, Barros (2008) indica que há um

⁹² O autor estuda o *corpus* do Programa de Estudo do Uso da Língua – PEUL.

predomínio quase categórico da preposição *para* na fala dos mais jovens. O gráfico 1 apresenta dados que em muito se diferem do que se observa nos dados do PB atual: em um universo de 281⁹³ casos de dativos preposicionados, 246 correspondem ao dativo *meta* introduzido por *a*, representando 87% das ocorrências (cf. 31), enquanto os dados de dativo introduzidos por *para* com mesmo valor semântico equivalem a apenas 6 das ocorrências (cf. 32). Sobre as preposições *a* e *para*, retomo a discussão na seção 4.4.3.1 a seguir.

- (31) O Socio Cirne Vossa Excelência devia mostrar estes documentos **atodos os Soçios** para ficar sientie enaõ guar-lhe só para si. (FJT, p. 127)
- (32) Sua entrevenção para que nos mandasse remeter **para Corte** a nossa planta e Orcamento da Caza de Azilio para Sua Magestade o Imperador nos comseder a Sua a Inperial Graça para podermos e dificar, a nossa Caza de Azilio (AJB, p.26)

A preposição *de*, com 23 casos, representando a frequência de 8%, ocorre com verbos de *transferência material*. O que já era previsto, haja vista sua relação estreita com o papel semântico *fonte*, importante nas relações de transferência de posse dos dativos, porque representa o ponto de partida da transferência (cf. 33). Vale ressaltar que, assim como ocorre no PE (TORRES MORAIS, 2007), não foram encontrados casos de alternância entre as preposições *a* e *de* introduzindo dativos *fonte*. Apenas a realização da preposição *de* é possível e está restrita apenas a este contexto verbal. Além do mais, a exclusividade da preposição *de* com dativo *fonte*, nas atas, mostra que há um uso consolidado dessas preposições, apesar da alternância observada no PE, conforme (33).

- (33) a.**Recebendo do Ilustríssimo Senhores Porvedor da Santa Caza** hum oufficio Convidando esta Prizidenci para no dia 22 de Abril me a chaçe na quella secrtaria (AJB, p.18)
- b. Eficou autorizado onosso Secretário para escrever anossa Irmam Fiscal para essa Receber **das Irmãs** os seus mençaés, (JMS, p. 273)

⁹³ O total de DP's dativos realizados foneticamente encontrados no *corpus* é de 335; no entanto, foram excluídas da tabela as 54 ocorrências de clíticos, por se tratarem de uma variante não preposicionada.

É importante mencionar ainda que, nas atas analisadas, os dativos preposicionados por *de* apresentam uma interpretação ambígua, podendo ser interpretado como *fonte* ou como *possuidor*. Os exemplos (34a-b) elucidam este fato.

(34) a. Faltando 1º Secretario por si acha duente não tendo o Concelho **recebido resposta do thizorero** (LSS, p. 369)

b. e tambem esta **recebendo as fintas dos nossos Irmão** enaõ se findou o Inuentario por naõ Comparicer o Irmão Ex Tizoreiro Francisco de Borgis Xauier (AAC, p. 5)

Nos exemplos (34a-b), com o verbo “receber”, manifesta-se a ambiguidade na interpretação da função semântica que o complemento dativo (ou genitivo) exhibe. Não se sabe se “a resposta do thizorero” e “as fintas dos nossos Irmão” expressam uma relação de posse em direção oposta, sendo interpretado como *fonte* ou se é interpretado como possuidor DP tema, sendo interpretado como possuidor. Vale lembrar que, quanto a isso, Torres Morais (2007, p.98) comenta que “com o argumento dativo *fonte*, o que está em jogo é um fator de natureza pragmática, ao lado do fator puramente semântico”, isto é, a interpretação semântica de *fonte* implica, de certa forma, uma relação de posse e vice-versa. É muito provável que essa relação pragmática tenha desencadeado a reinterpretação da preposição *de* como introdutora de dativos *fonte* no lugar do *a*, já que ambas as interpretações são bem próximas.

Nas atas, há duas estratégias para desconsiderar a ambiguidade. A primeira forma, como em (33), em que o dativo *fonte* aparece imediatamente adjungido ao verbo. O deslocamento do dativo para a posição não marcada deixa evidente que o de-DP não forma constituinte com o DP tema na sentença. A segunda é a expressão “em mão de”, que parece ser um recurso necessário como estratégia para eliminar a ambiguidade entre *possuidor* e *fonte* do papel semântico do dativo, porque mantém apenas um dos sentidos, o de *fonte*, conforme (35). Vale ressaltar que essas expressões foram quantificadas como *outras* preposições, dado sua natureza gramaticalizada.

(35) porque comprou o Archivo **em mão do ex-thesoureiro**; (FSF, p. 216)

A expressão “em mão de” em (35) não denota sentido literal de “comprar algo que o ex-tesoureiro estivesse efetivamente segurando nas mãos”, mas algo que pertence a ele e ele

deixou à venda.

A frequência de *outras* preposições apresentadas, como aquela apresentada em (35) anteriormente, representa 2% das preposições observadas, totalizando 6 ocorrências: duas ocorrências com dativo *meta* com verbos de *transferência material* (cf. 35, 36); uma ocorrência com verbos de *movimento físico* (cf. 37) com o verbo “levar”, outras duas ocorrências com dativos em contexto de *transferência verbal* (cf. 38a-b) com o verbo “falar”, e outra ocorrência com *movimento abstrato* (cf. 39).

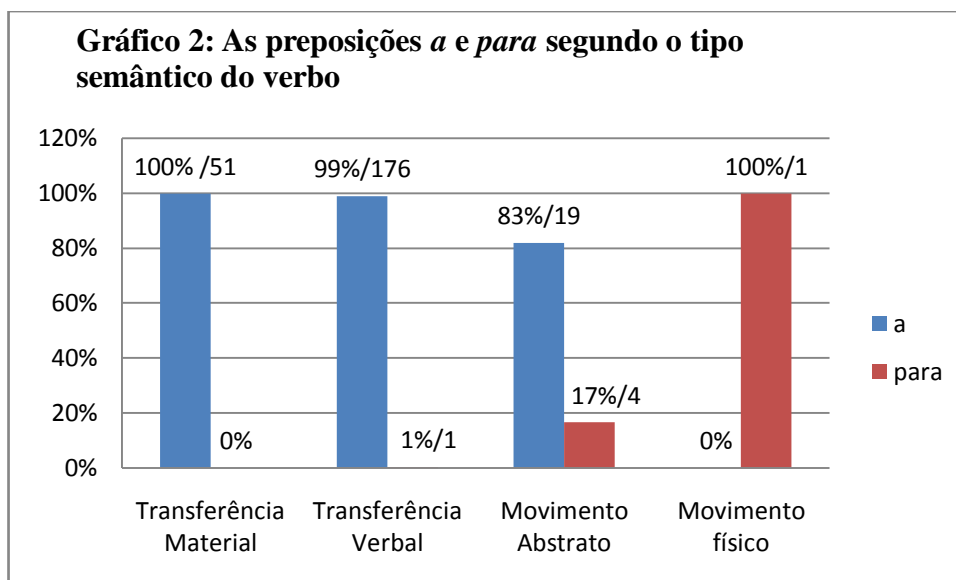
- (36) que elle a deo quando as *entregou*-nas **em mão-os di Vossa Senhoria**
- (37) *le-valo* **a the** a Sepertura
- (38) a.depois de lido o Sitado artigo disse elle Socio que ja tinha *falado* **com o Mestre pedreiro**, o Senhor Portugal para aproveitar os andames e concertar o telhado
- b. porque hum destes dias eu *fala-ndo* **com elle**
- (39) o que aSociedade nada tinha com as familias dos Soçios e sim com os mesmo *trazendo assim discordia* **para com oSoçio** presente porque entendia que sua familia tinha direito a socorros em vida delles

Apesar das poucas ocorrências, os exemplos em (26-30) revelam que a diminuição gradual de *a* no PB, sobretudo a partir do século XIX (TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006) vem sendo acompanhada pelo uso de outras estratégias, sobretudo do emprego de *para*, conforme discuto adiante.

4.4.3.1 As preposições *a* e *para* e o contexto semântico

Quanto ao uso das preposições *a* e *para*, Berlinck (2009) pressupõe que o PB teria passado por uma mudança na expressão da preposição dativa que segue ao princípio da gramaticalização, que parte de um contexto concreto para um abstrato, como proposto por Neves (1997 apud BERLINCK, 2009). Observando o percurso das preposições *a*, *para* e *em* introduzindo dativos *meta* e complementos locativos, a autora mostra que tanto o caráter semântico do dativo quanto o tipo semântico do verbo são fatores determinantes para a

definição do contexto em que essas preposições ocorrem. Busco definir, então, guiando-me pela autora, quais os *contextos semânticos* traçam o caminho dessas preposições no *corpus* analisado, como se confere, a seguir, no Gráfico 2, em que apresento o quadro distribucional dessas preposições em relação ao tipo semântico do verbo. Além disso, as tabelas 8-10, ao longo do texto, apresentam as preposições *a* e *para*, segundo o tipo semântico do verbo e a natureza semântica do dativo. Vale ressaltar que foram incluídos, dentre as ocorrências com traço [humano], os casos de dativo que indicavam também uma noção de grupo institucional, como “sociedade”, “conselho”, “mesa”, etc., pelo fato de que tais noções também envolvem traço [humano], conforme discuto na seção 2.3.2.



Os dativos preposicionados por *a* com função semântica de *meta* são predominantes em todo o *corpus*. Como era de se esperar, ocorre com a maior frequência em quase todos os contextos, com exceção do predicador que denota *movimento físico*, em que não há realização da preposição *a*. A preposição *a* possui frequência quase categórica em relação a *para* com os verbos de *transferência verbal* (cf. 40a-d), com 99%; ocorre também com 83% dos verbos de *movimento abstrato* (cf. 41) e com 100% de verbos de *transferência material* (cf. 42).

- (40) a.Sua entrada prestou juramento na forma da lei, feito este trabalho **declarou**, o Senhor Presidente **ao Conselho** que tinha mandado Chamar O Socio Martinianno da Silva Arauja para vim responder por Sua iputeca e não Conpareceu (AJB, p. 86)

b. pediu a palavra usocio Severiano *perguntou*, **au Senhor Presidente** se elle só que erá da comissão para Responder (SFR, p.561)

c. lida acta antreou foi ap-rovada *aprezentou* o Senhor **ao Corpo da Sociedade** (AJB, p. 75)

d. pediu a palavra u socio Caetano e *disse* **au Senhor Presidente**, que uSenhor Tezoreiro quizesse Fallar que puzesse outro em seo Lugar para não ser humacAnarquia para não se dizerem que usocio Vem- desmoralizar A Prezidencia e bom chamar [p2] Abem da Ordem para poder. Fazer o Trabalho, u Senhor (SFR, p.361)

(41) Vestio o estado i tambem conhecia O Senhor Polyicapio Augusto de Carvalho *mandu* m Officio **a este Concelho** para Ser adimidido Como Socio desta Sociedade (LSS, p. 439)

(42) mandou o Senhor Prizidente *passar* huma autorizacaõ **ao Senhor Thezore[iro]** para hir as caxas receber os dividendo e tambem meter na caxa a quantia de 100\$000 por diliberacaõ da Semblea Gera<l> (AJB, p.39)

É válido ressaltar que, em se tratando dos verbos de *transferência material*, os dados mostram que a preposição *a* ocorre tanto com traço [humano] (cf. 43a-b) quanto com traço [concreto] (cf. 44a-b). Com 92% dos casos, é mais recorrente com o traço [humano]. Apesar de ter havido uma busca por *para* com esse tipo semântico de verbo, não foi encontrado nenhum caso, conforme se verifica na Tabela 8:

Tabela 8: Distribuição das preposições por tipo semântico do predicador e natureza semântica do dativo

Transferência Material		A
		<i>Ocor./%</i>
	[humano]	47/92
	[concreto]	4/8
	Total:	51/100

- (43) a. submete o requeri- mento do socio Felipe Benicio a votos, é regeitado, pedindo elle, que se mencionasse na acta, que elle votou contra estes poderes, **dado ao presidente d'Assemblea.** (FSF, p.238)
- (44) a. isteivi presenti Senhor ex thizoreiro Sivirianno Pedro da Silva aufim di fazer **entrega** da quantia di duzentos milres **au Directorio** para fazer fasia di-ferenca encontrada; nas contas (JCB, p.327)
- b.o Senhor Amancio Seixas, explicando a razão, porque **metteu** uma emenda **ao paragrapho 6º**, do artigo 40º (FSF, p.231)
- c. então poderá ser **reco-lhido a o Hospital** (MJE, p.500)

No que se refere à realização das preposições *a* e *para*, esse quadro se opõe fortemente ao que se observa nos anúncios de jornais paulistas e de peças teatrais do século XIX analisados por Berlinck (2001): enquanto no PB dos afro-brasileiros analisados, o uso de *a* é categórico com verbos de *transferência material* em relação a *para*, conforme se verifica na tabela 8, nos dados da autora, há “grande variação entre as preposições” (BERLINCK, 2001, p.167).

Considerando que esse tipo de verbo envolve quase sempre um dativo com traço [humano], a observação das preposições nas atas aponta que, no que se refere ao contexto semântico, no percurso do processo de substituição de *a* por *para*, a preposição *para* ainda não havia se expandido totalmente para o contexto que envolve a noção de *transferência material*, ocorrendo principalmente em contextos de *movimento*, como mostro adiante.

Embora correspondam a apenas 6 ocorrências, o cálculo percentual dos dativos preposicionados por *para* aponta uma maior frequência principalmente com verbos de *movimento*, com 17% em verbos de *movimento abstrato*, correspondente a 4 do total de 24 ocorrências com traço [humano] nestes contextos (cf. 45a-d) e 1 de 2 ocorrências de dativos preposicionados com verbos de *movimento físico* (cf. 46), com traço [locativo], além de 1 ocorrência de *para* do total de 176 dativos preposicionados com verbos de *transferência verbal* (cf. 47)⁹⁴ com traço [humano]. Nos exemplos em (38-40), a preposição *para* introduz complementos com papel temático de *meta*.

⁹⁴ Por sua baixa ocorrência no *corpus*, esses mesmos exemplos com *para* são usados em outras análises.

(45) a. pedindo que se distribuisse pelos socios os exemplares do projecto dos estatutos, Senhor Vice-presidente respondeu que isso não podia fazer por que **trazia muita despeza e para a Sociedade** (FB, p. 202)

b. Cujo Riquirimentos fourão **Rimitidos para dita Commi<ção> disindicança** (JCM, p. 303)

c. Sua entrevenção para que nos mandasse **remeter para Corte** a nossa planta e Orcamento da Caza de Azilio para Sua Magestade o Imperador nos comseder a Sua a Inperial Graça para podermos e dificar, a nossa Caza de Azilio (AJB, p.26)

d. o Senhor presidente não **concedeu** a dispensa da leitura, visto haver necessidade da leitura da lei, **para muito Senhores Socios** que se achavam presentes (FSF, p. 220)

(46) e disse mais o Senhor Prezidente O Senhor Primo pode **levar para qualquer tribunal** que hade Cair (AJB, p. 100)

(47) e mandando ler o artigo 37 disse que a lei mandava fazer a graça ao Socio que estevese notado e **disse para a Senblea** O Senhor que forem do voto que dei, a graca (AJB, p.73)

Essa frequência de ocorrências com a preposição *para*, apesar do número reduzido, fornece um indício do contexto semântico em que o percurso de *para* teria iniciado até atingir uma alta frequência com verbos de *movimento* em dias atuais, tendo em vista os resultados dos estudos sobre o dativo em dados de língua falada no PB atual (GOMES, 2003a). A Tabela 9 mostra a distribuição de *a* e *para* com verbos de *movimento* (físico e abstrato).

Tabela 9: Distribuição das preposições por tipo semântico do predicador e natureza semântica do dativo

Movimento		<i>a</i>	<i>Para</i>
		<i>Ocor./%</i>	<i>Ocor./%</i>
	[humano]	18/ 95	4/ 80
	[concreto/locativo]	1/5	1/20

| **Total:** | **19** | **4**

Da análise da tabela 9, pode-se depreender que, no contexto semântico dos verbos de *movimento abstrato*: a preposição *a* ocorre com 95% dos dativos de traço [humano] e as 4 ocorrências de *para* introduzem dativos com traço [humano]. Com o traço [concreto] houve apenas uma ocorrência com *para* com verbo de *movimento físico* (cf. 46) e uma ocorrência com *a* em verbo de *movimento abstrato* (cf.41).

Esse resultado se assemelha ao que se observa nos dados de Berlinck (2001), em que, no período oitocentista, a autora verifica a presença da preposição *para* com os verbos de *movimento*, mas uma alta frequência de *a* em vez de *para* com verbos de *transferência verbal*, pelo fato de haver uma relação bastante estreita entre a preposição *a* com o traço [humano], como na Tabela 10, a seguir. A autora mostra também que os verbos de *movimento* são diferentes dos verbos de *transferência verbal*, porque os primeiros possuem um sentido básico de movimento concreto, físico, enquanto nos segundos, o movimento se dá de maneira metafórica, abstrata.

Tabela 10: Distribuição das preposições por tipo semântico do predador e natureza semântica do dativo

Transferência verbal/perceptual		<i>a</i>	<i>para</i>
		Ocor./%	Ocor./%
	[humano]	176/100	1/100
	[concreto]	0/0	0/0
Total:	176/99	1/1	

Na tabela acima, há um uso quase categórico da preposição *a* com verbos de *transferência verbal/perceptual* em relação ao uso de *para*, com 100% dos casos com dativos com traço [humano] (cf.40a-d). Já com a preposição *para*, há apenas uma ocorrência com traço [humano] no *corpus* (cf. 45d). Quanto a isso, Berlinck (2001) sugere que a realização de *para* em contextos de verbos de *transferência verbal/perceptual* no século XIX é um indício de sua expansão na língua, porque mostra o uso dessa preposição em um contexto mais abstrato, conforme impõe o princípio de gramaticalização assumido pela autora, como será discutido a seguir.

A comparação dos resultados encontrados nas atas e nos dados de Berlinck (2001)

com os resultados das análises de língua falada no PB atual mostra que esse quadro muda drasticamente: a preposição *para* passa a ser predominante em contextos de verbos de *transferência verbal/perceptual* em detrimento de *a* (GOMES, 2003a; BARROS; RIBEIRO, 2011), sugerindo que, apesar da resistência da variante prestigiada ao longo do tempo, sobretudo em uso formal, a preposição *a* tem perdido espaço se comparada à preposição *para*, no que concerne aos dias atuais.

Conforme mencionado no início desta seção, para explicar como a preposição *para* se tornou alternante principal da preposição *a*, como no PB popular atual, Berlinck (2009) parte do pressuposto de que a substituição de *a* por *para* obedece ao princípio do processo de gramaticalização, em que a mudança se dá do concreto para o abstrato (NEVES, 1997 apud BERLINCK, 2009), conforme afirma a autora:

A partir disso e dos resultados obtidos no presente estudo, é possível considerar que o percurso do processo de substituição de **a** por **para** atende a um dos princípios gerais dos processos de gramaticalização – de que a mudança se dá do *concreto* para o *abstrato* (NEVES, 1997, p. 131). Ou seja, ela se inicia em contextos que exprimem situações concretas (predicadores que exprimem movimentos físicos, que têm como meta lugares concretos):

- (i) passa a situações em que se denota um movimento físico, mas em que a meta se transmuta num destinatário humano. Isso implicaria em um grau maior de abstração, porque associa ao movimento uma idéia de transmissão de posse;
- (ii) atinge contextos em que a combinação dos argumentos do predicador leva a uma interpretação abstrata de movimento, tendo um ‘objeto’ abstrato a ser transferido e / ou uma meta abstrata a ser alcançada. (BERLINCK, 2009, p. 299)⁹⁵

Como se observa nos dados apresentados, a preposição *para* aparece apenas uma vez em contexto concreto, com verbo de *movimento físico* e dativo com traço [locativo], quatro vezes em contextos de verbos de *movimento abstrato* e dativo com traço semântico [humano] e uma vez em contextos de verbos de *transferência verbal/perceptual* com dativo com traço [humano], contexto quase exclusivo da preposição *a*. Se o raciocínio de Berlinck for verdadeiro, então, esses resultados são indícios de que, apesar das poucas ocorrências, o uso da preposição *para* nas atas pode representar o estágio intermediário do processo de gramaticalização, isto é, um nível que ainda não tinha alcançado amplamente todos os contextos em que se realiza a preposição *a*, mas que já se encontrava presente no comportamento linguístico de alguns deles. Além disso, levando em consideração o fato de que as atas correspondem a registros escritos de indivíduos sem escolarização formal e de que o perfil dos autores responsáveis pelas 6 ocorrências de *para* no *corpus* corresponde à faixa

⁹⁵ Grifos da autora.

etária entre 25-35 anos⁹⁶, a hipótese é que o uso da preposição *para* nos contextos aqui identificados poderia ser muito mais frequente na fala dos afro-brasileiros das atas, dado o caráter inovador da preposição *para*.

4.4.3.2 Para em contextos de finalidade

Um aspecto muito importante a ser comentado aqui é o caso da preposição *para* nas atas em outros contextos, exibindo função semântica distinta de *meta* como ocorre nos exemplos em (45-47). *Para* aparece introduzindo *benefactivos*, como em (48), e DPs com valor de *finalidade*, como em (49). Apesar de não terem sido incluídas no cômputo geral das preposições, são 22 ocorrências de *para* com valor de *finalidade* e apenas 2 casos em uma mesma ocorrência com valor de *benefactivo*, como se confere a seguir.

- (48) Pidio aparava o Socio Manoel Leonardo idisse Senhores eu apresenter este projeto não hé **para mim** só He **para todos**. hé por que o dinheiro da Lotaria pococo rende <nozitabalicimento> Porque u dinheiro da Lotaria uguverno pode lancal amaõ nelle (MAC, p. 455)
- (49) a. i que hele lirespondeo que levase u contrato **para he le ver** (MLF, p.519)
- b. a segunda dizia que por forma alguma não dava seu filhos **para pessoa alguma educar** (AJB, p. 14)
- c. numiou O Senhor Prizidente 1 Comicaõ de 3 Socios Os Senhor Narciso Francisco Ancelno Cosme da Virgem para irrem a Sua Excelência o Senhor Dezenbra-gador Prizidente desta provincia levarem o livro **para este dicto Senhor Se assignar** (AJB, p. 49)
- d. Apresentou-se o Senhor Damazio em nome de sua irmão a Senhora, enquelina da Loja ao Cruzeiro de São Francisco, **pedindo para o Conselho lhe fazer** um abatimento no aluguel (FB, p.176)

⁹⁶ Oliveira (2006, p. 206) informa que Antônio José Bracete é natural da Bahia, solteiro, 20 anos e oficial de marceneiro; Felipe Benício é natural desta cidade, crioulo, solteiro, 32 anos e carpinteiro; Florêncio da Silva Friandes é brasileiro, de cor preta, solteiro, 27 anos, marceneiro; e Júlio Capitolino da Boa Morte é natural da Bahia, casado, 25 anos e carapina.

e. Sua entrevenção para que nos mandasse **Remeter** para Corte a nossa planta e Orcamento da Caza de Azilio **para Sua Magestade o Imperador nos comseder** a Sua a Inperial Graça para podermos Te dificar (AJB, p. 23)

f. O Senhor Presidente **de Claru para esta Comicao apresenta** a te o dia 30 de Julho de 1887 (LSS, p. 417)

g. fourão apresentado 7 Riquirimentos sendo 6 aprovado i um para Commição di Sindicança 1°. Senhor João Antonio di oLiveira 2°. Massimianno José do Sacramento 3°. Alichadri Migel di Araujo 4 Fransisco Xavier di Sá Ribeiro 5°. Paulino Antonio Batista 6°. Antonio Apolinario Dias foi **Rimitido para sindicância** (JCB, p.350)

h. Ser aprovado na primeira reuniaõ da Senbrea Jeral foi **offerecido** pelo 1° Secretario 2 Livro em branco **para Socorro dos Socio** (LSS, p. 374)

i. acreceu de m ais que representando o nosso Irmão Provedor que nos Careçimos de sertos aranjos para o nosso uzo que nos tendo de tirar a sorte para dar hu Prato pra o Brinde no dia da Missa da nossa Padroeira que seria bom deixar de **dar** esse prato por dois annos e dess-emo nos todos sinco tustoes **para esse aran-ranjos** (FPF, p. 164)

j. Careçimos de sertos aranjos para o nosso uzo que nos tendo de tirar a sorte para **dar** hu Prato **para o Brinde no dia da Missa da nossa Padroeira** (FPF, p. 162)

No exemplo em (48), há uma ocorrência de *para* introduzindo elementos com interpretação de *beneficiário*. Note que, em ambos os casos, “para mim” e “para todos” possuem o traço [humano], o que remete à ideia de que este contexto também teria sido um dos contextos favoráveis à reanálise no PB de *para* como introdutor de dativos com natureza semântica [humano].

Conforme se verifica em (49), a preposição *para* introduz elementos com valor de *finalidade*, ora introduzindo sentenças infinitivas (para+INF) (cf. 42a-f), ora ocorrendo com

DPs com traço semântico [humano] (cf. 49g-h) e [concreto] (cf. 49i-j).

Apesar de não apresentar as sentenças infinitivas, os exemplos em (49g-j) possuem um valor *final*, porque em todos os casos a interpretação *default* é de “para x fazer y”, tal como ocorre nos exemplos (49a-f). Retomo os exemplos a seguir em (50), buscando esclarecer meu ponto de vista.

- (50) a. fourão apresentado 7 Riquirimentos sendo 6 aprovado i um para Commissão di Sindicança 1°. Senhor João Antonio di oLiveira 2°. Massimianno José do Sacramento 3°. Alichadri Migel di Araujo 4 Fransisco Xavier di Sá Ribeiro 5°. Paulino Antonio Batista 6°. Antonio Apolinario Dias foi Rimitido **para** [COMISSÃO DE] **sindicância** [AVALIAR/SINDICAR OS REQUERIMENTOS] (JCB, p.350)
- b. acreceu de mais que rerezentando o nosso Irmão Provedor que nos Careçimos de sertos aranjos para o nosso uzo que nos tendo de tirar a sorte para dar hu Prato pra o Brinde no dia da Missa da nossa Padroeira que seria bom deixar de dar esse prato por dois annos e dess-emo nos todos sinco tustoes **para** [X COMPRAR] **esse aran-ranjos** (FPF, p. 164)

Ocorre que, nos dois casos, a interpretação pode ser recuperada pelas “pistas” que o discurso disponibiliza, partindo de uma interpretação fornecida pela pragmática. Em (50a), a interpretação de finalidade é subtendida, já que os documentos em questão passarão por um processo de avaliação, dado que “sindicância” expressa uma ação indicada pelo sufixo formador de substantivos abstratos “-ânci” e, por esse motivo, é possível prevê um agente da ação de “sindicar” ainda que não esteja expresso na superfície da sentença. Em (50b), a interpretação é recuperada pela sentença “dess-emo nos todos sinco tustoes”. A menção ao dinheiro atrelada a um objeto “arranjos”, deixa subtendido o verbo “comprar”.

Com a observação desses dados, a hipótese que se levanta é a de que, nas atas dos afro-brasileiros, a reinterpretação de *para* como *meta* é proveniente de contextos de *finalidade* como estes apresentados. Oliveira (2003), que também observou esse fenômeno, monta um esquema de gramaticalização da preposição *para* da seguinte forma:

para+S >para+DEVERBAL>para+N[-animado]>para+N[+animado]

A autora propõe que o uso da preposição *para* teria se expandido para as sentenças com deverbais e a interpretação desses itens nominais deverbais conduziu à ampliação do uso da preposição com outros elementos nominais, primeiramente com [-animado], depois sendo reinterpretado como [+animado], com papel semântico de *meta*.

Diferentemente da autora, proponho que esse processo de reanálise da interpretação de *para* como introdutor de elementos com traço [humano] não ocorreu de forma sequencial, mas devido à redução da sentença a um DP em dois processos sintáticos distintos: i) nominalização do verbo, passando a ser um deverbal, em que sua realização é suficiente para a interpretação de finalidade; ii) não realização fonológica da raiz verbal da sentença encaixada, quando isto ocorre, fica explícito como complemento de *para* o sujeito da sentença encaixada ou objeto direto dessa sentença. Tendo isso em vista, a hipótese é a de que, quando esses fenômenos ocorrem em sentenças ditransitivas em que já existe um requerimento de um DP dativo, o DP realizado fonologicamente da sentença encaixada, sujeito ou objeto, ou o deverbal, é reanalisado como o próprio DP dativo. Assim, uma estrutura ditransitiva que exibe uma sequência como “z entrega h para x fazer y” (cf. 50a-d) é reinterpretada como *meta* na sequência “z entrega h para x” (cf. 46-48).

A minha proposta é que a preposição *para* passou a introduzir dativos com traço [humano] partindo das sentenças infinitivas com valor de finalidade, como nos exemplos em (42a-f), através de um processo de redução pela não realização fonológica da raiz verbal, deixando explícito apenas o sujeito *agente* com traço [humano] como complemento de *para* em construções ditransitivas, sendo reinterpretado como *meta*. Para exemplo empírico desse processo, observou-se a realização da preposição *para* com o verbo de *movimento abstrato* “remeter”, em que as sentenças em (45b), repetida como (51a), seriam resultado de uma estrutura como (49e), repetida como (51b).

(51) a. Cujo Riquirimentos fourão *Rimitidos* para [DP dita Commi<ção> disindicança] (JCM, p. 303)

b. Sua entrevenção para que nos mandasse *Remeter* para Corte a nossa planta e Orcamento da Caza de Azilio para [S [DP suj. Sua Magestade o Imperador][DP DAT nos]comseder[DPacca Sua a Inperial Graça]] para podermos Te dificar (AJB, p. 23)

Já o caso das sentenças em (49g-h), o processo seria distinto, nos termos de Oliveira (2003): a sentença seria originada a partir de um valor de *finalidade* em sentenças infinitivas gerando um deverbal da forma a seguir em (52).

(52) Foi *offerecido* pelo 1º Secretario 2 Livro em branco...

...para **Socorrer** os Socio → ...para **Socorro** dos Socio

De maneira semelhante ao exemplo em (49a-b), no exemplo em (49i-j), a raiz de VP também não é realizada fonologicamente, mas, dessa vez, deixa explícito o objeto direto “esse aran-ranjos” e “o Brinde no dia da Missa da nossa Padroeira”, com traço [concreto].

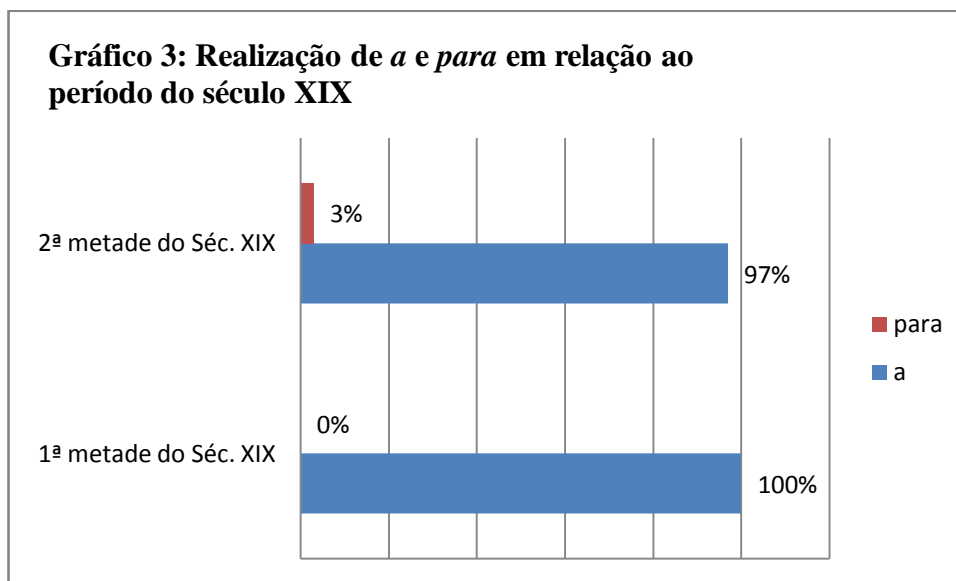
4.4.3.2 As preposições *a* e *para* e o período histórico

Os dados analisados por Berlinck (2001) em *corpus* do século XVIII apontam um uso quase categórico da preposição *a* em quase todos os contextos. Já em relação à preposição *para*, além do uso ser menos frequente, realizava-se normalmente em contextos em que os dativos exibiam traço [-animado] e, de acordo com os estudos de Berlinck (2000, 2001), até o final do século XIX, o emprego do *para* não ultrapassava 10,5%. Morais e Berlinck (2006) comentam ainda que esse quadro não muda nos dados encontrados por Berlinck (2000), em peças de teatro do século XIX, ainda com a predominância da preposição *a*.

Observando os dados de Gomes (2003), BERLINCK (2009) comenta que há uma diminuição progressiva da frequência da preposição *a* no PB e aumento da preposição *para* no decorrer século XX. Gomes (2003) mostra que a fala carioca apresenta o domínio de *para* com 88% com verbos de *transferência material* e 84% para os verbos de *transferência verbal*, e também Berlinck (2000), em seu estudo da fala curitibana, mostra que há 93% de *para* introduzindo dativos em todos os contextos. Outro estudo sobre o tema no século XX é o de Barros e Ribeiro (2011) que, analisando o português rural de s da comunidade de Helvécia, observam que são os falantes acima de 60 anos os principais responsáveis por preservar a preposição *a*, enquanto os mais jovens usam predominantemente o dativo com *para*, apresentando uma frequência de 91%. Esse percurso histórico mostra que, embora a preposição *para* já esteja disponível no período oitocentista, é no século XX que a preposição *para* viria a se fixar.

Dadas as contribuições desses estudos históricos do dativo, observo a seguir a realização das preposições *a* e *para* nas atas dos afro-brasileiros no século XIX, conforme

mostra o Gráfico 3.



De modo semelhante ao resultado encontrado por Berlinck (2000, 2001), as atas escritas por afro-brasileiros nos século XIX apresentam o mesmo padrão: o uso expandido e generalizado da preposição *a* e a baixa ocorrência da preposição *para*. Apenas na 2ª metade do século XIX, registra-se baixa frequência de dativos introduzidos por *para*, correspondendo a 3% das ocorrências.

Com base no que foi dito, a análise das atas de afro-brasileiros do século XIX revela que as preposições *a* e *para* ainda não são plenamente correlatas e se apresentam em um estágio rudimentar de co-ocorrência, em contextos bem restritos, dado que, além do número reduzido de casos de *para* encontrados na presente pesquisa, na maior parte dos dados sua expressão é bem distinta nos diferentes contextos verbais e semânticos. Entretanto, considerando ser o *corpus* ora em análise um texto escrito e sabendo que um processo de mudança começa na fala e atinge a escrita apenas quando se encontra em um estágio evolutivo avançado, a hipótese é a de que, no vernáculo dos autores das atas, a preposição *para* já estaria passando por uma fase de implantação como estratégia inovadora de introdução dos DP dativos.

Outro fato que chama atenção é a grande recorrência da preposição *a* nas atas em relação às demais variantes, pois, ao contrário do que se tem no *corpus*, a hipótese, *a priori*, no projeto desta dissertação, era encontrar nos dados um padrão mais próximo à realidade da fala popular brasileira atual, tendo em vista que o PB é resultante do contato entre línguas (LUCCHESI, 2009a), como também comentam Cavalcante e Figueiredo (2009) em sua

análise das atas dos africanos do mesmo século.

[...] uma vez que a expectativa é que a aquisição irregular da língua por parte dos autores africanos conduza a um maior favorecimento de PARA, fonologicamente mais saliente. Ou seja, a hipótese prevê justamente que o incremento de PARA registrado no Português Brasileiro tenha se iniciado entre os falantes mais fortemente influenciados pelo contato linguístico (CAVALCANTE; FIGUEIREDO, 2009, p. 129)⁹⁷.

No entanto, o resultado do levantamento dos dados prova justamente o contrário: a preposição *a*, variante prestigiada, é a mais frequente em todo o *corpus*, enquanto as outras, inclusive *para* – principal concorrente no PB atual – ocorrem com percentuais bem reduzidos. Como explicar, então, esse quadro? São duas formas de analisar o fenômeno, conforme apontam Cavalcante e Figueiredo (2009): i) ou a alta frequência da preposição *a* é reflexo fiel do vernáculo dos autores, que exhibe uma configuração sintática do dativo cujos requisitos são próprios da gramática do padrão europeu, ii) ou na hipótese de existir outras preposições concorrentes no vernáculo desses afro-brasileiros, como a preposição *para*, por exemplo, por se tratar de um texto mais formal, havia uma preocupação em se usar a preposição *a* por ser a forma normativa/prestigiada, inibindo a ocorrência de qualquer outra preposição em mesmo contexto.

Compreendendo a língua como resultado de um processo sócio-histórico, assumo a segunda hipótese, tendo em vista dois principais aspectos discutidos por Mattos e Silva (2004): i) correspondendo a 60% da população do Brasil entre os séculos XVII e XIX, os africanos e afro-brasileiros tiveram que aprender a língua do colonizador por um processo de transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2009a) e, por isso, conforme defende a autora, são candidatos em potencial a assumir a responsabilidade de ter difundido o português que deu origem ao que é conhecido hoje como português popular (nos termos da autora); ii) a escolarização no século XIX, sobretudo com a aplicação da reforma pombalina na implementação das escolas no Brasil e a chegada da família real em 1808 foram fatores favoráveis ao processo de normatização do português padrão europeu como norma prestigiada no Brasil. É importante mencionar que, a respeito da inserção dos afro-brasileiros nesse processo educacional, a autora diz:

Outro aspecto linguístico diz respeito ao avanço da norma padrão lusitanizante, não só pelo crescimento da escolarização do século XIX, mas também decorrente de que, depois da abolição da escravidão, africanos e afro-brasileiros puderam chegar à escola, antes proibida aos escravos. No censo de 1872, 99,9% dos escravos seriam

⁹⁷ Grifos dos autores.

analfabetos (FAUSTO, 1994:137), crescendo assim a população escolarizável. (MATTOS E SILVA, 2004, p.132)

Apesar do fato apontado por Mattos e Silva (2004), é importante deixar claro que nem sempre a educação formal para os afro-brasileiros foi eficaz. Historiadores têm mostrado que eram os brancos que compunham uma maioria de alunos que frequentavam o ensino acima do nível elementar; por outro lado, as primeiras letras eram frequentadas em sua maioria por negros. A educação dos afrodescendentes tinha por objetivo prepará-los para o trabalho, educação moral e religiosa, limitando-os ao processo de aprendizado da cultura de leitura e escrita, pois, do contrário, comprometeria sua função produtiva (FONSECA, 2002 apud PASSOS, 2012; VEIGA, 2008 apud PASSOS, 2012; PASSOS, 2012).

Dados tais pressupostos, é possível afirmar que, se, por um lado, a preferência pelo uso de *a* pode ter sido decorrente da interferência do prestígio da norma padrão lusitana na escrita dos autores das atas analisadas, considerando a onda normativizadora da época e significativo aumento dos brancos portugueses ou luso-descendentes na segunda metade do século XIX e o contexto de escolarização na época, ainda que precário; por outro lado, existe o fato de que a aquisição da língua por parte dos afro-brasileiros ocorreu sob um processo de transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2009a) e, por serem os precursores da mudança de configuração sintática na variedade do PB atual (ex. a próclise, o pronome lembrete, etc.), como defende Mattos e Silva (2004), tendem a fornecer dados referentes às variantes inovadoras em detrimento da conservadora. Tais lados parecem muito díspares para se chegar a uma conclusão; entretanto, esse quadro apenas reflete o contexto sócio-histórico do período oitocentista. A minha hipótese é a de que, em vista dos dados analisados, o PB afro das atas é reflexo dos dois lados da moeda: pelo fato de a escrita apresentar sinalizações sobre os aspectos inovadores da língua, há certa interferência da fala na escrita, haja vista o baixo grau de escolarização, e por se tratar de um texto mais formal, possui uma tendência em haver preocupação sobre essa norma. Ao que tudo indica, era o nível de letramento, entenda-se consciência de leitura e escrita (ROJO, 2004), de cada autor das atas que determinaria a maior ou menor interferência da norma padrão lusitana. Para uma análise mais apurada, o ideal seria determinar em que nível de letramento cada um dos autores estudados estaria enquadrado, entretanto isto não estaria dentro dos limites desta dissertação.

Diante disso, assumo que a preposição *a*, embora faça parte do vernáculo dos autores das atas, dado o contato com a população europeia presente no Brasil neste período, seu uso é potencializado pela preocupação com o uso da norma de prestígio; além disso, assumo também que os poucos casos de *para* com dativos no *corpus* ocorrem devido a essa mesma

preocupação com a norma, o que quer dizer que a frequência analisada não reflete fielmente o vernáculo dos autores das atas e, por isso, poderia a fala estar em um estágio mais avançado do que aquele que se observa nos textos escritos por afro-brasileiros do século XIX. Entretanto, como mostram alguns estudos sobre o dativo no PB (GOMES, 2003a; BARROS, 2008; LUCCHESI; MELLO, 2009; CAVALCANTE, 2009), a preposição *para* como alternante da preposição *a* parece ser um fenômeno contemporâneo, pois teria se expandido apenas no final do século XIX, tendo se alcançado uma frequência ainda maior no final do século XX.

4.4.4 Ordem linear das construções dativas⁹⁸

Como já se sabe, a posição que o dativo ocupa é crucial para a observação das construções ditransitivas, já que há, prototipicamente, dois tipos: COD e CDP, conforme apontam Torres Morais (2007) para o PE e Cuervo (2003) para o espanhol. Para os propósitos do que é discutido na seção 4.5, a seguir, foi observada no *corpus* a posição aparente do complemento dativo em relação ao predicado, a fim de verificar seu comportamento em relação à estrutura sintática. Os dados de dativos que foram levantados se manifestam em diferentes ordens lineares, conforme apresentado nos exemplos (53)-(57).

- (53) **Posição adjacente ao verbo seguido de DP_{acusativo}: V DAT ACC**
pois que O Senhor Antonio Jozé Gomes **dando le** a mais de 6 mezes **a quantia de 5/000 réis** (AJB, p. 80)
- (54) **Posição posposta ao acusativo: V ACC DAT**
he que trabalha que não quer ter 1 lucro, deu hum a parte O Socio Bracete a qui não Cadeira de lentes para Se **dar premios aos alunos**, (AJB, p. 73)
- (55) **Ordem VSO: V Suj. DAT (ACC)**
a vista deste resurtado **Ordenou o Senhor Pri zidente ao Socio Visitador** Manoel Francisco *que* foise a Caza do Senhor Socio Bento (AJB, p.39)
- (56) **Posição à esquerda do predicador: ACC V DAT**

⁹⁸ O predicador é representado pela letra V, embora nem sempre venha a ser um verbo, mas um nome, por exemplo.

Maria da Solidade Pedindo a **pencaõ** qu **Si dava a Bermira** Vó da menor Thereza (LSS, p.380)

(57) **Posição adjacente seguido de sentença pesada: V DAT S-ACC**

Ordenei ao Senhor 1º Secretario que tomace em huma Lista separada <o nomem> dos Senhores Socios que Se a chavam Comprendidos mo Artigo 37(AJB, p.16)

Os exemplos dados em (53) e (54) representam as duas estruturas básicas que correspondem ao fenômeno da alternância dativa, conforme já discutido. O dativo ocorre em posição mais alta que o OD (cf. 53) ou em posição mais encaixada (cf. 54). Em (53), o dativo está em posição adjacente ao verbo, enquanto, em (54), o dativo é preposicionado e geralmente posposto ao argumento acusativo, salvo os casos de acusativo nulo, já que não se pode ter certeza da sua posição na estrutura. Vale ressaltar que, assim como a ênclise, a próclise do clítico dativo - uso bastante generalizado no PB atual - apesar de ocorrer na superfície anteposta ao verbo, pode se enquadrar nos casos de ordem linear como aquela em (53). Como afirma Torres Morais (2007) para o PB, mesmo em próclise, o clítico dativo se constitui em uma ordem DAT-ACC, porque, mesmo assim, o complemento dativo estará antecedendo o complemento acusativo.

No exemplo em (55), a sentença exhibe a ordem VS (Verbo-Sujeito). Esse tipo de estrutura ocorre em muitos dos dados levantados nas atas, provavelmente por questões estilísticas, que é uma das possibilidades do PB, devido às propriedades que o PB possui, por se tratar de uma língua que permite sujeito nulo, pelo menos, nos últimos séculos. Apesar de aparentemente o sujeito estar intercalado entre o núcleo predador e o dativo, este tipo de ordem não influencia no tipo de construção em que o complemento dativo ocorre, porque o sujeito está em uma posição em que não há relação de c-comando com o argumento dativo.

A ordem linear em (56) mostra que o complemento acusativo está anteposto ao verbo. Ora como sujeito de uma relativa, como no exemplo, ora como sujeito paciente de uma sentença passiva. O complemento acusativo, como neste caso, ocorre nulo em sua posição original.

Por último, a sentença em (57) apresenta os casos das estruturas em que o dativo é obrigatoriamente realizado em posição adjacente ao verbo, dado que os complementos acusativos, por se constituírem em um CP pesado, ocorrem quase sempre no fim da sentença, construindo a ordem V OI OD. Esse tipo de construção geralmente ocorre com os verbos de

transferência verbal/perceptual, conforme o exemplo em (57) acima.

A distribuição dessas ocorrências é ilustrada na Tabela 11 a seguir.

Tabela 11: Ordem linear das construções dativas

	Ocor./%
V DAT ACC⁹⁹	184/54
V ACC DAT	74/22
V Suj. DAT (ACC)	2/1
ACC V DAT	20/5
V DAT S-ACC	55/16
Total	335

Os dados na tabela 11 mostram que, quando o complemento dativo é realizado, a ordem preferencial é **V DAT ACC**, com 54% de um universo de 335 ocorrências dos dados levantados, enquanto a ordem **V ACC DAT** representa apenas 22% do total de ocorrências.

Por motivações estilísticas ou até mesmo por motivações sintáticas, como se pôde observar anteriormente, o dativo pode se apresentar em diferentes ordens lineares. É sabido, no entanto, que, por questões de c-comando e checagem de traços semânticos e de Caso, essas construções são bastante rígidas em sua composição sintática básica. Apesar disso, para os propósitos da minha análise, não são consideradas aquelas ordens que fogem ao padrão prototípico representado por (53) e (54) acima, pela imprecisão das posições básicas dos DPs envolvidos.

Ao longo da seção 4.4, discuti as tendências linguísticas do complemento dativo no século XIX, comparando, às vezes, os resultados encontrados nas atas do século XIX a outras análises já existentes sobre o PB e o PE em diversos períodos (BERLINCK, 1997; GOMES, 2003a; TORRES MORAIS, 2007; TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006; BARROS; RIBEIRO, 2011; CAVALCANTE; FIGUEIREDO, 2009) com o propósito de averiguar possíveis mudanças linguísticas a partir das atas dos afro-brasileiros do século XIX no que tange à configuração da expressão do dativo. Na próxima seção, analiso o *corpus* dos afro-brasileiros do século XIX em relação às propriedades sintáticas do dativo com base nas análises apresentadas no capítulo anterior, sobretudo do PE (TORRES MORAIS, 2007) e do PB atual (ARMELIN, 2011).

⁹⁹ Incluindo os clíticos, obviamente.

4.5 O DATIVO DAS CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS NO *CORPUS* DO SÉC. XIX

Conforme mencionei na seção anterior, diversos estudos, entre eles, o de Torres Morais e Berlinck (2006) e o de Torres Morais (2007), mostram que o PB vem passando por uma importante reestruturação sintática no que se refere à expressão do dativo, sobretudo, nos últimos séculos. Em estudos histórico-comparativos sobre o dativo na variedade do PB, e também do PE, as autoras mostram as principais características que evidenciam as mudanças do complemento dativo ocorridas em períodos entre os séculos XVIII e XX, como o decréscimo no uso do clítico dativo de terceira pessoa (*lhe/lhes*), de um lado, e o crescimento da forma nula e também das formas pronominais oblíquas (*a/para ele* ou *ela*), de outro, além da crescente estratégia de substituição da preposição *a* por *para* em contextos dativos, aspectos também identificados nos dados dos afro-brasileiros do século XIX, conforme as subseções anteriores, em 4.4. De acordo com Torres Morais (2007), tais mudanças observadas ao longo desses períodos em que o PB foi se distanciando do PE estão relacionadas à mudança na configuração da estrutura argumental das construções dativas. Assumindo que o PE é uma língua que pertence ao grupo daquelas que apresentam a alternância dativa entre duas construções básicas: COD e CDP, Torres Morais (2007) afirma que a COD é derivada de uma estrutura que envolve um núcleo aplicativo que licencia o DP dativo, relacionando-o ao DP acusativo, e esse núcleo, vale lembrar, é evidenciado principalmente nas construções redobradas no PE (cf. 42a do capítulo 4). Pautada na constatação da perda do clítico dativo de terceira pessoa e da substituição da preposição *a* por *para*, haja vista clítico e preposição *a* serem marcas expressivas do Caso dativo e evidência para a existência de uma construção aplicativo no PE, a autora conclui que a gramática do PB atual passou por uma reanálise sintática das construções dativas em relação ao PE e a períodos anteriores do PB.

Tendo em vista o raciocínio da autora, tenho por objetivo na presente seção retomar as propriedades que foram atribuídas aos dativos no PE e no PB moderno e compará-las às do PB-afro analisado nas atas do século XIX, buscando identificar a configuração padrão que reflete o comportamento sintático do dativo no recorte analisado, compondo, dessa forma, uma base empírica junto a outros estudos acerca do dativo nas variedades do português.

4.5.1 A realização do dativo nas construções ditransitivas

O primeiro contexto a ser investigado se refere à posição do dativo nas construções ditransitivas. Conforme já apontado, para o PE, Torres Morais (2007) assume que os clíticos

dativos e os dativos introduzidos por *a*, quando estão adjacentes ao verbo, representam a COD e que os dativos introduzidos por *a* ou *para* intercalados por um OD estão inseridos em uma estrutura CDP. Com o propósito de investigar se a gramática no documento escrito por afro-brasileiros no século XIX apresenta o mesmo fenômeno de alternância das construções dativas no PE, buscou-se observar a realização do dativo na sua forma clítica e preposicionada, controlando a posição na ordem linear de distribuição dos DPs em ambas as construções, como se confere a seguir.

Tabela 12: Posição do dativo em relação à forma	Clíticos	<i>a</i>	Preposição lexical	Total
	Ocor./%	Ocor./%	Ocor./%	Ocor.
V DAT ACC	31/22	94/68	12/9	137
V ACC DAT	0/0	54/75	18/25	72
	31/15	148/70	30/14	209

Nos dados selecionados no *corpus*, apenas 209 ocorrências do total 335 de dativos realizados possuem condições necessárias para que se verificasse a alternância dativa, a saber: o DP tema deveria estar fonologicamente realizado, já que não há como prever a posição que ocupa na forma nula e o DP dativo deveria estar posicionado ou adjacente ao predicador, como na COD (V DAT ACC), ou intercalado por um tema, como na CDP (V ACC DAT).

Em se tratando da ordem equivalente à COD, conforme (58), já era esperada a presença categórica dos clíticos dativos nesta ordem, já que a sua posição natural é adjacente ao verbo. A estratégia clítica representa 22% de todos os dativos nessa construção. Na COD, o dativo introduzido por *a* é a alternante que mais ocorreu nessa estrutura, com 68% dos casos. Já na ordem correspondente à CDP, conforme (59), a frequência de dativos com *preposições lexicais* é maior em relação à frequência obtida na COD, com 9% e 25% dos casos respectivamente, embora haja também um uso preferencial pela preposição *a*, com 75% das ocorrências.

(58) **V DAT ACC**

a. Leuçe o requerimento o do Irmão Pedro Martes **pedindo** [DAT **ao Provedor**] [ACC **hu Licença sem tempo**] do que o dito Provedor (FPF, p. 161)

b. também de acordo com o Conselho mandou que o thesoureiro **pagar** [DAT **a Sociedade**][ACC **Bolsa de Caridade**] (FB, p.188)

c. O que devera dizer a gora hé inutil, respondeo o Socio Cladio nada quis dizer naquella O Caziaõ para não e nvergonhar pois chegou até **levar**_[DAT me] _[ACC 400 réis de soc-orro]. (AJB, p.84)

(59) **V ACC DAT**

a. que não **tinhaentregado** _[ACC oOfficio] _[DAT au Senhor Vizitador] (LSS, p.406)

b. O Senhor Prisidente Amancio Rodrigue Seixas **Pascó** _[ACC a Prisidencia] _[DAT au Senhor Visce Prisidente] (LSS, p. 376)

Para se obter confirmação se as duas ordens encontradas no *corpus* correspondem às alternantes COD e CDP observadas no PE por Torres Morais (2007), achou-se necessário levantar algumas ocorrências do *corpus* que demonstrassem a relação de transferência de posse entre os dois objetos internos, a fim de realizar os testes sintáticos possíveis. Uma vez que não se tem como verificar dados negativos em relação a este aspecto, pelo fato de não haver possibilidade de avaliar o julgamento do falante *in praesentia*, assumiu-se que o padrão encontrado nos dados disponíveis, o número de ocorrências, assim como sua frequência no *corpus* servem como base para o que pretendo assumir nesta dissertação, como se verifica a seguir.

4.5.2 Assimetrias na ligação anafórica nas construções dativas

Para se ter uma evidência sintática da COD do inglês, Larson (1988) baseia-se nas assimetrias detectadas por Barss e Lasnik (1986 apud LARSON, 1988) entre esses dois objetos. Os testes de assimetria dos autores verificam o funcionamento das relações de c-comando entre os dois argumentos do verbo. Dado que a análise do c-comando assimétrico fundamenta-se na relação entre dois constituintes que não estão no mesmo nível hierárquico, a ideia de Larson (1988) é a de que, se a posição do DP dativo em relação ao complemento acusativo nas estruturas COD é a mais alta, então, este pode se ligar a uma anáfora ou a um pronome possessivo anafórico no DP tema mais baixo. Em estruturas CDP, o dativo não pode se ligar a uma anáfora dentro do DP tema, visto que, como está em posição hierarquicamente

mais baixa na estrutura, não pode servir como referente para anáfora e, conseqüentemente, não pode c-comandá-la desta posição. Quanto a isso, Torres Morais (2007) mostra que, nos dados do PE, assim como no inglês, há relação de c-comando assimétrico entre os dois argumentos na COD, em que o DP dativo c-comanda o acusativo, fazendo com que a ordem linear ou superficial reflita a posição hierárquica dos constituintes, conforme mostram os exemplos da autora reproduzidos em (60) e (61) a seguir.

- (60) a. O novo corte de cabelo devolveu **à Maria_i** a estima **de si mesma_i**
 b. O novo corte de cabelo devolveu-**lhe_i** a estima **de si mesma_i**
 c. *O novo corte de cabelo devolveu a estima **de si mesma_i** **à Maria_i**
- (61) a. Nós demos **aos trabalhadores_i** os **seus_i** cheques
 b. Apresentamos **ao médico_i** o **seu_i** paciente
 c. A polícia devolveu **aos pais_i** as **suas_i** crianças

(TORRES MORAIS, 2007, p. 122)

Em (60), a anáfora “de si mesma” no DP tema estabelece c-comando tanto com o DP “a Maria” em (60a) quanto com o clítico “lhe” em (60b), pois ambos estão hierarquicamente mais altos do que a anáfora e desta posição podem servir como antecedente da anáfora. Caso contrário, ter-se-ia uma sequência agramatical como em (60c). Já os exemplos em (61), mostram que o possessivo *seu(s)* pode ser ligado aos a-DPs nas sentenças, evidenciando que o dativo c-comanda assimetricamente o DP tema.

Por se tratar de uma análise baseada em um *corpus* escrito de um único gênero textual, a probabilidade de encontrar dados que reflitam todas as estruturas necessárias para a análise de um fenômeno, como no caso da assimetria entre os DPs das construções dativas, é bastante escassa. Contrariando as expectativas, foram encontradas ocorrências de VP com a ordem V DAT ACC, correspondente à COD, em que se observam assimetrias com reflexivos e possessivos anafóricos, conforme se verifica em (62) e (63).

(62) **Ligação dos reflexivos**

O thizoureiro tendo lumiado o Senhor Paulo Alvis Intirinenti Combrador das mensalidades dos sosio foi confir<mado>**pidio** [_{DAT}**ao Conselho_i**][_{ACCA}**Comfir maçã do mesmo_i**] (JCM, p. 305)

(63) **Ligação de pronome possessivo anafórico**

a. Outro sim que ficou no Cofre vinte nove mil ceis-centos reis pertencente ao pinhor que tem o Senhor Serafim dos Anjos no nosso Cofre. ena messa o Caziaõ **fica entregue** [DAT **ao ditto Senhor**_i] [ACC **oseu**_i **pinhor**] ficando arestar odito Senhor mil sete sentos e quarenta reis (JMS, p.268)

b. depois disto Senhores nos que no dia do anniversario da nossa Padroeira, reunido o elejemos para nos so membro para o lugar di 2°. Secretário como é que hoje queremos o desconsidera sendo eleito por nós si o homem naõ e da confiança di ser membros deste conselhos da-[DAT *lhe*_i] [ACC **asua**_i **dimissão**] mais em quanto naõ afizer assim niguem mais apto para de empenhar a suas funcaõ do que aquelle que nos mesmos elejemos e concluo dizendoque [resto] com o meu collega. (FJS, p.137)

c. Eficou authorizado onosso Secretário para escrever anossa Irmam Fiscal para essa Receber [DAT **das Irmãs**_i] [ACC **os seus mençasés**_i] (JMS, p. 273)

Em (62), a expressão anafórica “o mesmo” no DP tema estabelece ligação com o dativo “ao Conselho” mais acima, mostrando que é o dativo que c-comanda a anáfora. Os exemplos em (63) mostram que o pronome possessivo *seu/sua(s)* no DP tema pode ser ligado aos dativos “ao ditto Senhor” em (63a) e “*lhe*” em (63b), evidenciando as relações de c-comando que são estabelecidas na base da estrutura. Em (63c), há ocorrência do c-comando assimétrico entre complemento dativo *fonte* preposicionado por “de”. Apesar de ter sido a única ocorrência observada no *corpus*, a realização da preposição *de* nesta posição parece ser relevante, porque mostra a realização de uma preposição lexical em COD, contexto exclusivo da preposição *a*, o que vai de encontro à análise de Torres Morais (2007) de que seria apenas a forma *a* um marcador do Caso dativo; entretanto, não se pode assumir apenas com base nesta ocorrência uma proposta diferente da autora. O que se pode propor é que o caso de uma preposição lexical nesse tipo de construção é um indício de que o PB das atas estaria passando por uma reanálise sintática nas construções dativas, como se tem apontado nos estudos sobre o dativo no século XIX.

Os exemplos observados em (62-63) sugerem que o dativo está hierarquicamente em uma posição mais alta na sentença que o complemento acusativo e, desta posição, estabelece

relação de c-comando com este último. Desse modo, esses dados indicam que os dois complementos ligam-se por meio de uma anáfora ou de um pronome possessivo anafórico, indicando que a ordem superficial corresponde, de fato, à posição em que os constituintes são gerados na COD.

É importante mencionar que, no *corpus* analisado, não foram encontrados reflexivos ou pronomes anafóricos em construções dativas na ordem correspondente à CDP e, em razão disso, não foi possível verificar se as mesmas assimetrias também ocorrem em estrutura que o DP tema estaria em posição mais alta que o complemento dativo. Apesar disso, as assimetrias verificadas nos dados muito dizem a respeito da configuração sintática das construções dativas no *corpus*, pois, se, na escrita dos afro-brasileiros analisados, existe a possibilidade de um DP dativo se ligar a um DP tema por meio de reflexivos na posição adjacente ao verbo, conforme (62-63) anteriormente apresentados, então, há uma evidência de que a COD é uma possibilidade a ser considerada nas atas.

4.5.3 A COD e a questão do redobro do clítico

Outra estrutura que apresenta uma relação sintática bastante rígida de c-comando como aquelas apresentadas em (62-63) é, ainda conforme Torres Morais (2007), a estrutura de redobro do clítico dativo, que constitui uma prova quase definitiva da existência da COD no PE. A autora mostra que o redobro do clítico na variante europeia só ocorre de maneira obrigatória se o DP_{dat} ocorrer nas formas pronominais *a ele/a ela/ a eles/ a elas*. Essas formas pronominais possuem uma interpretação contrastiva e estabelecem uma relação anafórica com os clíticos de terceira pessoa de maneira tão dependente que não podem ocorrer sem a presença do clítico *lhe/lhes* na sentença, como apresentado no capítulo anterior.

Analisando a ocorrência de redobro do clítico no *corpus* em questão, foi feito um levantamento das formas pronominais dativas, bem como da realização do redobro do clítico dativo. Ao contrário do espanhol e do PE, pelo fato de não se observar restrição quanto à posição sintática nem à alteração semântica do dativo quando ocorre em posição adjacente ou intercalada por um DP tema [como ocorre nessas línguas, nos dados do PB atual, conforme aponta a análise de Armelin (2011)], não há evidências da existência da COD, muito menos a ocorrência com o redobro do clítico dativo. Mediante os fatos, uma vez que se encontrem casos de clíticos redobrados nas atas, é possível levantar a hipótese de que a COD ainda se encontra sintaticamente ativa na configuração do dativo nas atas. Conforme já mencionado na seção 4.4.3, o levantamento dos dados mostrou que há somente uma ocorrência do redobro do

clítico e do dativo pronominal *a ele/ a ela/ a eles/ a elas* em uma mesma sentença no *corpus* (cf. 64).

- (64) **O Senho Presidente Francisco Diogo Ribero tinha *lhi* Officiado a elle Vesce Presidente** para a Sumir a Prsidencia durante quinze dias pois elle achava duente (LSS, p. 433)

Mesmo não sendo suficiente do ponto de vista quantitativo, a sentença em (64) apresenta uma relação anafórica entre o clítico “*lhi*” e a forma pronominal “*a elle*”, sendo um indício para se considerar as semelhanças entre o padrão do PE e o PB dos afro-brasileiros estudados no período do século XIX.

Além do dado anterior em (64), observou-se, como em (65), uma ocorrência em que aparentemente haveria redobro do clítico *lhe*, que não ocorre, todavia, como no PE com as formas *a ele/ a ela*, mas com a forma preposicional lexical plena.

- (65) a crecentou oSoçio Faustino, que osocio Manuel Claudio mostrava-se ainda mais mereçedor do Socorro quaquer que fosse do Artigo 10, §o 1º. 2º. i 3º., lendos - ó porque toda Sociedade sabia e conhecia ter omesmo Soçio uma **única Filha** que tendo cazado não teve a feleçidade di vella entre a quellas que se dizem por seu concorçio felizes é sim alem di todos desgostos que sempre tem quazi todos pais di familia, **amorte roubou-*lhe* a exzistencia do seu jenro** vendo dipois di todo tranze da vida di novo subcaregado di sua Filha viuva. (FJS, p.118)

No exemplo em (65), a realização do clítico “*lhe*” parece ser ambígua, porque pode se referir tanto à filha do Sócio, quanto ao próprio genro falecido. Entretanto, apesar da aparente ambiguidade, trata-se, em verdade, de um clítico anafórico que tem propósito único de retomar o DP lexical “única filha” e, portanto, não consiste no fenômeno de redobro, nos moldes de Torres Morais (2007), o que se difere do exemplo de redobro apresentado em (64), que mostra a possibilidade de o fenômeno de redobro do clítico *lhe* ser possível no *corpus* em estudo. É válido mencionar que tal fato se trata de uma evidência empírica de que há construção applicativa na variante brasileira.

Apesar disso, conforme mostra a seção 4.4.3, os dados de pronome lexical retirados do *corpus* não coincidem com a mesma análise aplicada ao PE: a de que as formas pronominais *a ele / a ela/ a eles / a elas* não podem ocorrer sem a presença do clítico dativo *lhe*. Os dados

encontrados nas atas dos afro-brasileiros mostram o comportamento inverso, conforme exemplo em (66), a seguir.

- (66) Thizoureiro mandou o Balanceiti di-Abril i Maio Com toudos do Cumentos que **pedem aele** (JCB, p. 335)

Recapitulando o que foi exposto sobre as construções redobradas no espanhol e no PE no capítulo 3, para o espanhol, Cuervo (2003) mostra que: i) a COD caracteriza-se por apresentar redobro obrigatório, isto é, a ocorrência de um DP dativo implica a forma redobrada, do contrário, na ausência do clítico, o dativo é um PP em uma CDP; ii) para dar conta do licenciamento dos dois DPs da COD no espanhol, a autora assume a noção de projeção aplicativa de Pykkänen (2002), afirmando ser o clítico dativo o *spell-out* dos traços *phi* do núcleo aplicativo e ser a preposição *a* introdutora do DP dativo nas construções redobradas uma marca morfológica de Caso dativo. Torres Morais (2007) assume o mesmo para as construções redobradas no PE, com uma importante diferença em sua análise sintática: os clíticos dativos no PE não são a realização do núcleo da projeção aplicativa. Ela propõe que o núcleo aplicativo é nulo e que o clítico dativo é gerado em especificador da projeção aplicativa. A autora assume que a construção redobrada seja evidência da existência de COD, isto é, das construções aplicativas, no PE, apesar de ser um fenômeno pouco produtivo nessa variedade, por ser restrito às formas pronominais. Além disso, conforme a proposta da autora, a COD não se manifesta apenas nas construções redobradas: quando não está redobrado, o clítico dativo, em posição de especificador de ApplP se alterna com o *a-DP* – DP dativo lexical introduzido por um marcador morfológico de Caso, ocupando ambos a mesma posição. Já em relação à contraparte da COD, a CDP, a autora assume que o dativo é introduzido por uma preposição verdadeira (lexical) (PP), que contribuiria para o sentido de *meta*, *fonte* ou de *locativo*, às vezes, de *beneficiário*, como *a*, *para*, *de*.

Considerando o que Torres Morais defende para as construções redobradas no PE, o exemplo apresentado em (66), retirado das atas do séc. XIX, conduz a uma conclusão lógica: o fenômeno do redobro e a restrição que impede os pronomes lexicais de ocorrerem sem o clítico são evidências empíricas para a existência de núcleos aplicativos no PE. Logo, se no PB dos afro-brasileiros analisados essa restrição não existe, a hipótese de Ribeiro (1998) de que no período em que se inserem as atas, o PB estaria passando por uma competição entre duas gramáticas, conforme já apontado na seção 4.4, parece bastante adequada no que tange à existência da COD no PB dos afro-brasileiros autores das atas. Sendo assim, tendo em vista

os exemplos em (57) e (59) e considerando a análise de Armelin (2011) de que, apesar de não existir a COD no PB atual, a existência de um núcleo funcional que licencia os argumentos do verbo ditransitivo é possível, conforme mostrado no capítulo 3, a minha hipótese para os dados estudados é que a COD é possível no PB dos afro-brasileiros do século XIX.

4.5.4 O dativo nulo é evidência de núcleo aplicativo

Como já apontado no capítulo anterior, a ideia de Ordoñez (1999) para o espanhol e a de Pujalte (2007) para o espanhol, o PE e o PB, é a de que há dois tipos de complemento dativo: OInd1, previsto na configuração temática do predicador; e OInd2, de realização não-obrigatória. Esses dois tipos de complementos dativos refletem não somente diferenças semânticas entre si, como também diferenças morfossintáticas. Essa análise é reforçada pela noção de transitividade verbal de Campos (1999), na qual a quantidade de argumentos apresentada depende intimamente da propriedade lexical do verbo, e pela ideia de Cyrino (1998) sobre a alta frequência de objetos indiretos nulos no PB falado nos últimos anos. Segundo ela, o *objeto indireto* do PB pode ser de dois tipos diferentes: um que seria facultativo ao entendimento da sentença e outro obrigatório, que, por razões sintáticas, receberia um licenciamento verbal para ocorrer de maneira nula.

Em uma visão mais tradicional, Campos (1999) propõe que é a transitividade de verbos que selecionam dativo no espanhol a responsável pela realização do nulo, pois ainda que um verbo apareça com um só argumento interno, ou até mesmo seja aparentemente intransitivo, o falante interpreta a sentença como se houvesse todos os argumentos presentes na interface fonológica da sentença:

Verbo transitivo es aquel que puede aparecer con un complemento directo, el cual se encuentra regido por el verbo tanto a un nivel sintactico como semántico. Si bien em el nivel fonético el complemento directo puede no aparecer (siendo una propiedad específica de cada verbo), a un nivel mental de interpretación, dicho complemento sigue interpretable. Daremos aqui por supuesto este nivel interpretativo para explicar la transividad¹⁰⁰. (CAMPOS, 1999, p. 1528, 1529)

O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao dativo. Segundo o autor, a capacidade que o verbo tem de aparecer com um dativo depende particularmente de cada verbo e está

¹⁰⁰ Verbo transitivo é aquele que pode aparecer com um complemento direto, o qual se encontra regido pelo verbo tanto a um nível sintático como semântico. Se bem que em nível fonético o complemento direto pode não aparecer (sendo uma propriedade específica de cada verbo), a um nível mental de interpretação, dito o complemento segue interpretável. Supomos aqui que este nível interpretativo explica a transitividade.

determinada lexicalmente (CAMPOS, 1999, p.1546), bem como a escolha do tipo de dativo (OInd1 e OInd2), é motivada sintática e semanticamente (cf. 67).

- (67) a.?? *Pablo Dio su bicicleta*¹⁰¹(OInd1)
 b.*Guillermo preparó una torta*¹⁰² (OInd2)

No exemplo em (60a), mostro que no espanhol a ausência do dativo do tipo OInd1 conduz a um limite de aceitabilidade, a menos que seu referente se encontre implícito no contexto. Já no exemplo (60b) há maior aceitabilidade no espanhol.

Acrescido a essa ideia, Pujalte (2007) comenta que o caráter argumental dos dativos do tipo OInd1 permite que este seja interpretado mesmo quando se encontra implícito na oração, contrariamente ao caso dos dativos do tipo OInd2, que, por não estarem presentes na projeção da sentença, não podem ser interpretados pelo falante. Neste primeiro momento, pode-se inferir que os dativos encontrados no *corpus* podem ser interpretados quando nulos porque pertencem ao tipo OInd1, já os PPs, porque pertencem ao tipo OInd2, não são requeridos pelo predicador; logo, quando não ocorrem fonologicamente, não podem ser recuperados pelo falante.

Tomemos o verbo “pagar” como exemplo de predicador que seleciona dativo do tipo OInd1 que, em geral, é interpretado como de três lugares (i.e. *y pagar X a K*). Uma ocorrência deste verbo no PB afro do *corpus* analisado, como em (61), a seguir, mostra que o verbo em questão, algumas vezes, parece se comportar como um verbo que normalmente seleciona apenas um argumento interno “seos débitos”, no entanto, é possível recuperar o dativo a partir do contexto no qual a sentença está inserida, por conta do traço [+ humano] geralmente envolvido na significação do dativo. O traço de referencialidade, conforme se viu antes, é importante para recuperar o dativo, no caso em (68), o traço [dêitico] corresponde “à Sociedade”, dado que havia o costume de se pedir empréstimos na SPD. Quando o complemento dativo possui um traço [+ humano], mas também apresenta um traço [+ definido], parece existir uma preferência maior por sua realização fonética, conforme mostro no exemplo em (69).

- (68) Foraõ suspensos u *Senhores* socios siguiente por si haxarem conpriendidos no artigo 37 do istatuto i gun tamente por terem sidos car tihados para **pagarem**

¹⁰¹ Pablo deu sua bicicleta.

¹⁰² Guillermo preparou uma torta.

[_{OD}seos **debitos**] [_{DATE} “*a alguém*”] (MLF, p. 525)

- (69) Pede a palavra o Senhor Socio Severiano Carlos, querendo saber a razão, porque não se **pagou** [_{OD} OS atra-zados][_{DAT} *a viuva do socio Romão*] (FSF, p.218)

Em uma visão mais sintática do fenômeno, Cyrino (1998) afirma que a obrigatoriedade da inclusão do complemento na sentença parece estar relacionada ao fenômeno da alternância dativa¹⁰³. No inglês, por exemplo, em que há o fenômeno da alternância dativa com verbos ditransitivos (LARSON, 1988), o dativo não pode ocorrer na forma nula com verbos que permitem a alternância entre a CDP e a COD, conforme se verifica em (70a) retirado de Cyrino (1998). Já quando não há possibilidade de alternância, é possível a ocorrência do dativo nulo (cf. 70b).

- (70) a. *Did you give a flower to your teacher?*

**No, I gave an apple*

- b. *Did you receive a letter from your friend?*

No, I received a card

(CYRINO, 1998, p.37)

Segundo a autora, em alguns contextos, o *objeto indireto* não pode ser nulo no inglês, como no exemplo em (70a). Já em outros, como aquele em (70b), o *objeto indireto* (“*from your friend*”), cujo papel temático é de *fonte*, pode realizar-se na forma nula, já que o verbo “*receive*” no inglês não ocorre em COD. Os dados de dativos nulos encontrados nas atas editadas por Oliveira (2006) não oferecem restrições quanto ao tipo de verbo. Assim sendo, a ocorrência de elipse do dativo nas atas é possível, mesmo com verbos de *transferência material*, como aquele do inglês “*give*” apresentado pela autora Cyrino (1998), isto é, que permitem a alternância dativa no inglês (cf. 71).

- (71) a. Vesto o estado i tambem conhecia O Senhor Polyicapio Augusto de Carvalho **mandu** [_{OD} um Officio][_{DAT} *a este Concelho*]para Ser adimidido Como Socio desta Sociedade (LSS, p. 439)

¹⁰³ Conforme já foi mostrado anteriormente, o fenômeno da alternância dativa pode ocorrer com as seguintes construções: i) CDP: *Mary gave a car* [_{dat} *to her husband*]; ii) COD: *Mary gave* [_{dat} *him*] *a car*.

b.tendo de tirar a sorte para dar hu Prato *para o Brinde no dia da Missa da nossa Padroeira* que seria bom deixar de **dar** [ODesse prato] [**DATE**] por dois annos e dessemo nos todos sinco tustoes para esse aranranjos (FPF, p. 163)

Nos exemplos em (71), o dativo realiza-se nas duas variantes (nula e realizada). Em (71a), o dativo “a este Concelho”, realizado foneticamente, apresenta traços [+humano; +definido. +refencial]. Em (64b), o dativo aparece na sua forma nula, mas pode ser recuperado anaforicamente: “para o Brinde no dia da Missa da nossa Padroeira”.

Para as construções que permitem alternância dativa no inglês (71a), isto é, construções que permitem OInd1 (ORDOÑEZ, 1999), Cyrino (1998) assume que o *objeto indireto* nulo é resultado de reconstrução do antecedente em LF, ou seja, o complemento nulo teria um licenciador de elipse, como ocorre com o *objeto direto* em que seu licenciador é o V. Como vimos acima, isso não ocorre no exemplo em (70a), devido ao fato de que, no inglês, o núcleo V não se movimenta para IP. De acordo com a intuição de Cyrino (1998), baseada na estrutura proposta por Larson (1988), já apresentada no capítulo anterior, (70b) é possível porque o dativo nulo é licenciado pelo V “dar” (reconstruído em LF e elidido em PF), visto que, no PB, o núcleo V pode ser licenciador de elipse. Já para o caso dos dativos que aparecem em construções com verbos que não permitiriam alternância, ou seja, OInd2 nos termos de Ordoñez (1999), Cyrino (1998) afirma que estes seriam considerados adjuntos e não complementos de V. Apesar do que propõe Cyrino (1998), não assumo que o complemento dativo do tipo OInd1 seja licenciado por V, mas licenciado pelo núcleo introdutor de argumentos aplicativos, como apresento a seguir.

As construções ditransitivas no inglês apresentam dois aspectos importantes para a análise que faço aqui: i) conforme mostra Cyrino (1998), não permitem dativo nulo quando existe a possibilidade de alternância entre a CDP e a COD; ii) tomando como base a análise mais atual de Pykkänen (2002), já discutida na seção 3.2.3, a alternante COD constitui-se de uma frase applicativa (*AppIP*), que serve como introdutor de argumento / licenciador do dativo. Isto sugere que a frase applicativa que licencia o dativo do inglês na COD ocorre sempre de maneira realizada foneticamente, ou seja, trata-se de um valor não-marcado para o inglês.

Com base na análise dos dados, a minha hipótese é a de que são os núcleos aplicativos que, presentes no PB dos afro-brasileiros estudados, permitem a ocorrência do dativo nulo, mesmo em casos de verbos que prototipicamente selecionam dativos, como “dar” e, ao contrário do inglês, a interpretação do complemento dativo nas construções ditransitivas

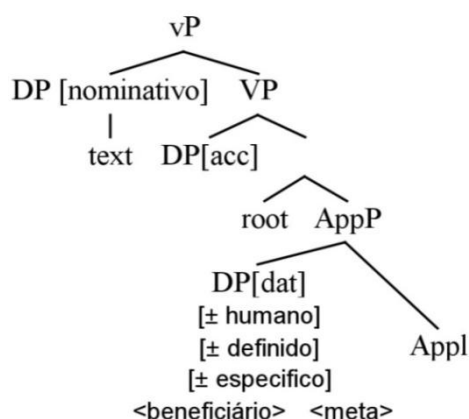
continua a ser possível, mesmo não sendo realizado foneticamente.

Este aspecto é indício de que, no PB afro, as construções aplicativas, isto é, as construções que exibem dativo do tipo OInd1, estão disponíveis na sentença, ainda que não realizadas fonologicamente. Se se adotar a proposta de Cinque (1999) de que todas as noções funcionais de uma sentença são sempre estruturalmente representadas, conforme mostra a citação a seguir:

I have already suggested that if heads necessarily come with a marked and a default value, **then it is conceivable that all sentences utilize the entire functional structure**, with the required combination of marked and default choices¹⁰⁴. (CINQUE, 1999, p. 133)¹⁰⁵

Então, seria possível sugerir a seguinte representação da construção aplicativa no PB das atas, em que os traços formais do dativo nulo do tipo OInd1 estariam disponíveis na sentença no [*Spec;AppIP*] (cf.72).

(72)



Na estrutura em (72), ainda que não ocorra a realização fonológica do dativo em *Spell out*, os traços sintático-semânticos do dativo *meta* fornecidos pela Lista 1 estão disponíveis na derivação e, com isso, a interpretação do complemento dativo em construções aplicativas será satisfeita, pois, a frase aplicativa será projetada independentemente dos valores marcados ou não marcados, nos termos de Cinque (1999).

¹⁰⁴ Grifos meus.

¹⁰⁵ Tenho sugerido que se o núcleo necessariamente vem com valor marcado ou não-marcado, então, é concebível que todas as sentenças façam uso de toda estrutura funcional, com a combinação requerida de escolhas marcadas e não-marcadas.

4.5.5 Existe COD no português das atas dos afro-brasileiros?

Ao longo deste capítulo, discuto os diversos aspectos que caracterizam o comportamento do dativo nas atas. Além do uso expansivo dos dativos nulos no *corpus*, correspondendo a 80% dos dados levantados, e um percentual um pouco mais elevado de nulos anafóricos que a estratégia realizada do dativo, com 54% em relação às demais formas, observou-se também uma recorrência alta da preposição *a* em relação às outras observadas, com 87% da frequência, além do uso frequente da estratégia clítica, sobretudo, de terceira pessoa. Considerando a hipótese de Torres Morais (2007) de que o aumento do nulo anafórico é decorrente da redução no uso dos clíticos dativos de terceira pessoa como principal estratégia de retomada e de que o aumento da preposição *para* no lugar de *a* teria sido resultado da reanálise na expressão do dativo no PB atual, a análise dos dados demonstra que o uso ainda expandido do clítico dativo, sobretudo de terceira pessoa, a ocorrência com redobro do clítico e as assimetrias encontradas, tal como ocorre nos dados do PE estudados por Torres Morais (2007), são evidências de que, ao contrário do PB atual, nas atas dos afro-brasileiros analisadas, a COD, bem como a projeção aplicativa, é uma possibilidade de construção a ser considerada no *corpus*.

Vale apontar uma observação importante: se se considera que a existência da COD no PB das atas do século XIX é proveniente das semelhanças linguísticas com o PE, então, a hipótese de que as construções COD teriam surgido a partir de um processo de reestruturação gramatical no contato entre línguas, como apontam Lucchesi e Mello (2009), parece estar no caminho inverso à análise que venho propondo na presente dissertação, tendo em vista a análise dos dados.

4.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Baseando-se em diversas pesquisas já elaboradas acerca do tema (CF. TORRES MORAIS, 2007; TORRES MORAIS & BERLINCK, 2006; PUJALTE, 2007; ARMELIN, 2011; BERLINCK, 1997; 2000; 2001; 2009; FREIRE, 2005; BARROS, 2008; BARROS & RIBEIRO, 2011; GOMES, 2003, etc.), neste capítulo, buscou-se observar os principais aspectos que caracterizam o dativo nas atas do século XIX escritas por escravos alforriados brasileiros, que podem ser assim resumidos: i) em primeiro lugar, os dados mostram que é o dativo *nulo* a estratégia majoritária no *corpus*, sobretudo, na segunda metade do século XIX, motivada principalmente pelo contexto dêitico e pelo contexto de verbos de *transferência*

verbal, que corresponde à maioria dos dados; ii) considerada forma inovadora por Torres Morais (2010) em substituição ao clítico no PB, verificou-se a ocorrência do pronome lexical (*a/para ele/ela*) sem redobro do clítico, como no PE, mas apresentando baixa frequência no *corpus*; iii) o uso ainda existente dos clíticos de terceira pessoa *lhe/lhes* como estratégia de retomada parece disputar espaço com os *nulos* anafóricos; iv) mesmo com poucas ocorrências, a análise revela que a preposição *para* já se encontra disponível no *corpus* estudado, apenas nas atas da 2ª metade do século XIX, mais especificamente, nas atas escritas por autores com idade entre 25-35 anos; v) por fim, ao contrário da preposição *para*, há um uso expandido e generalizado da preposição *a* em relação às outras estratégias encontradas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como motivação inicial para a construção deste trabalho, os dados encontrados em Barros (2008) e Barros e Ribeiro (2011), em uma comunidade afrobrasileira (Helvécia-BA), e dos dados de Lucchesi e Mello (2009) e Barros (2008), em um *corpus* falado de comunidades afrobrasileiras no século XX, se caracterizam por apresentar aspectos linguísticos peculiares em relação ao comportamento do dativo de construções ditransitivas: nas duas primeiras pesquisas, há um uso expandido da preposição *para*, sobretudo, entre os mais jovens e o uso mais frequente da preposição *a* entre os mais velhos; nas duas últimas, verifica-se a ocorrência da alternância dativa, isto é, que envolvem construções aplicativas (PYLKKÄNEN, 2002). Tendo em vista tais aspectos, analisando o dativo das construções ditransitivas em um *corpus* escrito por afro-brasileiros, busquei investigar em que medida a presença dos afrodescendentes no Brasil, cuja história é caracterizada por um intenso contato linguístico e aquisição da língua por transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2009a), teria influenciado as mudanças quanto ao dativo verificadas no PB atual. A análise dos dados das atas do século XIX aponta o inverso do que esperava: embora o PB-afro das atas do século XIX já apresente marcas dessas mudanças, como uso, ainda que sutil, da preposição *para* com função de *meta*, o uso expansivo do nulo anafórico como principal estratégia de retomada anafórica em lugar da forma realizada, e a ocorrência do “a ele/a ela” sem o redobro do clítico dativo, o padrão linguístico europeu está presente na maior parte dos dados, tendo em vista o uso bastante frequente do clítico dativo de terceira pessoa “lhe”, o uso quase generalizado da preposição *a* e a observação de um caso com redobro do clítico dativo, evidenciando, como aponte nas seções 4.5.4 e 4.5.5, a presença do núcleo aplicativo nesse recorte, tal como ocorre no PE (TORRES MORAIS, 2007). Entretanto, é importante lembrar que, como já discutido ao longo do capítulo 4, esta aproximação com o padrão europeu se deve principalmente ao fato de que, por se tratar de um *corpus* produzido com mais formalidade, havia uma preocupação em se utilizar a forma normativa/prestigiada, inibindo a ocorrência das formas mais inovadoras do dativo em mesmo contexto, como sugerem Cavalcante e Figueiredo (2009).

O que dizer, então, do dativo de construções ditransitivas em *corpus* escrito por escravos brasileiros no século XIX? Compreendendo a língua também como resultado de um processo sócio-histórico, pode-se dizer que a análise dos dados corrobora a hipótese de Ribeiro (1998) de que o português verificado no Brasil entre os séculos XVIII e XIX era formado ao menos por duas gramáticas distintas, a primeira atendendo mais ao padrão

européu da época e outra com traços mais característicos do Brasil. Por um lado, não se pode dizer que não houve influência do contato entre línguas no que concerne à configuração do dativo no PB atual em relação ao PE, já que, mesmo sem grande representação no *corpus*, os dados de dativo verificados apresentam características inovadoras do PB atual, por outro lado, não se pode afirmar também que foi esse contato o fator primordial para as mudanças ocorridas na expressão do dativo no PB atual, dado que o *corpus* estudado não possui evidências suficientes para confirmar essa hipótese.

REFERÊNCIAS

- AGBEDOR, P. K. *Verb serialisation in Ewe*, Nordic Journal of African Studies 3. 1994, 21–42.
- AIKHENVALD, Alexandra E. R.M.W. Dixon. *Serial Verb Constructions: A Cross-Linguistic Typology*. Oxford, 2006.
- ALMEIDA, G. de S. *Quem te viu quem lhe vê: a expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2009.
- ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. *Sentenças bitransitivas do português brasileiro revisitadas à luz da cartografia estrutural do IP*. Comunicação apresentada no XVI Simpósio Internacional de Iniciação Científica (SIICUSP), 2008.
- ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. *Sentenças bitransitivas do Português do Brasil revisitadas à Luz da Teoria de Núcleos Funcionais Aplicativos*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2011.
- BARROS, Isis. J. F. *A variação nas construções dativas no dialeto de Helvécia (BA)*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Salvador: UNIME, 2008.
- BARROS; Isis J. F.; RIBEIRO, Ilza. Variação das preposições introdutoras de DP dativo no dialeto de Helvécia-BA. *Revista eletrônica PAPIA*, 2011, p. 209-219.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 1999.
- BERLINCK, R. de A. *Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil*. In: ANAIS DO II ENCONTRO DO CELSUL (UFSC). Florianópolis, 1997.
- BERLINCK, R. de A. The Portuguese Dative. In: BELLE, W. Van; LANGENDONCKE, W. Van (Ed.). *The dative*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p.119-151.
- BERLINCK, R. de A. *O objeto indireto no português brasileiro do século XIX*. In: ABRALIN. ANAIS DO II CONGRESSO NACIONAL DA E XIV INSTITUTO LINGÜÍSTICO (UFSC). Florianópolis, 2000. p. 210-220.
- BERLINCK, R. de A. Dativo ou Locativo? Sobre sentidos e formas do “dativo” no português. *Revista Letras*, Curitiba, n. 56, 2001, p.159-175.
- BERLINCK, R. de A. *‘Dirigir-se para a sede social da Elite Flor da Liberdade’ e ‘oferecer um banquete aos visitantes’*: sobre a variação de preposições em complementos verbais. Comunicação oral. VI Congresso Internacional da ABRALIN (UFPB), 2009.
- BRITO, Inês. *Categorias sintáticas*. In: MIRA MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5 ed. Lisboa: Caminho, 2003. p. 391-402.
- CAMPOS, H. *Transitividad e intransitividad*. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Org.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-CALPE, 1999.

CANÇADO.M. 2009. Argumentos: complementos e adjuntos. ALFA- Revista de Linguística, v. 53, n. 1, p. 35-59.

CAVALCANTE, Rerisson; FIGUEIREDO, Cristina. Complementos verbais diretos e dativos. In: LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson (Org.). *Africa à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 90-137.

CAVALCANTE, Rerisson; BARROS, Isis. Construções de duplo objeto em dois dialetos brasileiros. *Domínios da Linguagem*, v. 6, n. 1, 2012.

CAVALCANTE, Rerisson. Complementos dativos sem preposição no dialeto mineiro. *ReVEL*, v. 7, n. 12, 2009.

CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge Mass: MIT Press, 1995.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

CINQUE, Guglielmo. *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. New York: Oxford University Press, 1999.

CUERVO, C. Datives at large. Tese de Mestrado. MIT, Massachusetts, 2003.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CYRINO, S. L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL, 1997.

CYRINO, S. L. O objeto indireto nulo no português brasileiro. *Signum Estudos da Linguagem 1*, Londrina, 1998, p. 35-54.

DUARTE, Inês. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MIRA MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003. p. 275-322.

FARACO, Carlos Alberto. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, Curitiba, n. 13, 1996, p. 51-82.

FIGUEIREDO, Cristina. *O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2004.

FREIRE, G. *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2000.

FREIRE, G. *A realização do acusativo e do dativo anafórico de 3ª pessoa na escrita brasileira e lusitana*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2005.

GALVES, C. A gramática do português brasileiro. In: *Línguas. Instrumentos Lingüísticos*. Editora: Cidade, 1998. p.79-93.

GOMES, C. A. Variação e Mudança na Expressão do Dativo no Português Brasileiro. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (Ed.). *Mudança Lingüística em Tempo Real*. Rio de Janeiro, FAPERJ/Contra Capa, 2003a. p. 81-96.

GUY, Gregory. *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of Phonology, Syntax and Language History*. Ann Arbor: University Microfilms International, 1981. [University of Pennsylvania, PhD Dissertation]

HAEGEMAN, L. *Introduction to Government & Binding Theory*. 2 ed. Oxford (Ingl.): Blackwell, 1994.

HALE, K.; KAYSER, S. J. On argument structure and lexical expression of syntactic relations. In: HALE, K.; KEYSER, J. S. (Ed.). *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 53-110.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, J. S. (Ed.). *The view from building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 111-176.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Some key features of distributed morphology. *MITWPL – Papers on Phonology and Morphology*, v. 21, 1994, p. 275-288.

HALLE, M. Distributed Morphology: Impoverishment and Fission. In: BRUENING, Benjamin Bruening; KANG, Yoonjung; MC GINNIS, Martha. *MIT Working Papers in Linguistics 30*. Cambridge: MITWPL 30: Papers at the Interface, 1997. p. 425-439.

HOECKE, W. V. The Latin dative. In: VAN BELLE, W.; VAN LANGENDONCKE, W. (Ed.). *The dative*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 3-37.

HORNSTEIN, N; NUNES, J.M.; GROHMANN, K. *Understanding Minimalism*. Cambridge: University Press, 2005.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO/UERJ, 1992[1984].

KOCK, I.V.; ELIAS, V. M. Fala e Escrita. In: KOCK, I.V.; ELIAS, V. M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

KRATZER, A. Severing the external argument from its verb. In: ROORYCK, J. & ZARING, L. (Ed.) *Phrase structure and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer, 1996. p.109-138.

LARSON, R. On the double subject construction. *Linguistic Inquiry*, 19, 1988, p. 335-391.

LOPES, Célia Regina dos Santos; RUMEU, Márcia de Brito. O quadro de pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação. In: CASTILHO, Ataliba et al. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português*. São Paulo: FAPESP/Pontes, 2007. p. 419-435.

LOURENÇO DA SILVA, Everton. O advento da Morfologia Distribuída. *ReVEL*, v. 8, n. 14, 2010.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: Dante Lucchesi, Alan Baxter e Ilza Ribeiro (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009b, p. 47, 48.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROßE, S.; ZIMMERMANN, K. (Ed.). *“Substandard” e mudança no português do Brasil*. Frankfurt amMain: TFM, 1998. p.73-100.

_____. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Estudos de Linguística Galega* - Santa Catarina -RS, v. 4, 2012, p. 45-65.

_____. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v.17, n.1, 2001a, p. 97-130.

_____. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002b. p.63-92.

_____. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Letras, 2003. p.272-284.

_____. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v.5, n.1 e 2, p.83-112, 2006a.

_____. Transmissão Linguística Irregular. In: BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O Português Afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009a.

_____. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, n.12, 1994, p.17-28.

LUCCHESI, Dante; MELLO, C. Alternância dativa. In: BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O Português Afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARANTZ, Alec. A Late Note on Late Insertion. In: KIM, YS et al.(Ed.). *Explorations in Generative Grammar: A Festschrift for Dong-Whee Yang*. Seoul: Hankuk Publishing Co., 1993. p. 396-413.

_____. No Escape from Syntax: Don't Try Morphological Analysis in the Privacy of Your Own Lexicon. *Working Papers in Linguistics*, Philadelphia, 1997, p. 201-225.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, Tânia Maria (Org.). *Para a história do português brasileiro*. v. 3. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 443-464.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth. *Manual de sintaxe*. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

MORAIS, Maria Aparecida C. R. Torres; RIBEIRO, Ilza; FERREIRA, Michael J. *Rastreado dativos de 3ª. pessoa na "Grammatica" de Fernão de Oliveira*. Salvador: EDUFBA, 2008.

MUSSA, Alberto. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro : UFRJ/Faculdade de Letras, 1991. [Mimeo.]

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p. 285-302.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v.9, 1993, p.437-454.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia. 2006.

OLIVEIRA, Marilza de. A perda da preposição a e a recategorização de lhe. *GEL*, 2003

ORDOÑEZ, S. G. Los dativos In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Dir.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa-CALPE, 1999. p.1855-1930.

PASSOS, J.C. As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos. *Revista EJA em debate*, Florianópolis, 2012.

PESETSKY, David. *Zero Syntax: Experiencers and Cascades*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

PYLKKÄNEN, M. *Introducing arguments*. Tesis de doctorado, MIT. 2002

PUJALTE, M. *Las construcciones con Dativo en Español Y en PB*. Trabalho final para doutorado. UNICAMP, Campinas. 2007.

RAMOS, Conceição de Maria de Araújo. *O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro/espanhol peninsular*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Alagoas. 1999.

RAPOSO, Eduardo. Some Observations on the Pronominal System of Portuguese. In: BORRAS, Z.; SOLÀ, J. (Org.). *Catalan Working Papers in Linguistics 6*. Barcelona: Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 1999. p. 59-93.

RIBEIRO, Ilza. A mudança sintática do PB é mudança em relação a que gramática? In: CASTILHO, Ataliba de (Org.). *Para a história do português brasileiro*. v. 1. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 101-119.

ROBERTS, Ian. Creoles, markedness and the Language Bioprogram Hypothesis. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n.19, p.11-24, 1997.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 5ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1972.

ROJO, Roxane. *Letramento e capacidades de leitura para a cidadania*. São Paulo: SEE/CENP, 2004.

SCHER, A.P. *As construções com dois objetos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP. 1996.

SCHER, A. P.; MEDEIROS, A. B.; MINUSSI, R. D. Estrutura argumental em morfologia distribuída. In: NAVAES, R.; LIMA-SALLES, H. M. M. (Org.). *Estudos formais da gramática das línguas naturais*. Brasília: Cãnone, 2012. p.175-197.

TARALLO, F. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado, University of Pennsylvania. 1983.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. de A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In: LOBO, T; RIBEIRO, I; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. *Novos dados, novas análises*. v. 1. t. 1. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 73-106.

TORRES MORAIS, M.A.; SALLES, H.M.L. *Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese*. Presented at LSRL 37, University of Pittsburgh. 2007.

TORRES-MORAIS, M. A. *Os Dativos*. Tese de Livre Docência, São Paulo: USP, 2007.

TORRES MORAIS . Conversando sobre o objeto indireto nulo no português brasileiro. *Estudos da Língua(gem)*, v. 8, 2010, p. 37-51.